

1 INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A história das praças está diretamente relacionada ao surgimento das cidades, sendo um espaço presente em todas elas. De acordo com Murilo Marx (1980), sempre que surgia uma nova cidade, lá estaria surgindo também uma praça. Portanto, a praça está situada histórica e socialmente no contexto da cidade, e, dessa forma seu conceito, usos e funções variam de acordo com as condições econômicas, sociais e políticas vivenciadas ao longo do tempo.

Dessa forma observamos que não há um único modelo de praça, nem mesmo uma única concepção, portanto, não poderá ser destinado para este espaço uma única função, ou um único uso, sendo, então, esses usos múltiplos e diversos.

Assim, praça é um espaço privilegiado nas suas mais diferentes perspectivas, e não pode ser concebida apenas na sua dimensão física, na sua forma, pois de acordo com Saldanha (1993), o seu significado é social. Isso quer dizer que desde cedo aprendemos que as praças são locais de brincadeiras e convivência, e essa noção sempre esteve presente na história das cidades, o que podemos associar ao que Lefebvre (1991) chama de espaço vivido, ou seja, é o espaço da vida, onde a vida acontece.

Desta forma, a praça é um espaço onde cotidianamente as relações sociais acontecem, no entanto, essas relações não são harmoniosas, pelo contrário, são relações conflituosas, em que diversos interesses estão em jogo, uma vez que este espaço está inserido num contexto urbano no qual também, interesses divergentes se expressam, e que no caso deste trabalho são evidenciados através dos múltiplos usos da Praça Olavo Bilac, localizada no bairro da Terra Firme, na cidade de Belém.

Neste sentido, esta Dissertação intitulada *A dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac no contexto da cidade de Belém*, objetivou identificar e analisar os seus usos e as formas de apropriação a partir dos quais esta praça se constitui. Para tanto, buscamos compreender os nexos e contradições nos usos das praças numa perspectiva do seu entendimento como expressão do coletivo, da sociabilidade, do encontro, do viver com todos, mas, principalmente, como um espaço que representa cotidianamente a luta, em busca de alternativas de sobrevivência. Partimos da hipótese de que os diversos usos na Praça Olavo Bilac são reveladores das condições de vida impostas àqueles que se encontram submetidos aos limites próprios de uma sociedade, na qual a maioria dos trabalhadores está excluída do

acesso às condições dignas de trabalho, de lazer e de outros serviços.

Para este estudo partimos do materialismo histórico dialético como método de abordagem e de investigação da dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac. Sobre o materialismo histórico dialético, Icasuriaga (1997, p.12), nos traz que este método,

descreve, ordena, classifica os fatos na sua aparência, na sua processualidade, para extrair deles a sua essência. Este processo de passagem do conhecimento abstrato ao concreto é mediado por múltiplas determinações, que através de aproximações sucessivas, lhe permitem um conhecimento maior do objeto. Porém este conhecimento não esgota o ser. Enquanto ele existir sempre permitirá novos conhecimentos.

Este método sugere, portanto, que se compreenda a problemática em um movimento amplo, complexo, contraditório, dialético, que busque apreender essa realidade, que de acordo com Ianni (1986), é complexa, é heterogênea, é contraditória. E sendo assim para este autor a realidade está em constante movimento, e na verdade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados, daí a importância de que nesse percurso seja superada a simples aparência em busca da essência, entre a parte e o todo, o singular e o universal.

Para tanto, foi realizado um levantamento de fontes bibliográficas referente ao tema desta dissertação como primeiro passo para levantamento e discussão sobre o que dará base teórica ao estudo, assim como possibilitar um maior entendimento sobre as contradições existentes na dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac.

Em seguida, realizamos uma pesquisa documental sobre a origem e a história da praça em questão, precisamente em jornais, sites e documentos oficiais, pertencentes à Paróquia de São Domingos de Gusmão. Com esta etapa, objetivou-se conhecer a história da praça, avaliando desde a sua construção até os dias atuais.

Com estes passos executados, realizamos a observação sistemática na área de estudo, nos horários da manhã, tarde e noite em todos os dias da semana, porém de forma não consecutiva. A intenção estava em verificar e anotar a dinâmica cotidiana daqueles que fazem uso da referida praça.

Ainda como parte da operacionalização da metodologia de trabalho, fizemos uso de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas com 14 (quatorze) pessoas que fazem uso de forma frequente da praça. De acordo com Minayo (2001), uma pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois na pesquisa qualitativa, a fala de uma pessoa é a representatividade de um grupo. Neste sentido, esta pesquisa responde a este critério, não havendo necessidade de entrevistar a totalidade das pessoas que fazem uso da referida praça. Para esta autora, as

peças entrevistadas devem ser aquelas que têm uma vinculação mais significativa com o problema investigado e, assim, na definição do grupo a ser entrevistado devem ser consideradas as múltiplas dimensões do objeto de estudo, ou seja, que abrange a totalidade do problema.

Na utilização da entrevista foi valorizada a fala das pessoas abordadas, que através dos seus depoimentos expressaram importantes fatos que contribuíram para a construção dos pressupostos teóricos definidos para elaboração desse trabalho de pesquisa, no qual a origem e a história da praça assume uma dimensão relevante.

Em nossas incursões em busca de documentação que nos auxiliasse na construção da história e da origem da Praça Olavo Bilac, e de seus usos, observamos que existia pouca documentação que tratasse especificamente desta praça. A documentação encontrada estava vinculada à história da Paróquia de São Domingos de Gusmão, uma vez que a existência desta praça está, em muito aspectos, imbricada com a história desta Paróquia.

Esta vinculação, nos possibilitou o acesso a documentos importantes, o que foi viabilizado pelo atual pároco, Padre Bruno Secci, e pelo antigo e atual administrador da Paróquia, que disponibilizou seus arquivos pessoais e aqueles existentes na secretaria da Paróquia. Com isto, foi possível fotografar, reproduzir os documentos, acumulando, portanto, um conjunto de materiais a serem utilizados no processo investigativo. Esta documentação somada aos resultados das entrevistas possibilitou a construção de um material diferenciado sobre a gênese e usos da Praça Olavo Bilac.

A sistematização da (re)construção teórica e empírica resultou na organização dos 3 (três) capítulos apresentados a seguir: Sendo o primeiro, **Abordagens teóricas e históricas sobre as praças no contexto da cidade capitalista; o segundo; O Processo de urbanização na Amazônia: contextualizando o bairro da Terra Firme;** E no terceiro capítulo, **A Praça Olavo Bilac: Um espaço de usos diversos.**

No primeiro capítulo, **Abordagens teóricas e históricas sobre as praças no contexto da cidade capitalista**, trata-se da sustentação conceitual da pesquisa, referente à compreensão das determinações históricas deste espaço, e sua relação com o contexto urbano capitalista, e assim contribuir para uma análise nos dias atuais. Para tanto, trabalhamos com autores como Jean Lojkin, 1997; Ana Fani Carlos, 2008 e 2009; Henri Lefebvre, 2001; Fábio Robba e Sílvio Soares Macedo (2010); Mauro Font, 2003; Bruno Luiz De Angelis, (2005), entre outros.

No segundo capítulo, intitulado: **O Processo de urbanização na Amazônia contextualizando o bairro da Terra Firme;** com vistas à se proceder uma reflexão teórico-

histórica numa perspectiva de apontar de que forma este processo contribuiu para os múltiplos usos nos diferentes espaços nesta cidade. Para tal, trabalhamos com o aporte de autores como: Nazaré Sarges (2002); Eliene Rodrigues (1998); Thomas Mitschein(1989); Saint Clair Trindade Junior (1997); Bertha Becker (1998) e Antonio Penteadó (1968).

No terceiro capítulo: ***A Praça Olavo Bilac: A Praça Olavo Bilac: Um espaço de usos diversos***, de forma específica, sobre a dinâmica da Praça Olavo Bilac como síntese das múltiplas realidades vividas neste espaço, realidades estas que se cruzam e se interligam no espaço da cidade de Belém, e em especial no bairro da Terra Firme. O objetivo é apresentar e refletir sobre os diferentes usos que conformam a sua dinâmica, na perspectiva de compreender como esta praça foi sendo constituída, a partir da sistematização analítica dos resultados obtidos nas entrevistas com os sujeitos que dela fazem uso e dos documentos oficiais existentes na Paróquia São Domingos de Gusmão.

Ao final, apresentamos considerações finais referentes aos objetivos propostos e aos principais resultados obtidos no desenvolvimento desta dissertação. Sistematizamos reflexões sobre os usos da Praça Olavo Bilac, que não têm a intenção de serem conclusivas, nem de se encerrarem com o término desta dissertação, dada a complexidade da abordagem acerca de processos particulares no contexto capitalista das cidades, uma vez que se apresentam de forma dinâmica, diversa e contraditória.

2 ABORDAGENS TEÓRICA E HISTÓRICA SOBRE AS PRAÇAS NO CONTEXTO DA CIDADE CAPITALISTA

2.1 A PRAÇA NO CONTEXTO DA CIDADE CAPITALISTA

Para se estudar os usos cotidianos de uma praça, a partir do entendimento da organização deste espaço no contexto da cidade, torna-se fundamental compreender o processo de constituição das cidades, e ainda compreender esta cidade no contexto do espaço urbano capitalista. Nesta perspectiva, este trabalho busca identificar e analisar os usos e as formas de apropriação da *Praça Olavo Bilac* pelos sujeitos que fazem uso desta praça, localizada no bairro da Terra Firme no Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), na cidade de Belém. (mapa 1).

Mapa 1 - Localização do Distrito Administrativo de Belém.



Fonte: ww.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/ANEXO_VIII_unidades_territoriais_de_planejamento.dwf.

- Belém
- DAGUA

Antes de adentrarmos no objetivo a que se propõe este capítulo, faz-se oportuno esclarecer que a noção de uso na qual está ancorado este estudo se refere a Carlos (2008, p. 10), para quem:

O uso tem um caráter local, ele contempla os trajetos e percursos que o cidadão realiza cotidianamente como condição de realização de sua vida enquanto manifestação dos atos mais banais como ir ao trabalho diariamente, ir à feira, ao supermercado, visitar amigos e/ou familiares, e, estes momentos do uso aparecem como modos de apropriação dos lugares da cidade, através do corpo humano.

Esta autora ressalta que a cidade passa constantemente por transformações, por meio de políticas públicas ou de estratégias imobiliárias, que imprimem uma redefinição no uso do espaço, transformando-o em condição de mercadoria.

A cidade é resultado de um processo histórico da ação dos sujeitos, por isso constitui-se como produto humano, logo, social. Os sujeitos que atuam na cidade têm capacidade de, com o seu trabalho, atuar sobre a natureza e transformá-la, portanto, a cidade é uma realização humana (CARLOS, 2008). E como realização humana se apresenta de maneira concreta, determinada, dinâmica, e com uma realidade passível de ser transformada. Para a apreensão dessa realidade, é necessário uma reflexão acerca das determinações existentes, da realidade objetiva para o desenvolvimento e transformação dos fatos, como também é preciso compreender os fatos a partir de suas contradições, em sua totalidade na qual esse todo depende da estruturação do modo de produção existente e das relações estabelecidas pelos sujeitos.

Nesta medida, a cidade é construída no seu cotidiano por meio de lutas diárias entre os sujeitos e, sendo um produto de relações sociais assume a dimensão histórica. Em consonância com esta realidade Carlos (2008, p.57) afirma-nos que:

Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história.

Portanto, a cidade confirma-se em seu caráter dinâmico, detentora de um movimento que se constrói a cada dia, de acordo com o processo histórico. Segundo Carlos (2008, p.57), a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada em função de determinações históricas específicas. Assim, a cidade, a partir de suas especificidades históricas, assume, ao longo do processo, diferentes funções e características, que podem estar relacionadas às

determinações particulares do lugar. Dessa forma em cada momento, a cidade seria o produto da divisão, do tipo e dos objetos do trabalho, bem como do poder nela centralizado (CARLOS, 2008, p.57).

Para a autora a cidade não deve ser concebida de forma descontextualizada da sociedade global, mas sim, deve-se, de forma ampliada considerar a organização política, a estrutura do poder e as classes sociais. Assim, a cidade obedece na sua dinâmica à tendência homogeneizante do que é global e portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto (LEFEBVRE, 2001, p.51). Ainda segundo este autor.

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. (LEFEBVRE, 2001, p.51).

Dessa forma, inferimos que as práticas desenvolvidas na cidade são determinadas pelo que acontece na sociedade em geral. Mas também, de acordo com Lefebvre (2001, p. 51-52), a cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade. Segundo o autor a cidade se situa entre o que ele chama de ordem próxima e ordem distante, sendo que a ordem próxima diz respeito às relações dos sujeitos em grupos mais ou menos organizados e estruturados entre si, enquanto a ordem distante seria aquela regida pelas instituições dotadas de poderes. Assim, a cidade é entendida a partir da relação entre o particular e o geral, entre a ordem próxima e a ordem distante em um movimento constante de ir e vir da vida cotidiana.

Para Carlos (2008) a cidade seria exatamente a expressão da realização humana, é um fazer-se intenso e ininterrupto; é um fazer e desfazer como uma construção humana. Para esta autora, a cidade é, ao mesmo tempo, aglomeração e concentração, mas não apenas entendida como localização de população, de infra-estrutura, de prédios, o que seria o seu aspecto fenomênico, aparente. Compreendê-la além da sua aparência, significa que como a cidade do capital é nesta que se concentram, segundo Carlos (2008, p. 73-74):

Os meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo [...] aparece como a justaposição de unidades produtivas, através da articulação entre os capitais individuais e a circulação geral, integrando diversos aspectos produtivos, centros de intercâmbio e serviços, mercado de mão-de-obra, etc. Implica uma configuração espacial própria em função das necessidades de reprodução do capital, de modo a garantir a fluidez do ciclo de reprodução. A cidade se produz de modo a permitir a articulação entre processo de produção e distribuição e troca, consumo e a gestão.

Nesta acepção, a cidade é compreendida como condição do processo de produção assentada na relação entre o processo imediato de produção e unidades fabris, de um lado, e o processo do conjunto da produção da circulação de outro, o que remete à necessária articulação entre os capitais individuais e a circulação geral (CARLOS, 2008, p. 74).

Assim sendo, o espaço urbano é configurado a partir de uma materialidade, como produto e condição da reprodução do processo produtivo, que se dá na cidade com seus traçados, ruas e praças, e se constitui em meio de produção que, para os capitalistas, seria o capital fixo. Neste contexto, Carlos (2008, p. 74) afirma-nos ser a cidade condição material para a produção e circulação.

Segundo Carlos (2008,p.74), no capitalismo, o espaço urbano assume esse mesmo sentido- o de capital fixo, ou de meio de *reprodução do capital*, sendo a cidade, um fenômeno mundial viabilizador desse processo de reprodução. Contudo, essa realidade não se dá de forma harmônica, sem conflitos, uma vez que o urbano se caracteriza por ser o *locus* das contradições, próprias do modo capitalista de produção, responsáveis pela relação de uso do espaço urbano.

De acordo com Lojkine (1997), a oposição fundamental presente no espaço urbano é a que se estabelece entre capital e trabalho. Para ele, a vida urbana expressa a divisão social e territorial do trabalho, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais, no modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, para Lojkine (1997, p. 15):

As formas de urbanização são antes de mais nada forma da divisão social (e territorial) do trabalho, elas são o cerne da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico - essencialmente em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas- e as leis de acumulação do capital.

Este autor destaca o fato de que as formas contraditórias do desenvolvimento urbano são a revelação do caráter historicamente determinado do modo de produção capitalista e as formas urbanas são reveladas pela acumulação de trabalho materializado. Assim ressalta que essas contradições são acentuadas pela política do Estado, que possui um papel fundamental nesse processo, assumindo não apenas a defesa, mas a garantia dos interesses do capital (LOJKINE, 1997). Sobre o papel do Estado Harvey (2005, p. 79), afirma-nos que este atua promovendo a criação da infraestrutura necessária ao processo de acumulação, e esta postura está sempre presente na história da sociedade, já que há pouquíssimos aspectos que não se encontram diretamente influenciados por políticas oriundas do Estado, afirmando assim, que

apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia.

Desta forma, o investimento e a distribuição de equipamentos nas cidades, como escolas, transporte, praças, animação cultural, entre outros, dão-se de acordo com os interesses de classe assegurados pelo próprio Estado. É na cidade que esse papel vai se expressar de forma concreta.

Nessa perspectiva, a cidade se constitui em condição necessária para o avanço do processo de acumulação, sendo produzida a partir de necessidades de um sistema que garanta a produção e a circulação de mercadorias. Como a cidade também é o lugar da reprodução da força de trabalho, conseqüentemente, será também o lugar em que acontecem os conflitos entre os interesses da reprodução do capital e os interesses que dizem respeito às necessidades sociais do trabalhador. E esses conflitos podem ser observados nas desigualdades expressas no dia-a-dia da cidade, pela forma como os sujeitos se movimentam e ainda pelos usos atribuídos aos espaços urbanos no contexto da cidade, cujos movimentos, e usos se dão de forma desigual.

Sobre os usos do espaço, inferimos que este é desigual na medida em que uma parcela dos sujeitos terá acesso a ele, enquanto à outra é negado esse direito, ou seja, a implantação e a distribuição dos bens e serviços se dão de forma desigual e diferenciada, resultando num processo de segregação sócio espacial, que se fundamenta na valorização capitalista do uso do espaço, e o que isso significa? Significa que neste contexto a cidade se apresenta de forma excludente, com uma paisagem¹ distinta, que revela os distintos interesses que se encontram em disputa na cidade. Assim, os interesses em jogo são antagônicos e contraditórios.

Quanto ao processo de segregação, várias são suas formas de manifestação no espaço urbano. De acordo com Lojkin (1997), tem-se um processo segregativo entre centro e periferia, no nível dos equipamentos coletivos distribuídos na cidade e processos de segregação referente ao nível dos transportes, nos quais a disponibilidade crítica dos transportes coletivos contrasta com os privilégios do uso do automóvel, cuja prioridade volta-se para a ampliação de ruas, criação de viadutos, a viabilização da compra de automóveis por

¹ Segundo Santos (1997), a PAISAGEM é o domínio do visível e não se forma apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. É o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. Já para (CARLOS, 2008), a paisagem urbana é a expressão da ordem e do caos, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento no seu processo de desenvolvimento. Conseqüentemente, essa forma apresentar-se-á como histórica, especificamente determinada, concreta.

meio de incentivos creditícios, em detrimento de uma política que possibilite a melhoria dos transportes coletivos.

Os tipos de segregação acima não se esgotam em si, pelo contrário, ajudam a elucidar como o capitalismo, em sua lógica perversa, contribui para a fragmentação do solo urbano, na medida em que seu uso se dá em função dos interesses do capital. Assim, estará mais bem situado neste espaço quem tiver o maior poder aquisitivo, para realizar investimentos em favor da reprodução deste capital.

Na atualidade, principalmente nas grandes cidades, facilmente identificamos esse processo de segregação. Quando caminhamos e constatamos diferenças entre os bairros, já que enquanto alguns possuem ruas pavimentadas e infraestruturadas, outros as têm esburacadas e cobertas de lama.

Quem nunca refletiu por que uma determinada praça, localizada no centro da cidade tem bancos, vastas árvores, iluminação pública e segurança, enquanto outras, localizadas em áreas afastadas do centro da cidade, nem mesmo banco tem para que as pessoas possam sentar. Ou ainda o que explica um bairro, considerado nobre possuir mais praças que outro bairro considerado periférico, cuja população é o dobro? Essas diferenças-básicas, mas profundas- determinarão fundamentalmente diferenças no modo de viver na cidade.

A referência às praças apresenta-se apenas como um exemplo desse movimento assimétrico dos usos do espaço urbano, mas poderíamos citar ainda as escolas, as creches, os condomínios, ou seja, realidades que demonstram não o descaso do poder público, mas, ao contrário, são reveladoras da posição de classe do poder constituído.

Assim, sob o aspecto das relações sociais capitalistas, observamos que o valor de uso do espaço é modificado, integrando-o na produção mercantil, de modo que o efeito para a rentabilidade urbana será a sua desigual distribuição social, logo, a segregação espacial do seu uso. (LOJKINE, 1997).

Portanto, a distribuição no espaço urbano se dá em função do poder aquisitivo, dos diferentes grupos sociais localizados na cidade, onde estiverem bem ou mal distribuídas as condições de infraestrutura urbana. Nessa medida, a forma de distribuição dos equipamentos no espaço urbano implica no tratamento deste espaço como se este fosse uma mercadoria. Neste sentido as melhores condições de infraestrutura estão localizadas onde residem aqueles que têm poder aquisitivo para consumir esta mercadoria.

Dessa forma, sob a perspectiva, de se pensar a cidade como um produto que está disponível para ser vendido, Vainer (2002) comprova o aspecto de mercadoria que a cidade

assume, afirmando que, na lógica capitalista, a cidade se enquadra num mercado extremamente competitivo, nessa perspectiva Sánchez (2001, p. 33), nos assevera que:

A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual.

E assim tudo o que existe na cidade é ou pode tornar-se mercadoria. O que deveria ser valor de uso torna-se valor de troca. No contexto brasileiro, este tipo de cidade se multiplica a cada dia, tanto em cidades pequenas como em cidades grandes, e em diferentes escalas, são induzidas a descobrir nelas mesmas algo, que possa ser vendido. Vainer (2002, p. 77-78), nos diz que as cidades brasileiras vêm sendo desafiadas por *õmutações idênticasõ* às vividas pelas empresas constatando que,

A cidade é uma mercadoria/ a cidade é uma empresa/ a cidade é uma pátria, é importante se perceber o sentido e a eficácia de cada uma dessas analogias na construção de um projeto de cidade, que implica na direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados. [...] A cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo [...].

E nesse sentido em se tratando do planejamento e da gestão do espaço urbano, prevalece o planejamento estratégico, cujo objetivo é otimizar a venda da cidade. Mas, para isto faz-se necessário criar uma imagem positiva da cidade, de modo a que pareça segura, e apta à divulgação, à venda e ao consumo no mercado. Para isto, a política de gestão do espaço não poupa esforços em propaganda, cuja finalidade é atrair tanto para investidores, o capital estrangeiro, as empresas, como para os turistas que são consumidores da cidade (VAINER, 2002).

Para Sánchez (2001, p. 32), o processo de reprodução do espaço social é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo, e ressalta que: ão espaço toma forma também através de representações e imagens adequadas, o que explica a importância que vem adquirindo o *city marketing* como instrumento das políticas públicasõ.

Contudo, nessa forma de conceber a cidade, as demandas, os sonhos e os desejos dos sujeitos sociais que nela vivem não são tidos como prioridades, ou nem mesmo considerados e respeitados. O que importa é uma cidade segura para o turista, para quem vem de fora e, mesmo que não a seja, sua imagem será assim divulgada, ou seja, deve estar pronta, para um grupo específico: o capital.

No entanto, para que a cidade seja vendida, consumida, seus aspectos negativos precisam ser escondidos. Vainer (2002) ressalta a importância de uma higienização da cidade para o mercado internacional. Assim, espaços que não são alvos deste grupo são deixados de lado, abandonados pelo poder público, pois se o objetivo é tornar a cidade cada vez mais competitiva e vendável, então, suas calçadas, suas ruas e, especialmente suas praças, também são lugares apropriados pela lógica do capital, que tudo quer transformar em lucro e vantagem pecuniária.

Assim, surge a necessidade de se criarem as cidades modelo que, de acordo com Sánchez (2001, p. 31) são a imagem de marca construída pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidade. Quando essas cidades-modelo são observadas isoladamente, parecem formar, para o senso comum, uma padronização de modelos idealizadas pelo governo local, o que leva Sanchez (2001, p. 31), a constatar que:

Essa aparência constrói a representação do processo de transformação de determinados projetos de cidade em modelo, como processo que se dá de dentro para fora, como se fosse construído apenas e essencialmente a partir da ação local dos governos e cidadãos e, posteriormente, descoberto por agentes externos, difundido em outros âmbitos e escalas.

Na verdade, essa padronização da imagem das cidades obedece a um conjunto de regras denominadas por Sanchez de interescales, que são estrategicamente construídas em âmbito local, nacional e internacional. Dessa forma as desigualdades e as contradições são cada vez mais acentuadas, já que as ruas, as calçadas e as praças são lugares, utilizados pelos grupos sociais de baixo poder aquisitivo como lugar de trabalho. A lógica capitalista de pensar a cidade, algumas vezes materializada em medidas administrativas, modifica profundamente o modo de vida dos sujeitos que vivem a cidade.

A praça, como elemento integrante de uma cidade, terá seu uso alterado em função do contexto contraditório no qual a cidade está inserida, pois prioriza o embelezamento, o uso restrito, em detrimento do uso coletivo do espaço pelos sujeitos que vivem nas cidades. De acordo com Saldanha (1993) as formas espaciais são produzidas pela ação humana e expressarão os interesses da classe dominante ou de seus governantes; de determinado modo de produção, dentro de um modelo de desenvolvimento específico e da maior ou menor participação dos sujeitos nas decisões que definem o rumo que a cidade na qual vivem deverá tomar.

Assim, a praça pode representar um lugar privilegiado de encontro, mas também do diverso no espaço urbano, uma vez que se torna um lugar de luta diária pela sobrevivência. Portanto, são transformados em espaços cujas diferentes práticas acontecem, seja em busca de trabalho, de diversão, ou outras formas de relação com a cidade, as quais destaca-se a sobrevivência.

O espaço urbano, além de responder às formas de valorização capitalista do solo, também assume uma função que responde às necessidades atuais, reais, daqueles que interagem cotidianamente na cidade e com outros elementos que compõem a dinâmica urbana das cidades, as quais destacamos a praça. Lefebvre (1974), ao discutir o espaço define três momentos no processo de sua produção: o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. Para Lefebvre (1974), o espaço social configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, que se dá por meio da sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Esta análise do espaço nos remete à considerá-lo um campo de possibilidades que se opõe ao homogêneo. Assim os sujeitos que o constroem não devem aceitar apenas contemplar seu uso, mas sim inscrever seu próprio sentido de uso, a partir de suas necessidades e carências.

Para este autor, o espaço é resultado das relações sociais. Portanto, o concreto é historicamente construído, tendo como representação mental o urbano e a cidade como materialização desta representação. Neste sentido Lefebvre (1974) retrata que o espaço representa um conjunto de diferenças, representa várias maneiras de viver na cidade. Assim, o espaço é um meio de sobrevivência dentro das relações contraditórias e conflitantes do capitalismo, pois essas relações se desdobram para a vida cotidiana.

2.2 PRAÇAS: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

Para Robba e Macedo (2010), praças são espaços livres de edificação. Devendo ser espaços públicos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos. Mas, com a evolução das cidades, alterou-se significativamente o papel da praça, porém o caráter social que a caracteriza se mantém ao longo do tempo. De acordo com Dizero (2006), a praça é um local de convívio social por excelência. Por outro lado, Favole (*apud* FONT, 2003, p. 11) afirma que:

O termo praça apesar de derivar da palavra *öplateaö* (alargamento), se utiliza sempre para indicar um espaço rodeado de edifícios, que o delimitam e o definem [...] e que o termo, todavia, perdeu seu significado univalente, praça é agora uma palavra de amplo espectro, que se utiliza para indicar lugares e intenções de projetos heterogêneos.

Assim sendo, a praça contemporânea é vista como um espaço que não tem uma função específica, nem depende apenas de um edifício ou de um monumento, uma vez que sua finalidade, segundo Favole (1995), é a de se constituir em um lugar atrativo de encontro e reunião.

Esta idéia é corroborado por Lamas (1993), quando nos afirma que a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas, conforme ressalta Font(2003), para o fato de que mudanças ocorrem também em suas formas, a exemplo de diversos projetos de revitalização a que historicamente as praças vêm sendo submetidas.

No entendimento de Font (2003), a praça é um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, dotada de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e também de partida, concentração e dispersão, além de abrigar, dentro ou fora dela, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares. Portanto na praça ou em seu entorno há um mundo em movimento.

Kato (*apud* FONT, 2003) faz uma abordagem sobre a praça a partir da exploração do termo *õsquareö*, que a define como sendo um espaço público aberto, localizado em um determinado ponto crítico em áreas urbanas para reuniões, mercados e baseando-se nessa definição, aponta três requisitos fundamentais em uma praça: lugar de reunião, características de lugar central; ter certa extensão e a maneira de uso e apropriação do espaço.

Sobre os usos e a forma de apropriação das praças, Font (2003, p. 10) ressalta que:

Do mesmo modo que temos praças servindo de abrigo para muitos moradores de rua, principalmente nas grandes metrópoles, sem que isto seja implícito ou intrínseco ao projeto, a praça hoje não pode ser tomada como lugar explicitamente para reunião.

Nessa perspectiva Font nos diz ainda que a praça pode ser local de encontro, onde se joga õconversa foraö, porém, no modo como se apresenta hoje na sociedade, a praça tem sido expressão da impossibilidade de existência de moradia para todos, de lazer, de trabalho, dentre outras determinações da sociedade capitalista.

Assim a praça, mais do que um local de lazer, do encontro, precisa ser transformada em local de moradia, local de luta diária pela sobrevivência. As formas variadas de uso da praça podem acontecer em diferentes praças, ou em uma mesma praça tais usos podem ser alternados de acordo com o horário, com o dia da semana, com os períodos do ano, ou seja,

obedecem à dinâmica social própria das cidades, conforme veremos no capítulo específico sobre as distintas formas de uso da Praça Olavo Bilac em Belém.

Estes usos podem ainda estar relacionados, à sua localização: se no centro, na periferia, ou nos bairros mais afastados. Existem diferenciações observadas na dotação de equipamentos destinados ao lazer, à iluminação, ao paisagismo, às programações e à limpeza pública. Observa-se, assim, que os usos podem significar a aceitação ou a resistência de uma sociedade desigual, não apenas na distribuição de seus bens e serviços, como no acesso a eles.

Para De Angelis *et al.*, (2005, p. 2), odo romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre a praça existem os mais diversos, porém todos convergem para um entendimento em comum: é o local da reunião e do encontro. A praça é, por conseguinte nas suas diversas acepções, o lugar do encontro, mas para compreendê-la faz-se necessário inseri-la no contexto da cidade, das suas contradições. Contradições estas nas quais a vida se reproduz e se dá o modo concreto de se viver. A praça é assim entendida como um espaço de reprodução da vida, logo, as contradições ali expressas dizem respeito ao modo concreto de viver de cada sujeito que lá se encontra: ao modo de viver expresso em suas lutas diárias pela sobrevivência, em uma cidade que tem sua dinâmica conduzida pelo modo capitalista de produção.

Portanto, mesmo com a forma física, ou com a sua forma material inalterada, muitos podem ser os significados atribuídos a este espaço. A praça não é um espaço neutro, ao contrário, é cheia de intenções referentes ao momento histórico no qual surgiu e, principalmente ao momento presente, como nos ratifica Font (2003, p.10), para quem “[...] no contexto da conceituação, ou daquilo que é percebido, da simples descrição ou caracterização do que venha a ser praça, encontramos um número muito grande de definições, muitas atreladas às questões temporais, regionais e culturais.”

Nesse contexto observamos que muitas e significativas foram as mudanças pelas quais as praças passaram ao longo do tempo. São mudanças que não se esgotaram e estão continuamente sendo reelaboradas que dizem respeito, dentre outros aspectos, à sua definição, à sua concepção, aos aspectos físicos e às formas de uso.

2.3 PRAÇAS: HISTORICIDADE, CONTEXTUALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

Objetivando apresentar a contextualização histórica e as transformações das praças no contexto urbano capitalista, faremos a seguir algumas reflexões sobre a origem das praças em diferentes momentos e em diferentes formas. Apontaremos elementos que nos ajudarão na compreensão de forma mais geral e, em particular, na cidade de Belém do Pará.

Os principais estudiosos sobre as praças consideram que estas nasceram nas cidades da antiga Grécia e de Roma e foram, intencionalmente, pensadas e projetadas, como a *ágora*, para os gregos, e o *fórum*, para os romanos, como bem nos diz De Angelis et al (2005). Assim, para este autor, a *ágora*, como espaço precursor das praças, correspondia ao centro dinâmico da cidade grega, a *ágora* é a antecessora remota de nossas praças. (DE ANGELIS *et al*, 2005, p. 04).

Nas palavras de De Angelis *et al* (2005), a história demonstra que a praça ocidental tem sua origem na *ágora* ateniense, local de reunião e discussão dos destinos de muitas das cidades gregas. Com um sentido político, mas não apenas, a *ágora* era um espaço público de muita visibilidade e um dos espaços mais valorizados da cidade grega que não tinha uma forma definida ou regular (DE ANGELIS *et al*, 2005). Caracterizava-se como um espaço construído, permanente e fixo em sentido político e era o lugar no qual se deliberavam assuntos importantes para a vida das pessoas e da sociedade grega. Sobre este período, Robba e Macedo (2010) afirmam que a praça era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado.

A praça também tem sua origem no *fórum* romano e se diferenciava da *ágora*, por seu traçado complexo, desordenado, em que se misturam os edifícios destinados a diversas funções. Representava o símbolo do poder em escala monumental, com templos nobres, adornados, arcos triunfais, colunatas e inúmeras estátuas, e servia como local de comércio e de política popular (ROSTOVTZEFF, 1983).

A origem do *fórum* romano remonta ao tempo em que Roma era constituída pela união de várias tribos estrangeiras, resultando em um mercado comum: o *fórum*, como lugar de assembléia, também usado como lugar de disputas atléticas e gladiatórias (DE ANGELIS *et al*, 2005). Com seu traçado complexo, o *fórum* era amplamente difundido, nas cidades maiores, sendo utilizado para o comércio, para as assembléias, os encontros religiosos. Assim, atraía multidões, cujos expectadores reuniam-se também para assistir à passagem de chefes militares com seus troféus de guerra (MUNFORD, 1982).

Na Idade Média, a praça, de acordo com De Angelis *et al* (2005), era um local de espetáculo, lugar de mercado, encontro político, mas também local destinado à espetacularização do cotidiano, das relações sociais. O espaço público mais importante na cidade era a praça de mercado, lugar de trocas e serviços, com funções de comércio e, principalmente, de encontro social. Neste espaço, concentravam-se diversas barracas com os mais variados tipos de venda. Normalmente, as praças se dividiam em praça de mercado e

praça da igreja. Quanto à sua forma, a praça medieval é geralmente irregular resultando num vazio aberto em estrutura urbana, sem um desenho prévio (LAMAS, 1993).

A praça de mercado era o lugar cujas pessoas encontravam-se, normalmente, homens e escravos que faziam compras nas diversas barracas que ali existiam. Depois das compras, os encontros com amigos eram uma programação certa, o que acontecia nas barbearias, sapatarias ou qualquer outra loja no entorno da praça. Assim a barbearia, a sapataria e as lojas, transformavam-se numa espécie de clube ou sala de aula (TUAN, 1983).

No Renascimento, a praça se torna parte do planejamento urbano, como elemento urbanístico, De Angelis *et al* (2005). É a partir deste período que a praça se insere em definitivo na estrutura urbana, tornando-se um recinto ou lugar especial - público e adquirindo valor funcional, político-social, como também o valor simbólico e artístico (LAMAS, 1993, p.54). No aspecto físico, foram inseridos neste espaço elementos como pavimentação, pórticos, colunas, fontes etc. Neste momento histórico, a praça se converte em um dos principais elementos urbanísticos para a transformação e embelezamento das cidades.

Na Idade Moderna, as novas cidades européias seguem um padrão uniforme, com ruas retilíneas, sendo a praça localizada no centro da cidade sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes, a igreja, o paço municipal, a casa dos mercadores e dos colonos ricos (BENEVOLO, 1993).

Londres e Paris, entre outras cidades européias, cumprem o objetivo de controlar o crescente fluxo migratório do campo para a cidade, iniciando um processo de reestruturação em seus desenhos urbanos, o que implicava em afastar as pessoas do centro da cidade para a periferia, a fim de que não pudessem ser vistas pela nova cidade que nascia com a revolução industrial. Estas cidades foram reconstruídas seguindo o princípio da praça, mas totalmente diferente das praças medievais renascentistas, que eram centros irradiadores de toda a vida urbana (SENNET, 1989). Agora, ao contrário, a ideia era acabar com a vida na praça, restringindo o uso deste espaço a um grupo restrito de sujeitos.

Em Paris, as grandes praças, aos poucos configuravam-se em espaços cujas principais características reduziram-se a pontos de passagem. As atividades que aconteciam nas praças já não existiam mais. Tanto em Paris como em Londres a concepção era a mesma: afastar as pessoas, evitando assim o encontro entre elas, para que não pudessem discutir sobre o que politicamente acontecia na cidade, (SENNET, 1989, p.77) confirma tal realidade quando afirma que os criadores de praças espalhadas estavam firmemente decididos a manter o comércio afastado da área da praça [...] a praça se tornara um museu da natureza em meio ao

mais sofisticado tipo de moradia. Esta transformação levou Mumford a chamar as praças de Paris de *ãfórum dos elegantes*.

Desta forma, o movimento na praça foi enfraquecendo, pois a *õreestruturação* da densidade populacional por meio de planejamento de praças refreou a própria praça como um lugar central de uso múltiplo, de reunião e de observação (SENNET, 1989, p. 77). Essas mudanças influenciaram inúmeros países, servindo com espelho e eixo norteador para a elaboração de seu planejamento urbano, e entre esses países está o Brasil.

No Brasil, as primeiras praças brasileiras surgem no período colonial, relacionadas à Igreja Católica. Em geral foram construídas no entorno das igrejas, constituindo os primeiros espaços livres, públicos e urbanos. Atraíam as residências mais luxuosas, os prédios públicos mais importantes e o principal comércio, além de servirem como local de convivência da comunidade e como elo entre esta e a paróquia. Segundo Marx (1980, p. 50):

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião de gente e para um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas.

À Igreja Católica era outorgado um pedaço de terra e, em geral, no centro desta área era construída a capela e seu adro, enquanto áreas ao redor eram destinadas ao cemitério e ao *rossio*. Em volta da capela, eram construídos o casario e as edificações que iriam compor a vila e que mais tarde, dariam origem à cidade. O adro, espaço em frente ao templo, facilitava o acesso da comunidade à igreja, a saída das procissões e os autos da fé (ROBBA; MACEDO, 2010).

Podemos observar que as igrejas assumiram ao longo do tempo um dos mais importantes papéis na formação das praças no Brasil, e ainda hoje, com frequência as praças mais antigas tem em seu entorno uma igreja. Em Belém, entre muitas, podemos citar a Praça Frei Caetano Brandão, no bairro da Cidade Velha, que tem em sua frente a Igreja da Sé ó Catedral Metropolitana de Belém; a Praça do Carmo, na qual se localiza a Igreja do Carmo, obra de Antonio José Landi de 1627². Da mesma forma, a Praça Olavo Bilac cuja frente está a Igreja de São Domingos Gusmão, no bairro da Terra Firme.

Por estarem localizadas geralmente no centro da cidade ou do bairro, as praças atraem para o seu entorno edifícios, públicos ou privados que, em geral, são edificações exercem

² Da mesma forma, a Praça Olavo Bilac cuja frente está a Igreja de São Domingos Gusmão, no bairro da Terra Firme, objeto de pesquisa deste trabalho.

papéis importantes no contexto da cidade, como lojas e outras finalidades. Para Marx (1980, p. 54), as praças:

Atraem, de fato, as mais ricas residências, o melhor comércio, as atividades de lazer nas aglomerações menores ou mais conservadoras. Ecoam ainda a presença social e paisagística dos estabelecimentos religiosos na cena urbana do país em outras épocas, assim como, a significação dos adros, seus correspondentes urbanísticos.

Assim, a praça foi, aos poucos, constituindo-se no o centro da vida da cidade, seja por meio de atividades religiosas, de lazer, de troca, de compra ou venda, de caráter político ou militar. A praça, até o período colonial, era também chamada de largo (figura 1), terreiro e rossio. Era o espaço em que a população se manifestava; segundo Robba e Macedo (2010, p. 22), ãos fiéis demonstravam sua fé; os poderosos, o poder; e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da populaçãoö.

Para Marx (1980, p. 95) õesse transbordar do rito religioso por todo o espaço público da cidade, tinha grande alcance político-socioculturalö, pois envolvia toda a cidade com festa pública e manifestação de arte.

Figura 1 - Largo de Nazaré, Belém ó Pa, data não divulgada.



Fonte: www.2.bp.blogspot.com. Acesso em: 15 out. 2009.

Figura 2 - Largo das Mercês, Belém ó Pa, data não divulgada.



Fonte: www.2.bp.blogspot.com. Acesso em: 15 out. 2009.

Ao longo da história urbana brasileira, as praças, desempenharam papéis diferenciados na sociedade, como as praças cívicas brasileiras, surgidas em pequeno número, representando símbolos da história militar do país, muitas inclusive levam nome de destacadas figuras da área militar, como exemplo podemos citar as praças, D. Pedro II, localizada na cidade de Belém.

As praças, civicamente, militarmente, de mercado, ou simplesmente para a contemplação, destacavam-se nas cidades pelas funções que exerciam. Durante muito tempo, funções como essas deram o significado desses espaços públicos, tidos como o símbolo de poder, seja estatal, seja militar. Para Font (2003, p.15):

Mais do que uma questão linguística, o termo praça empregado na designação de logradouros públicos, faz transcrever a idéia e conceito ao conjunto de atividades ou atribuições de cada lugar: de como eram apropriados e apreendidos.

Com o passar dos anos, de acordo com Font (2003), entre os séculos XIX e XX, a praça brasileira assume mais acentuadamente, a imagem de depositária de elementos e ações simbólicas, o que significa que a praça era moldada de acordo com os interesses dominantes de cada momento histórico, ligados a interesses políticos, religiosos e culturais.

Neste contexto situacional, momento a praça colonial perde algumas de suas características e de suas funções, sendo substituídas por outras. O uso comercial e militar, já não era um dos principais acontecimentos, pois nesta, nova função passa a ser um espaço destinado, principalmente, à contemplação da natureza e ao descanso. A praça, movimentada por compras, trocas, arte, reivindicações, lazer e animadas conversas, cedeu lugar à praça jardim.

O surgimento da praça ajardinada alterou, de forma expressiva, o desenho urbano das cidades, tornando-se um marco de referência na história dos espaços livres urbanos brasileiros. Esse marco da história das praças altera não apenas a sua forma, mas também o uso da praça na cidade que, por sua vez, modifica também as pessoas que fazem uso deste espaço.

Assim, surge a necessidade de se criarem espaços *adequados* aos passeios contemplativos da natureza. De acordo com Robba e Macedo (2010), foi no final de 1700 que o Brasil construiu seu primeiro Passeio Público; o Passeio Público do Rio de Janeiro que, teve suas obras iniciadas por volta de 1779, por ordem do Vice-Rei, D. Luis de Vasconcelos, que incumbiu Mestre Valentim de projetar um jardim de prazer. Este Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local *para ver e para ser visto* (ROBBA; MACEDO, 2010; SEGAWA, 1996). Mesmo sendo seu uso destinado a um público restrito, sua construção se tornou um marco na jardinagem dos espaços públicos do Brasil. Nas palavras de Robba e Macedo (2010, p. 23):

O passeio público do rio de Janeiro foi implantado sobre uma lagoa aterrada na periferia da cidade, como um melhoramento para a recém-transferida capital do vice-reino. Destinava-se ao deleite do povo-que poderia usufruir do espaço ajardinado para descanso e apreciação da paisagem marinha proporcionada pelo mirante ali instalado, além de desfrutar da sensação de arrefecimento causado pela vegetação.

Esses espaços tiveram como espelho a Europa, eram voltados para a burguesia mercantil em ascensão, que precisava de espaços diferenciados, no Brasil, para exibir sua riqueza. Porém, em pouco tempo, tais espaços entraram em decadência, pois, segundo Robba e Macedo (2010, p. 24):

A inexistência de uma classe burguesa urbana que necessitasse daquele espaço não oficial para suas manifestações, ao lado da multiplicidade de usos que as praças e largos coloniais permitiam, transformou o Passeio Público do Rio de Janeiro em um espaço *ermo, vazio inseguro e conseqüentemente pouco atraente* para a aplicação de recursos públicos.

Por volta de 1862, o Passeio Público do Rio de Janeiro passou por uma reforma proposta pelo paisagista Auguste Francois Marie Glaziou e reabriu suas portas, impulsionado pela elite urbana, que começava a existir e que daria movimento aos jardins públicos do Brasil. Assim houve, nos quatro cantos do país, uma proliferação dos jardins, seja no âmbito público ou no âmbito privado, quando segundo Robba e Macedo (2010, p. 24), a população passa a valorizar a utilização da vegetação para embelezamento das ruas e de parte de seus quintais, agora chamados de jardins.

No final do século XIX e início do século XX, com o Brasil independente e enriquecido pela exportação do café e da borracha, mudanças significativas, não apenas no modo de vida, como na estrutura das cidades brasileiras, começam a acontecer (MARX, 1980; ROBBA; MACEDO, 2010). Apareceram jardins, parques e praças ajardinadas em grande número. Essa nova concepção de paisagem urbana representava um desejo de algo até então desconhecido nas cidades brasileiras: a prática do paisagismo e, conseqüentemente, a introdução da arborização nas áreas públicas, influenciando, de forma marcante, o processo de estruturação do espaço urbano brasileiro.

Dessa forma, as praças ganharam tratamento de jardinagem e arborização, pois precisavam se adequar ao padrão elegante de embelezamento e salubridade que este espaço assumia, perdendo, assim, algumas de suas peculiaridades. Segundo Segawa, (1996, p. 49), a praça pública e jardim público abrigaram dos séculos XVI ao XVIII a convivência dos opostos. Talvez o jardim como antídoto moderno à praça medieval. O jardim como antítese da praça. De acordo com Robba e Macedo (2010, p. 27):

A influência cultural exercida pela França e Inglaterra, e a necessidade de o país conectar-se com a nova ordem social, econômica e produtiva global da virada do século XIX proporcionaram o surgimento de campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. Grandes reformas foram feitas para transformar a cidade colonial em uma cidade republicana.

Na verdade o que estava por trás dessa concepção era a intenção de expulsar das áreas centrais as camadas mais pobres da sociedade que de maneira nenhuma poderiam atrapalhar a implantação do modelo europeu do desenho urbanístico para as cidades, e assim, conforme nos assevera Robba e Macedo (2010, p. 27), o embalado pelas políticas sanitaristas vigentes, o processo de remodelação urbana foi usado como justificativa para expulsar as camadas mais pobres da população que por ventura ocupassem áreas centrais.

O projeto de saneamento e embelezamento das cidades foi implantado pelo poder público em muitas cidades brasileiras. Em Manaus, por exemplo, tal processo ficou por conta

do governador Eduardo Ribeiro, já em Belém, da qual trataremos mais especificamente, foi concretizado no período de 1897 a 1911, quando de acordo com Sarges (2002, p. 114):

Sob a égide do pensamento positivista associado ao movimento urbanizador que ocorria na Europa, especialmente na capital francesa, que o Intendente Antonio José Lemos administra Belém, cidade situada *do lado de baixo da linha do equador*, habitada por pessoas com diferentes culturas e experiências diversas.

Porém, nos planos do Intendente, o que prevalecia não eram as particularidades da cidade, mas sim o que ocorria na Europa, em especial em Paris, que servia de espelho para seu intento modernizador. Assim como a exportação cafeeira em São Paulo, a exportação da borracha em Belém contribuiu de forma não apenas significativa, mas de forma definitiva para a execução dos planos do Intendente Antonio Lemos.

Conforme afirma Trindade Júnior (1997, p. 39):

Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Belém passa a vivenciar as repercussões trazidas pelo *boom* da economia da borracha, tornando-se o principal porto de escoamento do produto, além de se constituir na vanguarda cultural da região.

Nessa perspectiva, este mesmo autor nos afirma que:

Esse novo momento da economia regional se traduz em Belém não só em termos de crescimento populacional, com também numa série de medidas diretamente voltadas para a (re) estruturação do espaço urbano, dada as dimensões e a relevância que este passa a ter, enquanto *locus* de acumulação e sustentação da riqueza gerada pela produção gomífera. (TRINDADE JUNIOR, 1997, p. 39).

De acordo com Sarges (2002, p. 135):

É nesse contexto histórico e cultural que a rua, espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse atender essa elite que tinha avidez em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura européia aburguesada.

Assim o cotidiano da cidade ia sendo construído como resultado também dessa nova concepção de pensar o espaço da cidade, dessa forma, é constatado por Sarges (2002, p. 147), que:

O projeto de urbanização da cidade com a construção de praças, jardins, quiosques, belos palacetes, largas avenidas, amaranhava - se com o bota - abaixo de cortiços, da proibição de ambulantes em determinadas vias da cidade, do controle dos trabalhadores através da obrigatoriedade de matrículas e da multa ao carroceiro que conduzia mal a sua carroça; enfim era ,uma série de medidas que marcavam esse dia-a-dia com confrontos entre a população e os representantes da municipalidade.

Em Belém, a exemplo de outras grandes cidades brasileiras, o projeto da praça ajardinada vai se consolidando e assim, as praças, que já não tinham as mesmas, conforme nos aponta Sarges (2002, p. 136):

Características do tempo colonial, pelo contrário cada vez se mantinham mais distantes, e bosques também foram motivos de preocupação do Intendente, que viu na arborização da cidade, além da estética a necessidade de criar locais salubres e higiênicos.

Esse comportamento da administração de Antonio José Lemos traduzia-se em expressões de seus ideais modernizadores que estavam claramente a serviço de uma elite, e que exigia que os espaços públicos por esta classe freqüentados, demonstrassem sua posição social. Portanto, nas palavras de Robba e Macedo (2010, p. 29):

Trazendo essa tradição do jardim público, a praça ajardinada devia ser frequentada segundo algumas normas de conduta e comportamento bastante rígidas e hierarquizadas, não se assemelhando em nada ao polivalente largo colonial. A praça ajardinada foi palco para o desfile das elites exportadoras brasileiras na virada do século XIX para o século XX.

Nesse contexto a praça era um espaço público, porém tinha um público específico, a classe privilegiada enriquecida com a exportação da borracha, onde este público utilizava este espaço para passear, contemplar a natureza, e para isto usavam seus melhores trajes europeizados.

As praças, assim como os jardins, que seguiam os modelos parisienses, pois não eram cercadas, também serviam aos olhos do Intendente Antonio Lemos, além de motivo de orgulho, para indicar o nível de educação da população da cidade, o que leva Sarges (2002, p. 137), a destacar que: "No relatório do ano de 1903, quando se refere às praças, registra a seguinte impressão: Devo, contudo proclamar para a honra da população, que durante o ano recém-vindo manteve em alto grau as suas tradições de educação. Este elogio, conforme ressalta esta mesma autora, se referia ao bom estado de conservação dos logradouros públicos, mostrando o respeito dos transientes, especialmente com os jardins.

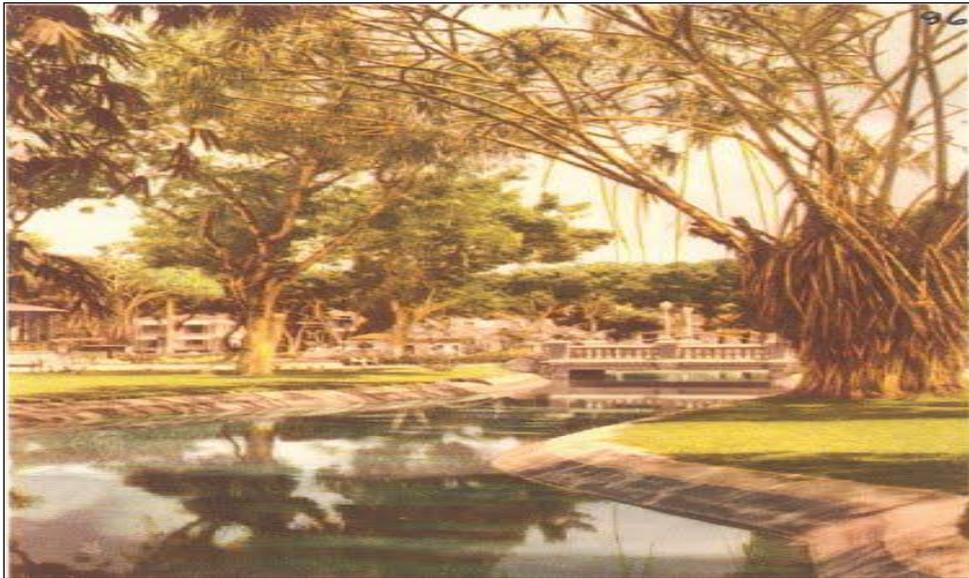
De acordo com Sarges (2002) na cidade de Belém, para garantir o sucesso de seu projeto modernizador, Antonio Lemos mandou buscar equipamentos fora do Brasil, especificamente na Alemanha, para equipar a Praça Batista Campos (figuras 3 e 4).

Figura 3 - Praça Batista Campos, nos anos 60 (1).



Fonte: <http://www.panoramio.com>. Acesso em: 15 abr. 2011.

Figura 4 - Praça Batista Campos, nos anos 60 (2).



Fonte: <http://www.panoramio.com>. Acesso em: 15 abr. 2011.

Mas não apenas a Praça Batista Campos era alvo de suas ações de embelezamento, podemos citar também a Praça da República, Praça D. Pedro II entre outras, todas localizadas no centro de Belém, pois apenas as praças do centro da cidade recebiam tratamento, relacionados a equipamento, conservação e manutenção.

Figura 5 - Praça ,da República nos anos 60 (3).



Fonte: <http://www.panoramio.com>. Acesso em: 15 abr. 2011.

Pois como bem ressalta Robba e Macedo (2010), neste período apenas as praças mais importantes receberam projetos que as transformavam em jardins. Nos bairros mais pobres ou mais distantes a história era outra bem diferente, as praças eram tratadas sem qualquer cuidado urbanístico.

Foi dessa forma que Belém inseriu no seu contexto urbano o projeto de ajardinamento das praças, atribuindo a elas um caráter contemplativo e hierarquizado socialmente, e que em nada se assemelhava às praças do período colonial, pois sua forma foi alterada e seus usos drasticamente transformados, e assim em Belém a exemplo de outras grandes cidades brasileiras o projeto da praça ajardinada foi se consolidando e com a rápida consolidação e assimilação do modelo da praça ajardinada como padrão de modernidade urbana, consolidou-se o hábito de projetar a praça pública. (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 30).

Acompanhado a esta realidade, a esse projeto de Praça em Belém, que correspondia a uma forma de projetar a cidade como um todo, reorganizar seu espaço em função de sua condição de capital da borracha, principal porto de escoamento desta riqueza e torná-la acessível aos novos sujeitos da classe enriquecidos com esta exportação está também uma cidade que é formada por sujeitos que foram historicamente excluídos e marginalizados desse processo.

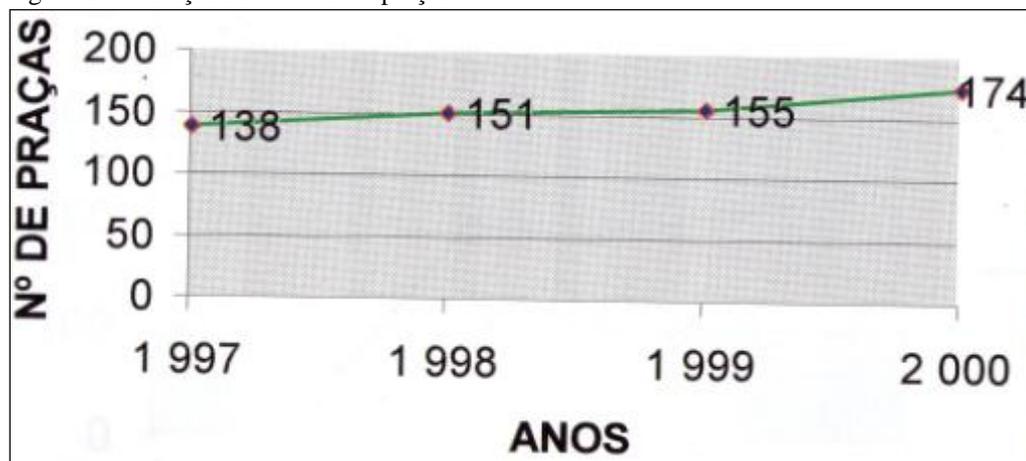
E nesta cidade não se configuram apenas espaços destinados à contemplação. As praças de Belém hoje têm sua rotina alterada, se ainda prevalecem algumas praças ajardinadas destinadas apenas ao lazer, mas esta não é uma realidade única, pois o que se vê nas praças

desta cidade é uma luta diária pela sobrevivência, seja no seu entorno ou no seu interior, com vendas diversificadas, regularizadas ou não pelos órgãos competentes. Desta forma em Belém os usos das praças não são iguais, e sua distribuição no desenho da cidade também não.

A desigualdade na distribuição do número de praças é uma realidade que vem se arrastando ao longo do tempo. E que foi a cada novo projeto de urbanização deixando marcas, tão profundas que, se nos reportamos ao momento atual a partir dos dados acerca da distribuição das praças em Belém podemos observar que mesmo considerando a expansão da cidade, e a densidade demográfica nos bairros mais afastados ainda se evidencia uma maior incidência das mesmas nas áreas centrais, sendo esta objeto de maior atenção em termos de conservação, equipamentos, programações artísticas, segurança, etc.

Importante ressaltar que, Belém nos anos de 1996 a 2004, a Prefeitura Municipal recuperou antigas praças e entregou novas praças. Com um projeto estratégico, de democratizar os espaços públicos, viabilizando o acesso a estes espaços. Abaixo apresentamos um quadro que demonstra a evolução do número de praças nos anos de 1997 a 2000.

Figura 6 - Evolução do número de praças em Belém.



Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento-2003.

Na atualidade a distribuição das praças na cidade de Belém, segundo dados divulgados pelo relatório realizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), referente aos anos de 2005-2007, sobre a qualidade de vida na grande Belém, onde foi avaliada a situação socioambiental desta cidade a partir de nove temas, a contar: floresta urbana, praças, lixo, água, esgoto, transporte, poluição sonora, poluição visual e patrimônio histórico

Quanto ao tema das praças, foi constatado que um terço dos bairros da Grande Belém não possui praça. Em Belém há uma distribuição desigual do número de praças, em que se

privilegia o centro da cidade, ãa distribuiçãõ desigual era notória, pois enquanto 24 bairros não possuíam nenhuma praça, o bairro da Campina tinha 20 praças. (LEÃO; ALENCAR; VERÍSSIMO, 2008, p.46).

Sobre isso Lojkin (1997) nos chama atenção que, um elemento importante ao se distribuir a infra-estrutura urbana é a concepção de ver os gastos com esses equipamentos através do seu valor de uso e não somente pelo seu valor de troca.

Para Lojkin (1997, p.182) não é uma coisa simples, pois:

Esse valor de uso tenderá a ser privatizado e fragmentado sob duplo efeito da concorrência entre agentes ou frações do capital, e da necessidade para o modo de produção capitalista de rentabilizar todos os setores da economia, integrando-os à esfera capitalista mercantil.

Dessa forma ficam penalizados os segmentos dos trabalhadores empobrecidos, pois o acesso às praças bem equipadas, com condições de uso implica no deslocamento dos bairros da periferia, onde residem, às áreas centrais da cidade.

No que diz respeito ao quadro geral em Belém até o ano de 2000, apenas 48% dos 137 bairros da Grande Belém possuíam praças. Essa situação melhorou ligeiramente em 2005 quando 55% dos bairros apresentavam pelo menos uma praça. Apesar disso, a distribuição das praças por bairros não atendia a distribuição mínima requerida pela LCCU (Lei Complementar de Controle Urbanístico) (BRASIL, 1999). De fato, ainda restavam 62 bairros na Grande Belém desprovidos de praças (LEÃO; ALENCAR; VERÍSSIMO, 2008, p. 45).

E, além disso, nos anos referentes ao período 2005-2007, na referida pesquisa, 43% das 268 praças existentes, possuíam equipamentos e edificações danificados ou destruídos. Em quase metade das praças havia pouco serviço de jardinagem ou realizado de forma precária. A situação apresentava-se de modo crítica em 12% das praças, nas quais as áreas verdes estavam inutilizadas, enquanto em outros 5% não havia áreas verdes. E ainda observa-se que, cerca de 21% das praças sofrem com o que os autores, do relatório da pesquisa, chamam de ocupação irregular, por ambulantes, barracas para venda de alimentos e estacionamento de carros e motos, contrariando o entendimento de que as praças são, ou deveriam ser, espaços de livre acesso público urbano destinados as práticas de lazer e ao convívio da população, acessíveis a todos os cidadãos e principalmente livre de veículos. (ROBBA; MACEDO, 2010).

Em 2005, o lixo estava presente em todas as praças da Grande Belém: na maioria (70%), o lixo era pouco e estava disperso; em 28%, a presença de lixo era significativa; nos

outros 2%, o acúmulo de lixo era extremo. Quanto à disponibilidade de praças houve uma redução de área de praça *per capita*: de 0,43 metros quadrado por pessoa, em 2001, para 0,42 metros quadrados por pessoa em 2005.

Apesar dos dados demonstrados acima, a pesquisa revela que, cerca de 50% das praças da Grande Belém estava em bom estado de conservação no que diz respeito aos equipamentos, edificações e passeios. Esse foi o caso, entre os exemplos citados, da Princesa Isabel (Condor), localizada no DAGUA.

Em outra matéria veiculada no jornal *Diário do Pará* em 15 de maio de 2009, cujo tema principal era *Praças são o retrato do abandono*, denunciava que as praças que localizavam-se na periferia de Belém, como Pedreira, Marambaia, e os conjuntos Paraíso dos Pássaros e Marex, sofrem com o descaso e o abandono. Sem outra opção, os frequentadores dividem espaço com o lixo e a lama, e sofrem com a criminalidade.

Assim, a realidade das praças é bem diferente e não condiz com as informações divulgadas pelas agências de turismo ou mesmo pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Belém³, onde o *link* referente às praças é direcionado para as principais praças da cidade, àquelas quase sempre localizadas no centro da cidade, referenciando seu potencial turístico e sua importância para o embelezamento da cidade e, ou ainda não condiz também com algumas matérias jornalísticas como a divulgada no dia 12 de janeiro de 2006, por ocasião do aniversário de Belém, no jornal *O Liberal* onde ao abordar o tema, revela que: Belém tem praças entre mangueiras, que estão entre as mais belas do Brasil, e se constituem em orgulho para quem mora na capital.

De fato, belas são àquelas praças que se encontram em qualquer panfleto de divulgação da cidade, e que são consideradas símbolos, entre elas: a Praça Batista Campos e a Praça da República, pois quando se trata de ouvir pessoas residentes no entorno da Praça Tancredo Neves, no bairro da Marambaia, em entrevista ao jornal *Diário do Pará* em 15 de maio de 2009, a história é outra completamente diferente, *é um abandono, vive cheia de lixo, mato e enche quando chove, o moro no entorno há 12 anos, e há cinco caminho pela praça, já foi assaltada três vezes. A manutenção da grama já era. Prometeram policiamento e nada.* (informação verbal).

A partir do exposto, somos levados aos seguintes questionamentos: para esses sujeitos que vivem ou que das praças sobrevivem, esses espaços são apenas sinônimo de beleza ou mesmo de lazer, a imagem divulgada, seja pelo poder público, seja pelos meios de

³ Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/semma/>. Acesso em: 10 out. 2009.

comunicação, dizem respeito à realidade vivida na maioria das praças da cidade ou referem-se apenas a um grupo restrito de praças localizadas estrategicamente no centro da cidade. E quando se trata de nos referirmos às praças da periferia de Belém, qual a concepção que a cidade tem delas, qual a importância dessas praças para a cidade? e para a vida dos sujeitos que delas fazem uso, que tipo de divulgação é feita, ou mesmo se existe divulgação desses espaços, ou se servem apenas para evidenciar a insegurança da cidade.

Dessa forma observamos que os usos atribuídos às praças ao longo do tempo são definidos de acordo com as transformações e determinações históricas e sociais sofridas por este espaço. E ainda que os novos usos da praça contemporânea assinalam, e expressam as desigualdades do modo capitalista de produção, e estes usos representam o modo os grupos sociais organizam a vida cotidiana.

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA CONTEXTUALIZANDO O BAIRRO DA TERRA FIRME

3.1 ESPECIFICIDADES HISTÓRICAS SOBRE A URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

A Amazônia, a partir da segunda metade do século XIX, passa a ter um papel de fundamental importância na economia nacional. Nesse momento o mundo passava por um processo de transformação gerado pela Segunda Revolução Industrial (1850-1879), onde a borracha seria considerada matéria-prima fundamental na indústria automobilística. Com o desenvolvimento industrial desse período, a borracha se torna matéria-prima essencial para o impulso das indústrias européias e americanas, onde coube a Amazônia fornecer esse insumo básico para os mercados internacionais.

Para Leal (2010), no processo de formação histórica da Amazônia, a borracha representou um importante período para esta região, proporcionando o alargamento do processo de acumulação na Amazônia, oportunizando uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas, conforme podemos observar nas palavras de Leal (2010, p.114) para quem, é neste período que:

Se inaugura, de fato, para a Amazônia, a passagem da condição de mero empório de produtos de consumo, para a de empório de matérias primas. Isto é, a ela deixa de ser mero espaço de suprimento para a subsistência suntuária da metrópole, e passa a se integrar, diretamente, ao círculo internacional da Acumulação; Se ocupam as últimas áreas remotas da região que ainda estavam livres da presença direta do colonizador: os fluxos de ocupação sobem os altos rios [...]. As últimas fronteiras nacionais começam, na prática, a ser delimitadas definitivamente, no território amazônico.

Este período, também chamado de *Belle-Époque*, foi um período em que a riqueza produzida na Amazônia, segundo Oliveira (2000, p. 144), provinha de dois líquidos: o da seiva da seringueira e do sangue dos seringueiros. Essa reflexão de Oliveira se justifica à medida em que os meios de trabalho utilizados pelos seringueiros era quase somente seus corpos, em condições precárias e sub-humanas.

As cidades que se destacaram neste cenário foram Belém e Manaus, e sofreram grandes mudanças no seu contexto urbano e social. Belém, em 1890, apresentava uma população de 50.064 habitantes, muito próximo das populações de São Paulo, 64.934 e Porto Alegre, 52.421 habitantes, dois importantes centros do eixo sul/sudeste do Brasil. Nesse

momento a região passa a receber um grande contingente de imigrantes oriundo do Nordeste que seriam inseridas na economia gomífera. De acordo com Sarges (2002, p. 52):

[...] entre 1840 e 1920, toda atividade econômica da região passou a girar em torno da economia extrativista da borracha. Em decorrência da nova economia que se instala, novos contingentes chegam à cidade imprimindo uma ampliação de modificação na paisagem do seu urbano [...].

Porém, a riqueza gerada pela produção e comercialização da borracha era retida em poder de poucos. Os governos primavam pela realização de obras suntuosas que serviam para embelezar o centro da cidade onde circulava a população enriquecida com o período da borracha. E a população pobre, era não apenas excluída como proibida de circular no espaço construído para a elite.

Por volta de 1910, as sementes de seringueiras foram contrabandeadas para a Ásia, que passou a ser produzida em grande escala. A Amazônia não suportou a concorrência sendo deflagrada a decadência da borracha, resultando em um período de estagnação econômica na região. Chegava ao fim o ciclo da borracha no Brasil.

Até por volta de 1960, havia na Amazônia, poucas cidades com grande concentração populacional como Belém e Manaus. Nas palavras de Rodrigues (1998, p.68):

No intervalo 1940/1980, a formação de novos focos de aglomeração humana (cidades e vilas) tem crescimento descontínuo, lento ou nulo, à exceção de Rondônia e Roraima, havendo também, redução gradativa da importância dos pequenos povoados de até 5.000 habitantes em todos os estados da região, indicando elevação do patamar demográfico, embora a concentração nas aglomerações maiores seja, até 1970, menor que a obtida na média nacional, da qual se aproxima, no entanto, em 1980.

Foi a partir da década de 1960, com a intenção de integrar a Amazônia ao mercado, tanto nacional como internacional, que um conjunto de medidas foram adotadas, segundo Trindade Junior (1997). Para essa finalidade, desenvolveu-se, através do Estado, uma estruturação espacial, responsável pela configuração de uma malha programada de duplo controle, técnico e político, constituída a partir de programas e planos governamentais. Trindade Junior, (1997, p. 50) nos assevera que:

Sob a justificativa de oferecer condições de vida atraentes à população migrante, considerou-se, desde o início, o urbano e o processo de urbanização da Amazônia como elementos indispensáveis para a dinamização econômica que se buscou implementar na região a partir da década de sessenta.

No que se refere à evolução da população no Brasil, observa-se um crescimento da população brasileira nos últimos 50 anos na ordem de 169%(tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Crescimento populacional no Brasil e na Região Norte 1960/2010.

<i>UNIVERSO</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
BRASIL	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
R NORTE	2.930.005	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.893.561	15.864.454
PARÁ	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.189.550	7.581.051
BELÉM	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Na Região Norte e no estado do Pará o crescimento populacional, em termos relativos, foi mais que o dobro do crescimento nacional, 441% e 389% respectivamente. Em Belém este percentual atinge 246%, como mostram as tabelas 1 e 2.

Tabela 2 - Variação percentual do crescimento populacional no Brasil, na Região Norte, no Estado do Pará e no município de Belém - 1960/2010 (em %).

<i>UNIVERSO</i>	<i>1970/1960</i>	<i>1980/1970</i>	<i>1991/1980</i>	<i>2000/1991</i>	<i>2010/2000</i>	<i>2010/1960</i>
BRASIL	33,1	28,2	21,3	15,4	12,5	169
R NORTE	42,9	61,6	51,6	25,7	23,0	441
PARÁ	41,7	59,6	47,7	19,5	22,5	389
BELÉM	59,8	47,8	31,1	2,8	8,9	246

Fonte: CARDOSO, 2011.

E no que diz respeito à população urbana, no período de 1960 a 2010 a evolução percentual seguiu uma tendência de crescimento. Até 1960 o Brasil era um país agrário, sua população era concentrada no campo, apenas 45,1% da população vivia na zona urbana, na Região Norte este percentual era de 35,5% e no estado do Pará 40,6%. A Região Norte e o estado do Pará especificamente ainda apresentam um contingente populacional significativo na zona rural 26,5% e 31,5% respectivamente enquanto que no Brasil este percentual está reduzido a 15,6%.

Tabela 3 - Evolução da população urbana no Brasil e na Região Norte (em %).

<i>UNIVERSO</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
BRASIL	45,1	56,0	65,1	75,5	81,2	84,4
R NORTE	35,5	42,6	50,2	57,8	69,8	73,5
PARÁ	40,6	47,2	49,0	52,5	66,5	68,5

Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 1960/2010

Sobre o ritmo do processo de urbanização na Amazônia, Trindade Junior (1997, p.51), com base nos dados do IBGE referentes ao Censo Demográfico de 1991 e na Contagem Populacional realizada em 1996, ressalta que:

Apesar de os números ainda se apresentarem inferiores aos totais do País, em 1991 o censo demográfico do IBGE registrou uma população urbana correspondente a 59% da população total da região Norte, bem superior ao que foi registrado, por exemplo, em 1960 (37,38%). A contagem populacional realizada também pelo IBGE em 1996 registrou um crescimento percentual da população urbana, correspondente a 62,35% da população total (TRINDADE JUNIOR, 1997, p.51).

E no que diz respeito à população urbana total e à população urbana nas sedes municipais, este autor nos elucida na que a Amazônia apresentou um ritmo de crescimento superior àquele registrado em nível nacional. Para Mitschein; Chaves e Miranda (2006), em seus estudos sobre a dinâmica de crescimento urbano na Amazônia, este expressivo crescimento demográfico trata-se de uma característica da região Norte a partir da década de 1960.

Portanto, neste período o crescimento da população urbana se faz mais intenso, o que segundo Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p.17):

Trata-se de uma tendência que está intimamente ligada às políticas de integração da Amazônia no espaço da economia (inter) nacional, que começaram a ser implementadas, de maneira sistemática, pelo Estado Nacional a partir do final dos anos 60 do século 20.

Contudo, ressalta-se que, o crescimento na Amazônia, no período de 1960 á 1991, se dá não só em termos do crescimento da população urbana, como também em relação ao número de cidades.

Porém, o aumento da população urbana não ocasionou o preparo das cidades para absorver o contingente demográfico que era atraído, com o sonho de conseguir o trabalho, uma vez que a oferta de trabalho no campo vinha caindo paulatinamente, na verdade o que ocorreu foi um inchaço urbano, e uma marginalização de seus direitos.

Segundo Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p.47):

Neste sentido, como pontos básicos da administração pública, da circulação da mão-de-obra, de bens, capitais e informações, as zonas urbanas representavam, sem dúvida, a espinha dorsal no processo de reordenação social e econômica do contexto social.

Entretanto, para Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p.17), mesmo as cidades constituindo-se pontos estratégicos para o expressivo crescimento demográfico na Amazônia, não é esta funcionalidade que explica o expressivo crescimento da população urbana na Amazônia nas últimas décadas. Na verdade, o que desencadeou este crescimento urbano, e que fez aflorar a ausência de direitos, a opressão e a segregação da população, foi em grande parte, o reflexo de uma política de modernização que colocou em xeque o *status quo ante* sem proporcionar para a sociedade regional a prometida modernidade (MITSCHHEIN; CHAVES; MIRANDA, 2006, p.17).

Dessa forma, observa-se que o crescimento demográfico na Amazônia não é resultado de fatores isolados, mas compreende um conjunto de determinantes, que têm suas origens em um complexo processo de urbanização, que envolve interesses que não estão voltados para as diversidades sociais, econômicas e culturais da região, o que ocasiona para a população desta região o abandono e a exclusão de seus direitos básicos de sobrevivência.

Concomitante ao crescimento da população e o aumento do número de cidades, surgem variados e diferentes aspectos do processo de urbanização da Amazônia que se desdobram na vida cotidiana de seus habitantes. Na análise de Trindade Junior (1995 *apud* TRINDADE JUNIOR, 1997, p. 53):

O que se verifica nisso tudo é que a urbanização recente repercutiu numa profunda reestruturação urbana e regional, implicando também numa reestruturação do modo de vida que, por sua vez, vem acompanhando o movimento de transformação da economia amazônica, não só refletindo os efeitos de processos mais gerais do desenvolvimento capitalista na região, como também se tornando meio e condição para a existência daqueles ao nível do espaço amazônico.

Assim, a Amazônia sofre profundas transformações em sua dinâmica urbana. A abertura de importantes rodovias como a Belém-Brasília (BR 010) e a Transamazônica (BR 230), assim como a política de incentivos fiscais e a implantação dos chamados Grandes Projetos, como os minero-metalúrgicos e as hidrelétricas, são exemplos dessa reestruturação com reflexos na dinâmica urbana na Amazônia, e se apresentam como propulsores da expansão do capitalismo na região. Nessa perspectiva, de acordo com Becker (1990 *apud* TRINDADE JUNIOR, p. 51), outros incentivos e medidas foram adotados, acrescentando que:

Os esforços nesse sentido são múltiplos, assentados em objetivos também diversificados: assegurar as relações com centros distantes, facilitando o fluxo de bens, capital e informação; organização do mercado de trabalho local; ponto de atração e residência de migrantes, inclusive de sua ressocialização; ponto de

circulação intrarregional da força de trabalho; base de operações para os grandes projetos industriais da década de [19]80, etc.

De acordo com Becker (1998), a Amazônia, frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordem interna e externa do país, assumia uma posição-chave. Internamente, era vista como uma possibilidade de solução para os problemas sociais da região Nordeste, pois para esta região chegavam inúmeros nordestinos, que vinham em busca de trabalho, mas o que encontravam eram condições indignas de sobrevivência; e externamente a Amazônia representava uma área estratégica para movimentação econômica, tendo seus recursos naturais como importante elemento que traria para a região crescimento econômico e prosperidade. E assim o governo federal passa a incentivar o capital estrangeiro, e com a implantação de projetos desenvolvimentistas se interliga o país com as rodovias e ferrovias.

Essas medidas trazem profundas conseqüências para o uso do espaço na Amazônia, pois proporcionaram a migração de grandes contingentes populacionais para a região, que era vista como um imenso óvazio demográfico, mas rica em recursos naturais exploráveis, havendo, então, o surgimento de vários núcleos urbanos que serviram de apoio aos grandes projetos instalados.

Nesse período, o Brasil se guiava pela política internacional do pós-guerra de incentivo ao progresso a qualquer custo, e nesse sentido a construção da Belém- Brasília integrou a Amazônia ao território nacional. Isto significa dizer que com a possibilidade da Amazônia integrada aos processos de acumulação do grande capital estava garantida, assim como sua expansão e circulação na região.

O Estado brasileiro encarregou-se de criar a infraestrutura para que o capital pudesse dominar o espaço amazônico e inseri-lo na divisão internacional do trabalho. uma vez que o capitalismo para se reproduzir, precisa que seja impulsionada a circulação de mercadorias, de novos mercados, novos capitais.

Sobre isso, afirma Harvey (2005, p. 130):

A sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação. Se por exemplo, houver interrupção dessa forma de circulação pela impossibilidade da obtenção de lucro, então a reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos. [...] envolve a criação das infraestruturas sociais e físicas que sustentem a circulação do capital, de sistemas legal, financeiro educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não ambientais, urbanos e de transportes, desenvolver instituições chave para sustentar a circulação do capital.

Na perspectiva brasileira, o Estado tinha interesse em atrair o capital nacional e internacional para a região devido à política desenvolvimentista que envolvia o país. E que imprimiu à Amazônia uma política que não estava pautada nos interesses de quem vivia na região, pelo contrário para a implantação dos Grandes Projetos, entre outras medidas, expropriou-se terras e desmatou-se a floresta. O interesse do Estado estava voltado para o favorecimento da acumulação capitalista, com reflexos de caráter estruturante sobre o processo de urbanização da Amazônia.

E como não poderia ser diferente, estes reflexos traduziram-se em problemas urbanos, pois parte das pessoas vindas do campo, instalaram-se nas cidades em busca de emprego, habitação, saúde, educação e demais serviços, e as cidades que multiplicavam-se de forma acelerada, não estavam estruturadas para receber esse contingente de famílias de trabalhadores. Conforme afirma Harvey (2005), o espaço é organizado socialmente, em primeira instância para promover a acumulação do capital, por meio do excedente da mão de obra, dos meios de produção e pela garantia de um mercado consumidor. E isso se dá por meio da exploração do trabalhador, e não pela garantia de seus direitos, ao contrário, se dá pela desigualdade no acesso aos mesmos.

Nessa perspectiva, o avanço do capitalismo na Amazônia provocou um processo de transformação não apenas no aspecto territorial da região, mas, principalmente no aspecto social, na forma de viver das pessoas, transformando o camponês, habituado à dinâmica do trabalho rural, em trabalhador da cidade, assalariado, travando uma disputa desigual de suas terras com empresas nacionais e estrangeiras (ABELÉM, 1988).

Assim, as cidades na Amazônia são espaços produzidos socialmente, cujos resultados são datados historicamente e, nessa medida, vão expressar de forma concreta as condições que são específicas de cada lugar e dos conflitos a elas inerentes, que devem, portanto, ser consideradas na sua dimensão econômica, mas também, cultural, política e ideológica.

3.2. BELÉM NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA

Belém, a exemplo de outras cidades brasileiras, vivenciou ao longo do seu processo de urbanização diversas transformações. Mais recentemente, o crescimento vertical domina a paisagem, condomínios horizontais, amparados no discurso da moradia segura ganham força. Nesse contexto, dependendo do momento histórico e principalmente político em que a cidade esteja inserida, ela assume uma ou outra forma. E estas formas são refletidas na dinâmica de uso do espaço, materializando-se no cotidiano das pessoas que vivem nesta cidade.

Lefebvre (1974), afirma-nos que o espaço se configura como a expressão mais concreta do vivido. É neste espaço que melhor se evidencia o reflexo das desigualdades, que são expressas no cotidiano das pessoas. Segundo esse entendimento, o espaço não apenas determina como é determinado pelas relações do cotidiano, ao mesmo tempo em que expressa um conjunto de diferenças e diversas maneiras de viver a vida urbana.

Essas diferenças podem ser evidenciadas pelos usos do espaço, que, na maioria das vezes, se dá pela inclusão de uns em detrimento de outros. São usos seletivos, e esta seletividade se expressa pelos diversos critérios, quais sejam eles: local de moradia, acesso à equipamentos públicos de lazer, escolas, meios de transportes etc.

Belém, desde 22 de janeiro de 1616 quando ocorre sua fundação, sofre com o processo de expansão urbana, mas foi com a borracha, feita com o látex das seringueiras, e com a exploração da força de trabalho de mulheres e homens nativos e outros oriundos da região nordeste, que esse processo foi dinamizado. De acordo com Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p.18), òcantada em verso e prosa como a capital da borracha na virada do século 19 para o século 20, Belém do Pará se apresentava como o centro urbano mais avançado da Amazôniaö.

Este período correspondente à fase da exploração econômica da borracha, que marcou o processo de inserção da cidade de Belém, tanto nacionalmente quanto no cenário internacional, pois de acordo com Cordeiro (*apud* PENTEADO, 1968, p. 127):

Crescia a exportação de borracha através do porto de Belém; os 93 000 quilos saídos em 1825 - 1826 eram largamente ultrapassados pelos 978 360 quilos exportados em 1849 - 1850. Esse total, dez anos depois, iria atingir a casa dos 2 463 525 quilos. Começou a haver, então, uma grande movimentação na praça de Belém e a Província do Pará viu suas rendas anuais excederem òum milhão de librasö; o valor das exportações de 1858 foi de £ 355 905, 4 s., empregando 104 barcos com uma arqueação total de 29 493 toneladas.

Estes dados nos possibilitam inferir que, o cotidiano da cidade alterava-se profundamente, Belém se tornara um grande e movimentado centro comercial de nível internacional, o que leva Penteado (1968, p. 127) a constatar que: òBelém se transformava num centro exportador de borracha, e importador e redistribuidor de grande quantidade de produtos variados, desde os alimentares até utensílios e equipamentos diversos.ö

Assim, dada a sua importância no mercado como matéria-prima para diversificados produtos, a extração do latex da seringueira tomava dimensões cada vez maiores. Araújo Lima (*apud* PENTEADO, 1968, p.129), afirma-nos que òa exportação da borracha, que, em 1865, chegara a 3 545 850 quilos, ultrapassou dez milhões de quilos ao findar o século [XIX].ö

Estes dados ajudam a elucidar a dimensão do panorama alcançado pelo ciclo da borracha, assim como a entender a importância desta seiva para as transformações ocorridas no contexto urbano Amazônico, e em especial na cidade de Belém.

De acordo com Penteado (1968, p.130), Belém ia sofrer com as consequências diretas do ciclo da borracha, cujo esplendor, significativamente chamado de efêmero, transitório, alucinante, iria deixar profundas marcas na paisagem urbana da capital paraense. E de fato deixou, como afirma Trindade Junior (1997, p 57):

Esse novo momento da economia regional se traduz em Belém não só em termos de crescimento populacional, com também numa série de medidas diretamente voltadas para a (re) estruturação do espaço urbano, dada as dimensões e a relevância que este passa a ter, enquanto *locus* de acumulação e sustentação da riqueza gerada pela produção gomífera.

Nesta cidade, ruas foram alargadas, outras novas surgiram, praças foram criadas, palacetes se ergueram, pessoas foram expulsas e proibidas de circular no centro da cidade, enquanto que para alguns o espaço era cuidadosamente preparado e embelezado, para outros o uso do espaço se tornava cada vez mais restrito, carroceiros, por exemplo, tiveram suas carroças destruídas pelo poder público, tacacazeiras foram proibidas de vender seu produto nas ruas da cidade, sob pena de multa, pois não combinavam com o estilo elegante que imprimiam à nova cidade que estava surgindo.

Belém estava revirada, as obras eram realizadas sempre no argumento da renovação e estruturação da cidade, mas para a elite enriquecida com a borracha, e nesse sentido Penteado (1968, p. 128) nos assevera que, Belém se transformava; as festas religiosas decaíam e os divertimentos preferidos passaram a ser reuniões sociais, bailes, música, bilhares e outros, parecia mesmo que se copiavam mais os costumes da Europa que os de Portugal.

No cotidiano de Belém, segundo Penteado (1968, p 130):

Calçavam-se ruas da cidade, com paralelepípedo de granito importado de Portugal; surgem nessa década de 70 o edifício do Arquivo e Biblioteca Pública, o consulado da Bolívia, o edifício definitivo do Hospital D. Luiz, inauguram-se os serviços telegráficos através de cabos submarinos e o célebre Teatro da Paz [...].

No que diz respeito a tais transformações na cidade de Belém, estas seriam profundamente marcadas pela atuação do poder público municipal que trabalhava para atender ao centro urbano, onde residiam famílias com poder aquisitivo para aquisição de imóvel, enquanto que, o número de bairros periféricos crescia num ritmo desgovernado. Trindade Junior (1997 p. 58), afirma que:

Coube principalmente ao Estado, controlado pela elite regional, a tarefa de direcionar a atividade econômica, de replanejar a cidade, bem como de criar mecanismos de controle da vida social de seus habitantes, de forma a adequar a organização do espaço urbano às exigências trazidas pelo novo momento econômico.

Estas transformações aconteceram em muitas cidades brasileiras, sendo materializado pelo poder público. Em Manaus, por exemplo, tal processo ficou por conta do governador Eduardo Ribeiro, mas em Belém, foi concretizado no período de 1897 a 1911, pelo Intendente Antonio Lemos, período em que governa a cidade de Belém sob a égide do pensamento positivista, associado ao movimento urbanizador que ocorria na Europa. De acordo com Trindade Junior (1997, p. 59):

O intento de modernização, que ganha expressão em sua administração, provoca a elitização do espaço urbano, através da alocação de recursos em áreas privilegiadas e da erradicação dos setores populares para áreas mais distantes do centro, tal o direcionamento dado ao urbanismo, através das intervenções diretas e das normas impostas.

Este intento modernizador é não apenas impulsionado, como garantido pelas riquezas trazidas à região pela comercialização da borracha, período em que de acordo com Trindade Junior (1997, p. 39):

Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Belém passa a vivenciar as repercussões trazidas pelo *boom* da economia da borracha, tornando-se o principal porto de escoamento do produto, além de se constituir na vanguarda cultural da região.

Neste período, surge a elite enriquecida com a exploração da borracha, e necessitava que o espaço urbano fosse reestruturado de forma a atender suas exigências, nesse sentido Sarges (2002, p. 135), afirma-nos que:

É nesse contexto histórico e cultural que a rua, espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse atender essa elite que tinha avidez em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura européia aburguesada.

Assim, o cotidiano dos habitantes de Belém passava a ser configurado como resultado também dessa nova concepção de cidade, o leva Sarges (2002, p. 147) a constatar que:

O projeto de urbanização da cidade com a construção de praças, jardins, quiosques, belos palacetes, largas avenidas, amaranhava-se com o bota-abixo de cortiços, da proibição de ambulantes em determinadas vias da cidade, do controle dos

trabalhadores através da obrigatoriedade de matrículas e da multa ao carroceiro que conduzia mal a sua carroça; enfim era uma série de medidas que marcavam esse dia-dia com confrontos entre a população e os representantes da municipalidade.

Das obras resultantes desse processo de estruturação do espaço urbano de Belém podemos citar: a Praça da República, Praça Batista Campos, Mercado de Ferro de São Brás, entre muitas outras. As figuras a seguir revelam algumas destas obras, cuja origem datam desse período.

Figura 7 - o Teatro da Paz internamente no período da borracha.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Figura 8 - Inauguração do bonde elétrico em Belém.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Figura 9 - Av. 16 de Novembro, no bairro da Campina após reforma realizada por Antonio Lemos.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Figura 10 - o Teatro da Paz.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>.

Assim, este projeto de Antonio Lemos vinha atender ao novo gosto da elite enriquecida com a borracha, e também demonstrava aos investidores estrangeiros que Belém era segura e salubre, ou seja, esta cidade vinha a atender as necessidades da elite econômica transformando a capital em centro financeiro, de consumo, luxo e divertimentos.

Este processo de embelezamento da cidade tinha um preço. E este era garantido por Antonio Lemos, que aumentou impostos, buscou financiamentos e entrou em acordos com o governo estadual para execução dos planos de saneamento e embelezamento da cidade, contando com a aprovação dos membros do Conselho da Cidade para recorrer aos endividamentos, tanto internos como externos, para Sarges (2002, p. 116):

O discurso de Lemos sempre era direcionado aos benefícios que os empréstimos traziam para a execução de obras ao mesmo tempo em que enfatizava o prestígio que o Pará conseguia junto aos poderosos capitalistas estrangeiros. Nessa cruzada civilizadora da cidade, embelezamento e saneamento vão caminhar juntos levando a Intendência a engendrar estratégias higienistas de desodorização do espaço público.

Contudo, para imprimir os tais ideais de moral e higiene que oprimiriam a cidade, o poder público submeteu a cidade à uma disciplinarização do espaço, regulando o cotidiano e os hábitos da população ao proibir banhos nas praças e chafarizes, ir à janela ou ficar em casa de trajas indecentes ou completa nudez. Ordenou também o fechamento e demolição de todos os cortiços, como ocorreu em outras cidades como a do Rio de Janeiro. Esta ordenação fazia parte do discurso republicano pautado numa concepção de progresso com bases científicas traduzido em saneamento e higienização, os cortiços eram considerados focos de epidemias e desordem.

Antonio Lemos obrigou também que os moradores construíssem suas casas de acordo com as plantas aprovadas pela Intendência, mesmo que tais regras fossem muitas vezes transgredidas pelos moradores. Segundo Sarges (2002, p. 125):

O combate aos cortiços foi uma das tarefas que o novo regime impôs às principais cidades brasileiras. O discurso do progresso, baseado na ciência, na higienização e no saneamento, que era também moral, escondia além dos interesses econômicos o medo que os governantes republicanos tinham da desestabilização política, e para eliminar o perigo, tornou-se necessário expulsar os setores populares das áreas centrais da cidade.

Assim, o propósito disciplinar o espaço público e o modo de viver dos belemenses, controlando inclusive seus espaços privados. Nas palavras de Rodrigues (1998, p. 103):

É nesse espírito que se pode entender como Lemos, de braços com suas obras de embelezamento e saneamento de Belém, nas quais empenhou vultuosos recursos, inclusive com empréstimos externos, preferiu fazer avançar a cidade pelos sítios secos e planos, atalhando os terrenos baixos.

O isolamento não se limitou contudo, ao plano econômico, pois também na esfera político-institucional a Amazônia ficou a margem da sociedade brasileira, que pouco ou nenhum interesse demonstrou pelos pleitos de desenvolvimento da região.

Esse isolamento perdura até aproximadamente a década de 1950, quando começam a ocorrer alterações na situação da cidade de Belém, conforme constata-se na afirmação de Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p. 19):

Esta situação começa a mudar a partir dos anos cinquenta, [século XX] e a ganhar dimensões dramáticas entre 1969 e 1980. Nestes trinta anos, a população belenense cresceu por nada menos que 134%, alcançando em 1980 a marca de quase 1 milhão de habitantes.

Este autor ressalta que, ãesta explosão demográfica estava sendo alimentada, consideravelmente, pelo êxodo rural de microrregiões vizinhas, como a Bragantina, Baixo-Tocantins, Campos do Marajó, Salgado etcö (MITSCHHEIM; CHAVES; MIRANDA, 2006, p.19). Eram pessoas que vinham em busca de novas alternativas de sobrevivências, o que é constatado por Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p. 19), quando afirma que:

Tanto a precariedade da infra-estrutura social(saneamento básico, atendimento médico-hospitalar e as condições de educação) bem como a crise do modo de (re) produção agroextrativista nas mencionadas microrregiões, proporcionadas por fatores como a concentração fundiária, a expansão da pecuária e de culturas não-tradicionais e o atendimento insuficiente ou não-adequado da agricultura familiar pela extensão e pelos créditos rurais, fizeram com que crescentes setores da população rural procurassem alternativas de em sobrevivência nos núcleos urbanos mais próximos e/ou em Belém.

Portanto, a cidade de Belém sofre uma explosão demográfica a partir da década de 1960, conforme se verifica na tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Evolução da população total e urbana em Belém 1960/2010.

<i>ANOS</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
População Belém	399.222	633.374	933.322	1.244.689	1.280.614	1.393.399
População urbana	94,6	98,0	88,3	68,2	99,4	99,1

Fonte: IBGE, censos demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Porém, (MITSCHHEIN; CHAVES E MIRANDA, 2006, p.19) chama atenção para o fato de que a explosão demográfica, pela qual passou a cidade, e a diminuição das pequenas cidades vizinhas, em muito diz respeito às condições em que se encontravam essas microrregiões, ou seja:

A explosiva evolução populacional de Belém entre 1960 e 1980 traduz, em boa parte, os problemas sócio-econômicos de suas microrregiões vizinhas que, diga-se de passagem, em 2003, ainda abrigavam 90% dos trinta municípios paraenses com menores PIBs per capita.

Como uma das estratégias para recuperar a economia da Amazônia, entre os anos de 1951 a 1954, é criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA. Este órgão tinha como estratégia principal ocupar o território da Amazônia, através de planos quinquenais para a valorização econômica da região.

Em 1958 foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília, cujo objetivo era interligar a Amazônia ao resto do país, viabilizando a exploração econômica da região através da implantação de projetos destinados à exploração de recursos tanto minerais como florestais. Assim, Trindade Junior (1997, p. 66) nos esclarece que, a política de integração da Amazônia ao Centro-Sul e a conseqüente redefinição da estrutura econômica regional e de sua rede urbana, vão repercutir decisivamente no espaço intra-urbano belenense.

Neste sentido, Carlos (2008, p. 45), onde nos esclarece que:

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver.

Nessa perspectiva, Belém vai expressar no seu contexto urbano as conseqüências, seja do período de exploração da borracha, de elitização do espaço, seja da expansão da cidade em seus amplos aspectos, ao apresentar múltiplas contradições e desigualdades no que diz respeito às formas de uso do seu espaço. E essas desigualdades vão se manifestar no cotidiano social dessa cidade, pois é nas dimensões sociais que melhor são evidenciadas os processos de desigualdades (CORRÊA, 1989).

No entendimento de Rodrigues (1996, p. 56),

a cidade é o lugar da história, nela os antagonismos sociais e as lutas de classe afloram vigorosamente. Logo, essa ordem desordenada das cidades capitalistas, contraditoriamente, alimenta o sonho do novo. Mesmo porque a urbanização é um processo que tende a se intensificar como vem acontecendo desde o advento da revolução industrial, significa dizer, que longe de desdenhar a cidade, deve-se colocá-la na ordem do dia como objeto que tem que ser compreendido, apreendido na sua essência, como possibilidade de se construir a utopia de uma cidade-sociedade onde se realize a humanização do homem, onde o trabalho seja instrumento de liberdade e não de alienação; e onde as relações entre humanos deixem de se manifestar de forma coisificada, haja vista sua submissão à lógica da sociedade mercantil.

Os desdobramentos e conseqüências do, não desordenado, mas pelo contrário, muito bem ordenado processo de urbanização de acordo com os interesses da classe dominante, se expressam de forma muito concreta no dia-a-dia da cidade, seja pelo tratamento que é dado ao centro da cidade, ou ainda pela forma como os sujeitos usam os espaços da cidade, a exemplo do local de moradia.

A luta pela sobrevivência na cidade de Belém é diária, e isso é constatado pelo uso de espaços privados ou públicos, como as praças, em busca de alternativas de auferir renda necessária à satisfação de necessidades básicas. Assim, a venda de roupas usadas, verduras, material de construção entre outros inúmeros produtos, é uma das práticas observadas no cotidiano destes espaços públicos. Essa dinâmica da informalidade do trabalho em Belém não é recente, e está relacionada ao seu processo de urbanização.

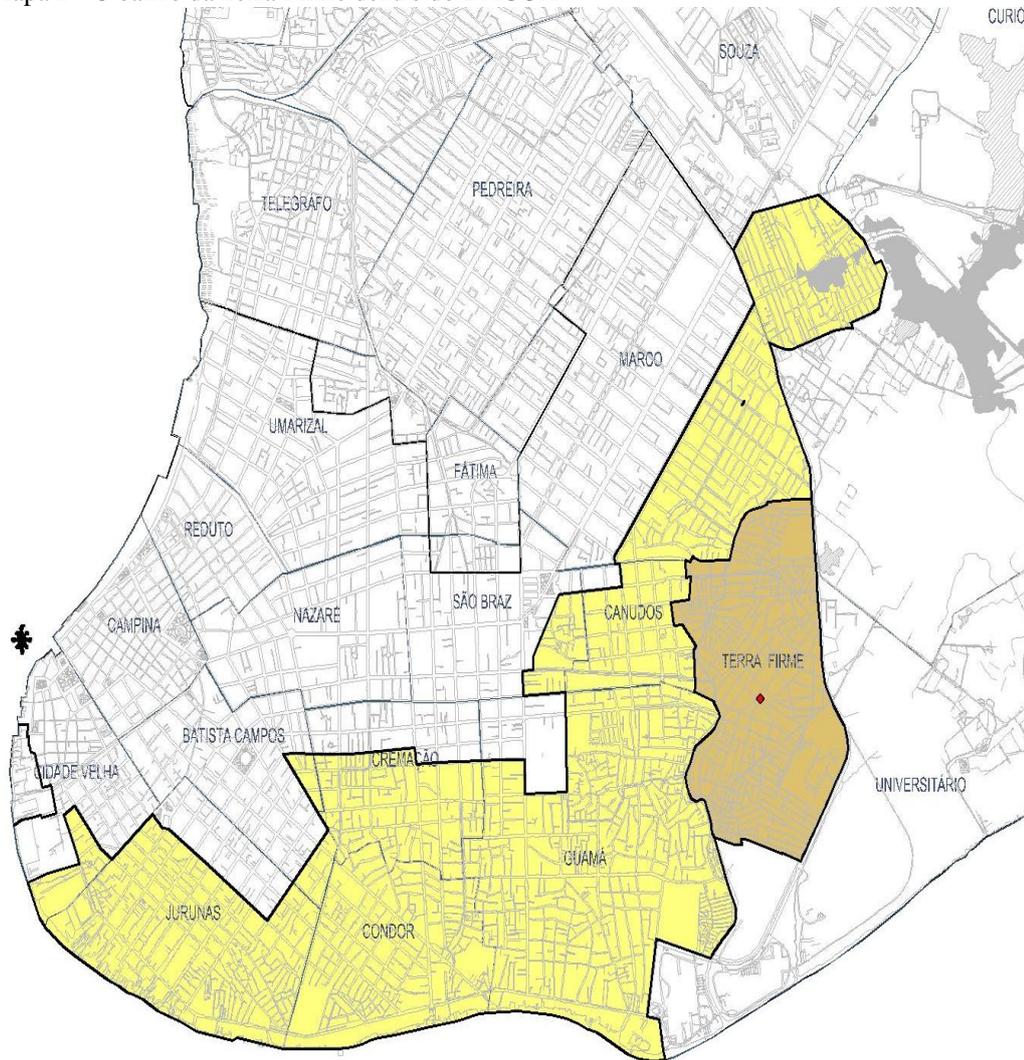
De acordo com Mitschein; Chaves e Miranda (2006, p.21):

Outra característica da economia da capital paraense, na fase de seu acelerado crescimento demográfico, era um alto grau de informalidade do trabalho, acompanhado por níveis salariais baixos. Em 1978 e em 1984 mais do que 50% das pessoas ocupadas com rendimentos de trabalho, não possuíam carteira assinada ou trabalhavam por conta própria.

Um exemplo na diferenciação desigual dos usos do espaço urbano em Belém está no que se refere às suas praças, pois enquanto aquelas localizadas no centro da cidade, ou em bairros considerados nobres, onde na sua maioria residem pessoas ricas, são utilizadas predominantemente para atividades de lazer, como caminhadas, passeios com a família, com animais de estimação, ou apenas local de passagem, outras situadas em bairros periféricos, a sua dinâmica é completamente diferente, como aquelas localizadas, por exemplo, no bairro da Terra Firme, contextualizado a seguir.

3.3 O BAIRRO DA TERRA FIRME NO CONTEXTO DA CIDADE DE BELÉM

Mapa 2 - O bairro da Terra Firme dentro do DAGUA



Fonte: ww.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/ANEXO_VIII_unidades_territoriais_de_planejamento.dwf.

- DAGUA
- BAIRRO DA TERRA FIRME

O bairro da Terra Firme, conta com uma população de 63.191 habitantes e integra o Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), que é um dos oito (8) Distritos Administrativos nos quais o município de Belém foi dividido administrativamente pelo governo municipal por meio da Lei nº 7.682 publicada no Diário Oficial do Município de 12 de janeiro de 1994,

conforme Quadro 01 a seguir, no qual é demonstrada a distribuição dos distritos e seus respectivos bairros.

Quadro 1 - Demonstrativo dos distritos administrativos de Belém.

1º Distrito Administrativo	Mosqueiro	DAMOS
2º Distrito Administrativo	Outeiro	DAOUT
3º Distrito Administrativo	Icoaraci	DAICO
4º Distrito Administrativo	Benguí	DABEN
5º Distrito Administrativo	Entroncamento	DAENT
6º Distrito Administrativo	Sacramenta	DASAC
7º Distrito Administrativo	Belém	DABEL
8º Distrito Administrativo	Guamá	DAGUA

Fonte: Anuário Estatístico de Belém-2008/Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém ó CODEM. Adaptado pela autora.

Quadro 2 - Demonstrativo de bairros por distrito administrativo de Belém.

DISTRITO	BAIROS
DAMOS	<p>Ilhas de Mosqueiro: São Pedro, Maracujá, Pombas, Papagaio, Canuari, Conceição, Maruim I, Maruim II e 04 ilhas sem denominação.</p> <p>Bairros: Maracajá, Vila, Mangueiras, Praia Grande, Aeroporto, Farol, Chapéu Virado, Natal do Murubira, Porto Arthur, Murubira, Ariramba, São Francisco, Bonfim, Carananduba, Marahu, Caruara, Paraíso, Sucurijuquara e Baía do Sol.</p>
DAOUT	<p>Ilhas de Outeiro (Caratateua): Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova, Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu, Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquinha, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação.</p> <p>Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua.</p>

DAICO	Bairros: Cruzeiro, Ponta Grossa, Maracacuera, Campina de Icoaraci, Águas Negras, Agulha, Paracuri, Parque Guajará e Tenoné.
DABEN	Bairros: Tapanã, Coqueiro, Pratinha, São Clemente, Parque Verde, Benguí, Cabanagem, Una e parte do bairro do Mangueirão.
DAENT	Bairros: Val-de-Cães, Souza, Castanheira, Guanabara, Águas Lindas, Aurá, Universitário e parte dos bairros do Curió-Utinga, Mangueirão e Marambaia.
DASAC	Bairros: Sacramento, Maracangalha, Miramar, Barreiro, Telégrafo, Pedreira, Fátima e parte dos bairros da Marambaia, Marco, Umarizal e São Brás.
DABEL	Bairros: Reduto, Campina, Nazaré e parte dos bairros do Marco, Umarizal, São Brás, Guamá, Cremação, Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas e Canudos.
DAGUA	Bairros: Montese (Terra Firme), Condor e parte dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cidade Velha, Cremação, Guamá, Canudos, São Brás, Marco e Curió-Utinga.

Fonte: Anuário Estatístico de Belém-2008/Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém ó CODEM. Bairros definidos conforme a Lei nº 7.806, publicado no Diário Oficial do Município, em 30 de julho de 1996. Adaptado pela autora.

O nome do bairro da Terra Firme decorre do fato deste ter surgido na pequena porção de terra firme, dentre inúmeras áreas alagadas, que caracterizava, e ainda hoje caracteriza este bairro, sendo atribuído por aqueles que lhe deram origem. Por determinação da Lei Municipal nº 6.973 de 16 de dezembro de 1975, publicada no Diário Oficial do Município em 17 de dezembro de 1975 a designação do referido bairro foi alterada para Montese.

Figura 12 - Vista aérea do bairro da Terra Firme.



Fonte: www.panoramio.com. Acesso em: 09 out. 2010.

A sua história é marcada por lutas, conquistas e resistências, o que fez com que a denominação original se constitua até hoje uma referência para os seus moradores, e mesmo para toda a cidade de Belém, o que faz com que o nome oficial não seja de domínio público, ou como nos diz o senhor J. O, este nome ão pegou.

De acordo com Alves (2010, p. 83) ão lugar denominado ironicamente de Terra Firme, por seus moradores, foi formado de maneira semelhante a outros bairros de Belém. Ou seja, ali chegava-se, montava-se um barraco, e ali viviam, em condições precárias de moradia, principalmente no que diz respeito à infraestrutura, como água, esgoto, energia elétrica, assim como outras necessidades que são consideradas básicas para a sobrevivência. Trata-se de uma urbanização pautada no crescimento espontâneo que traz como consequência a precarização não apenas da moradia como dos serviços básicos, como educação, saúde e transporte, rede de esgoto, vias pavimentadas

O modo de viver no bairro da Terra Firme, assim como sua configuração urbana, desde a sua origem, segue com características que atribuem a este bairro uma tipologia urbana de favela. Conforme Rodrigues (1996, p.236-237):

O bairro da Terra Firme é absolutamente horizontalizado, sua tipologia urbana é favela. Foi estruturado em sítio predominantemente alagável, ou seja, em área de baixada, a partir da ocupação de uma extensa área institucional até hoje formalmente pertencente à Universidade Federal do Pará, dentro da 1ª Léguas Patrimonial. Sua população, em 1991 era de 59.231 habitantes, representando 4,5% da população do setor urbano. Não há dúvida que outras áreas de tipologia favela em baixadas estarão perfeitamente representadas pelo bairro da Terra Firme.

Dessa forma nota-se que o bairro da Terra Firme reflete uma estrutura precária, como é revelado por Alves (2010, p. 73):

As baixadas ocupam cerca de 40% da porção urbana do município de Belém e têm aproximadamente 550.000 habitantes, correspondente a 38% da população. Dentre esses, 34% moram em áreas alagadas, como pode ser verificado no quadro 3, em que essas áreas aparecem distribuídas pelos bairros. Inclusive, chama atenção que o bairro da Terra Firme, só perde para os bairros da Condor e do Jurunas em relação a ter suas áreas alagáveis sinalizando as dificuldades enfrentadas pelos moradores ao desbravá-lo: limpeza, ocupação, construção e aterramento. Fica evidente que foram os moradores em primeiro momento a ôdar uma nova caraõ, ou seja, providenciar as melhorias mais imediatas para instalação e permanência.

Neste contexto, o bairro da Terra Firme se destaca, uma vez que 83,75 % de sua área é considerada alagável (Tabela 5) e foi nesta área que os moradores construíram suas casas e o bairro foi se configurando e atraindo cada vez mais moradores. Estando localizado na Primeira Léguas Patrimonial, tornava-se, portanto, um bairro próximo ao centro da cidade, podendo os trabalhadores se deslocar de bicicletas ou mesmo à pé, visto que muitos de seus moradores não dispunham de renda para custear despesas com transporte para os diversos tipos de deslocamento.

Tabela 5 - Bairros de Belém e suas terras alagáveis.

<i>Bairro</i>	<i>Extensão em hectares</i>	<i>Área alagável</i>	<i>%</i>
CONDOR	170	170	100,00
JURUNAS	226	192	84,96
TERRA FIRME	443	371	83,75
SACRAMENTA	367	251	68,39
TELÉGRAFO	231	154	66,67
GUAMÁ	395	231	58,48
MATINHA	61	32	52,46
CREMAÇÃO	149	77	51,68
REDUTO	79	38	48,10
CIDADE VELHA	116	49	42,24
BATISTA CAMPOS	144	50	34,72
CANUDOS	66	19	28,79
UMARIZAL	250	69	27,60

Fonte: (ALVES, 2010) *apud* SUDAM/DNOS/Governo do Estado do Pará. Monografia das Baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. (1976, p. 75).

Ainda sobre este bairro trazemos de Rodrigues (1996, p 244) uma importante contribuição sobre a sua constituição. Para este autor, com base no Censo Demográfico de 1991:

O Bairro da Terra Firme é onde ocorre a maior presença de não naturais, com cerca de 30%, sendo, 77,2 % originados do interior do Estado, destacando-se os municípios de Igarapé- Miri, Castanhal, Muaná, etc., e 22,8% oriunda de outros Estados, basicamente do Maranhão. A presença dos não naturais se dá na ordem de 70%.

Tal caracterização é corroborada pela senhora C., que nos revela: òcheguei aqui faz uns vinte anos, foi quando eu cheguei de Igarapé-Miriö (informação verbal), assim como Sr. G.N., que nos relata ser originário de PeixeóBoi e morador do bairro desde 10 anos de idade. Estes são exemplos de moradores que ònão naturaisö da cidade de Belém, que chegavam em busca da realização de seus sonhos, especialmente em busca de emprego. Porém o que a cidade lhes oferecia eram péssimas condições de moradia, carência de serviços públicos, fato este intensificado por volta da década de 1980, como bem nos destaca Couto (2008, p. 4):

Os anos oitenta e noventa foram décadas de intensa ocupação das áreas localizadas ao longo do canal do Tucunduba e da Avenida Perimetral por pessoa oriundas de outros bairros, ou vindas do interior ou de outros Estados próximos, principalmente do Maranhão.

A senhora M., liderança comunitária do bairro, lembra muito bem de quando chegou ao bairro, no dia 20 de janeiro de 1979, e nos conta que o dia de sua chegada ao bairro:

Era um dia de muita chuva, no meu barraco só tinha a telha em cima. Já tinha sido quebrado duas vezes, agente fazia a armação a polícia vinha e quebrava. Só não levavam a madeira porque meu cunhado se responsabilizava. Quando a polícia vinha entrava com caminhão e tudo, não interessava o que tu gastou ou o que tu não gastou (informação verbal).

A senhora M. testemunha o processo de resistência e lutas pela permanência nesse local, ao revelar que neste bairro construiu, não apenas sua casa, mas sua família e sua história. E contrariando as previsões de Penteado (1968, p. 336), para quem o bairro da Terra Firme, òcom a construção da Cidade Universitária do Pará, viria a desaparecer, ou sofrer sérias limitações no seu crescimentoö, esta moradora nos revela uma história de sobrevivência e lutas políticas trilhadas nas ruas, travessas e passagens alagadas deste bairro. Luta por melhores condições de vida para si e para os seus, mas também para o bairro, e todos que nele vivem ao relembrar que:

Eu cheguei em janeiro de 1979, e quando foi em agosto do mesmo ano eu já tava enfiada na comunidade, trabalhando, dando aula pra criança de seis anos, e também lutando, entrei no centro comunitário. Eu fazia de tudo pra agente ficar na área, e não era só eu, era a Chiconá, a Chiquinha e outros moradores, que como nós queriam ficar ali. Era muita gente que ia atrás de água na Cosanpa, na Universidade atrás de terreno (informação verbal).

Portanto, a evolução deste bairro, demonstrou que ao contrário do que pensou Penteadó (1968, p.336), ao afirmar que o bairro da terra Firme era dotado de òum certo ar de provisóriedade, este bairro cresceu junto com a cidade e expôs os problemas próprios dessa metrópole amazônica.

Estes moradores ao chegar roçavam, aterravam, improvisavam água, energia elétrica, esgotos, e banheiros, que se configuravam como a única alternativa para se instalar e sobreviver. Portanto, com o aporte de Penteadó (1968, p. 246) em suas análises sobre este bairro é que este constata que:

Importa notar que a condição de òroprietário não é garantia de qualidade de vida. A segregação social heterogeneiza também, a condição de propriedade, posto que estabelece qualidades distintas entre o viver numa área mais infraestruturada e valorizada e o viver nas favelas e/ou periferias.

Portanto, mesmo em sua maioria, ou quase a totalidade dos domicílios do bairro da Terra Firme sendo de proprietários, isso não lhes garante moradia digna. É Penteadó (1968) que nos informa que neste bairro a grande maioria dos domicílios (65,31%), foram construídos de forma bastante precária com estrutura de madeira em forma de palafita. Casas de alvenaria correspondiam a 34,69%, ressalta este autor que quase a totalidade das casas eram cobertas por telhas de amianto (um tipo de material que ao mesmo tempo em que absorve o calor, este é propagado para os outros ambientes da casa). (abaixo a foto exemplifica tipo de moradia no bairro da Terra Firme).

Figura 13 - Condições de moradia no bairro da Terra Firme (1).



Fonte: www.panoramio.com. Acesso em: 09 out. 2010.

Figura 14 - Condições de moradia no bairro da Terra Firme (2).



Fonte: www.panoramio.com. Acesso em: 09 out. 2010.

Figura 15 - Condições de moradia no bairro da Terra Firme (3).



Fonte: www.panoramio.com. Acesso em: 09 out. 2010.

A evolução do bairro da Terra Firme teve sua dinâmica marcada pela desigualdade. De acordo com Couto (2008, p. 12), este bairro õpassa por grandes problemas relacionados à carência de serviços urbanos e de infra-estrutura para seus moradoresõ.

A história desse bairro é marcada pelo descaso do poder público, mas também pelas lutas históricas de seus moradores, que construíram suas moradias, seja com papelão, plásticos, ou sobras de madeiras, mas que lutaram para construir suas casas e se manterem no bairro, e, portanto, conforme constata Alves (2010, p.84):

A previsão feita por Penteadó não se confirmou, ocorreu o oposto. Localizado na zona leste do município de Belém, a Terra Firme tornou-se gradativamente a partir de 1979, um bairro populoso marcado pela desigualdade social e um dos mais carentes de infra-estrutura.

Fato este que pode ser evidenciado no relato da senhora M. F. ao nos dizer que:

A minha casa foi feita porque eu, e meus filhos, meu marido, agente juntava sobra de madeira, esse pessoal de construção desses prédios vinha jogava aqui, eram carradas e carradas daquela madeira que não servia mais. Eu fui uma que peguei e carreguei, eu e meus filhos carregamos madeira pra fazer nosso barraco (informação verbal).

Ainda de acordo Alves (2010, 84), o bairro da Terra Firme õsó tem de firme o nomeõ. A maior parte das ruas e passagens desse bairro localiza-se em áreas alagadas ou alagáveis. A

rua em que a senhora M. F. construiu sua casa não era diferente, segundo a mesma moradora, quando chegou ao local disse ao seu marido que:

Eu mesma que não vou morar aqui, não sou peixe nem pato prá morar dentro d'água, era só água, água, água, o bairro da Terra Firme era só água, a parte que era firme era só aquela parte ao redor da Igreja. Meu marido disse: mas é aqui que nós vamos morar. E hoje eu agradeço, e daqui não quero sair nunca mais (informação verbal).

Sobre a garantia de morar em uma casa, ou mesmo em um barraco, independente das condições de moradia que este barraco ou o seu entorno oferece, nos reportamos à Penteadó (1968, p. 245), quando em seu estudo, especificamente no item que trata a respeito das condições de domínio do imóvel, nos traz que na Terra firme 97,96% responderam em seu estudo, que são proprietários de seus domicílios e apenas 2,04% dos domicílios são alugados, ou seja um dado pouco relevante de domicílios alugados.

Penteadó (1968, p. 245) segue ressaltando que, mesmo os ãque se dizem proprietários não o são de fato, haja vista que apesar do Governo Federal já ter autorizado a Universidade Federal do Pará a alienar suas terras a favor dos atuais ocupantes, isso ainda não foi realizado. Na Terra Firme os moradores, mesmo morando em condições precárias, quando se trata do sentimento em relação a sua moradia, Penteadó (1968, p. 254), ressalta que esta moradia:

Garante ao trabalhador que a ocupa a tranqüilidade de sentir-se dono de seu lar. O direito de morar, ou seja, o direito a ter um teto para abrigar sua família, exerce um fascínio tão grande nos excluídos que justifica tanta ousadia e disposição de luta, quando se trata de defender esse direito.

E esse sentimento pode ser constatado nos depoimentos dos moradores entrevistados na pesquisa realizada, que sempre procuram deixar claro que consideram todos os problemas de ordem histórica que o bairro tem enfrentado, mas que é neste bairro que gostam e querem viver, e que por este bairro, é que lutam por melhores condições de vida e condições de moradia, numa perspectiva mostrada por Lefebvre (2001), ao afirmar que ãhabitar entende-se não apenas o morar, mas inclui também o entendimento de uma vida urbana plena.

Em entrevista ao Jornal O Liberal (1999), senhora A.P., de 71 anos de idade e há 44 anos moradora do bairro é um exemplo de amor pelo bairro, quando questionada se gostaria de sair do bairro, caso ganhasse um milhão de reais, não hesita em responder: ãse eu ganhasse um milhão de reais, faria uma boa reforma na minha casa, e abriria uma mini-fábrica de

confeção para empregar as pessoas mais carentes do bairro, mas nunca sair da Terra Firmeö. (informação verbal).

Nesse contexto, portanto, o bairro da Terra Firme, segundo Alves (2010), se apresentou como o lugar de moradia, mas coube aos moradores deste bairro criar as condições de infraestrutura, mesmo que de forma precária e improvisada, mas necessárias para a sua instalação e permanência, conforme pode ser visualizada na figura abaixo.

Figura 16 - Condições de moradia no bairro da Terra Firme (4).



Fonte: www.panoramio.com. Acesso em: 09 out 2010.

Essas carências podem ser visualizadas facilmente no bairro. Neste bairro nota-se a predominância do trabalho informal, que se concentra nas ruas principais, a exemplo da Avenida Celso Malcher e Rua São Domingos. No seu entorno é que está localizada a principal feira que abastece o bairro, com barracas tanto internas ao Mercado Municipal, mas também grande número de trabalhadores informais que se organizam nas calçadas e mesmo na rua. Trabalhadores estes, que são mulheres, homens, adolescentes e mesmo crianças.

É no cruzamento destas duas avenidas que se encontram importantes redes de serviços públicos e privados, como unidades de grandes redes de farmácias de Belém como também farmácias de bairro, de menor porte. Encontra-se ainda lojas que vendem os mais variados tipos de produtos como papelaria, pequenos mercadinhos de organização familiar e grandes supermercados.

Tal concentração de serviços atrai grande número de pessoas para esta área, que é considerada como a área central do bairro seja para realizar compras, para passear, mas com grande ênfase para acessar produtos no mercado informal, que se estende nos três turnos na Praça Olavo Bilac, localizada na Avenida Celso Malcher em frente à Paróquia de São Domingos de Gusmão.

Esta praça é a principal referência de lazer, referência de festas religiosas, e importante referência de local de trabalho no bairro da Terra Firme, pois nesta concentram-se vendedores dos mais diversos produtos, com predominância da venda de roupas usadas entre outros produtos comercializados. Esta atividade de comercialização de produtos foi designada pelos próprios usuários de *Shopping Chão* do bairro da Terra Firme, sendo inclusive referência de compras para moradores de outros bairros da cidade.

Esta contextualização do bairro da Terra Firme revela que a dinâmica urbana deste bairro, a exemplo da política urbana em Belém, além de não atender às reais necessidades daqueles que vivem no bairro, apresenta uma evolução que vem acirrando cada vez mais as desigualdades, pois é notável a diferença no tratamento e nos usos do espaço nos bairros que abrigam os grupos sociais de maior poder aquisitivo e os bairro onde vivem os trabalhadores de baixo poder aquisitivo. Por outro lado, não podemos esquecer que este bairro apresenta determinações estruturais de uma sociedade capitalista que se estendem para além de uma cidade e certamente de um bairro.

No capítulo seguinte faremos referência às particularidades da Praça Olavo Bilac, no que diz respeito ao objetivo desta dissertação, qual seja, identificar e analisar os usos na Praça Olavo Bilac a partir dos sujeitos que desenvolvem atividades neste espaço.

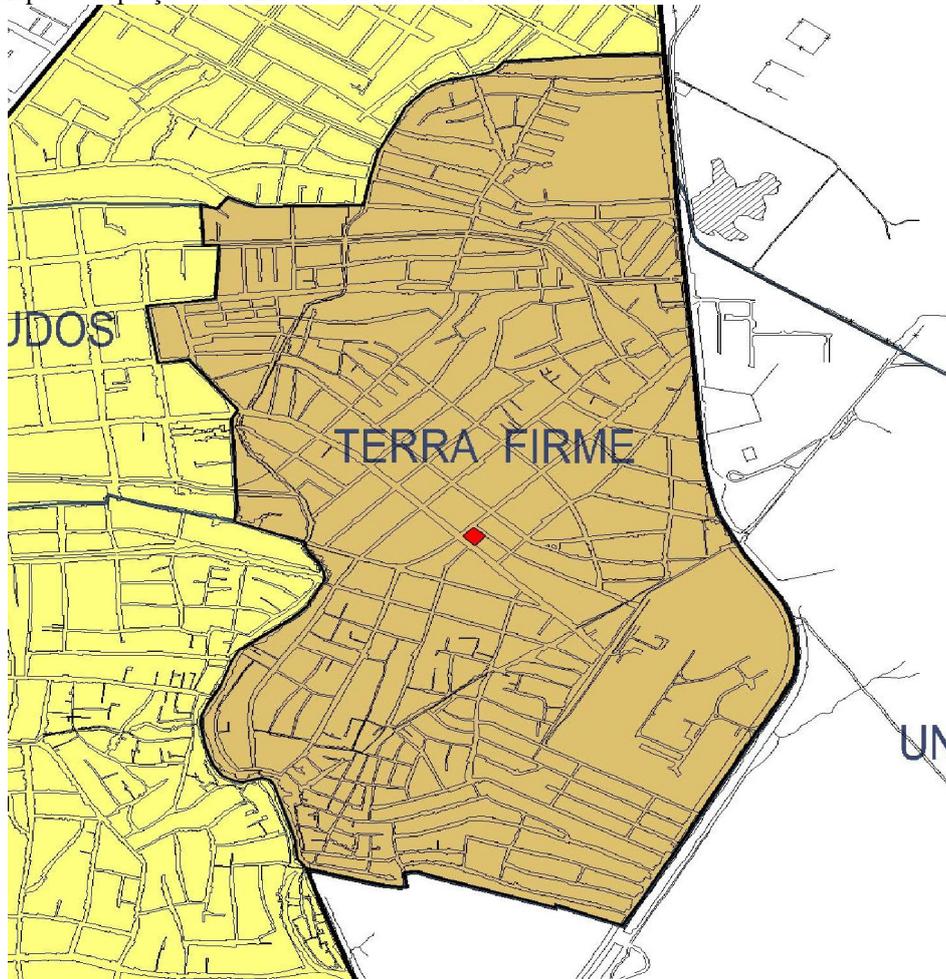
4 A PRAÇA OLAVO BILAC: UM ESPAÇO DE USOS DIVERSOS

4.1 A PRAÇA OLAVO BILAC: DA ORIGEM AO CERCAMENTO

4.1.1 A origem da praça

A origem da Praça Olavo Bilac está diretamente relacionada às carências do bairro da Terra Firme, dentre as quais se destaca a necessidade que os moradores recém chegados ao bairro tinham em ter um lugar destinado ao encontro, ao lazer para as crianças e para todos que naquele bairro se instalavam.

Mapa 3 - A praça Olavo Bilac dentro do bairro da Terra Firme.



Fonte: ww.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/ANEXO_VIII_unidades_territoriais_de_planejamento.dwf.

- BAIRRO DA TERRA FIRME
- PRAÇA OLAVO BILAC

A primeira localização pretendida pelos moradores para a construção de uma praça era um terreno que foi imediatamente ocupado para fins de moradia, pois o período de construção desta praça corresponde ao período de surgimento do bairro da Terra Firme. Sobre o processo de escolha do terreno que seria a praça, Maria Francisca (Chicona) nos relata que:

Na verdade tinha três projetos para aquele terreno, uma igreja, uma praça ou uma escola. Mas o que resultou, foi que a população é que tomou conta. Porque a gente tinha aquela necessidade, como ainda hoje existe, que é o problema de morar em casa alugada, ou de nem ter onde morar, e aí teve uma área livre e já sabe já era (informação verbal).

Portanto, neste terreno não foi construído nem a praça nem a Igreja, nas lembranças de D. Madalena consta que:

Tinha uma área que chamavam Piçarreira, lá a gente reservou para fazer uma igreja ou uma praça, era uma área bem grande, mas um belo dia anoiteceu vazia e amanheceu cheia de casinhas. Eu me lembro muito bem, eu, o Zé Flávio, Graciete, Antoinia e outras pessoas que não me lembro mais, andando com o Padre Francisco, ele na frente com a vela, e nós atrás. Então eu disse: ah! Padre isso aí não tem mais jeito, vamos achar outro lugar (informação verbal).

Os fatos relatados acima pelas moradoras resultaram na construção da praça em outro terreno. Assim, a Praça Olavo Bilac, está hoje localizada à Av. Celso Malcher com a Tv. São Domingos, área central do bairro da Terra Firme, e tem sua data de criação estimada como sendo o ano de 1964. Esta localização, relativamente ao bairro confirma o entendimento de Font (2003, p. 62), quando diz que as praças sempre tiveram ligadas à idéia de centralidade ou lugar centralö.

E ao nos falar sobre as especificidades das praças de área central, este autor, apresenta algumas características que não são de praças localizadas em áreas centrais das cidades, mas o que nos interessa relatar são as características que este autor atribui às praças de centro de bairro. Sobre estas praças Font (2003, p. 101), nos apresenta duas configurações:

Uma ligada diretamente ao comércio e serviços locais, edifícios públicos, e também articulada com o sistema de transporte, porém a sua representatividade se liga à dimensão do bairro- pode ocorrer um uso residencial misto em sua área correlata, considerando a centralidade da mesma. A outra categoria se liga às características predominantes residenciais do entorno imediato, onde esta atenderia principalmente atividades de lazer e respiro da malha urbana.

Na Praça Olavo Bilac, observamos claramente as configurações das quais trata o referido autor, pois em seu entorno, ou em suas proximidades localiza-se, prédios públicos; a

delegacia do bairro, escolas estaduais e municipais, prédios privados; redes de farmácias, lojas de roupas, lojas de material de construção, e empresa de transporte coletivo. Portanto é uma área de intensa movimentação, e de extrema centralidade dentro do bairro da Terra Firme.

Além da centralidade da praça frente ao bairro a que se refere Font há outro aspecto associado à origem das praças. Trata-se da relação entre a origem das praças e a Igreja.

Neste sentido é que Ribeiro (2008, p.33), nos apresenta que õas primeiras praças brasileiras surgem no período colonial, estando relacionadas à Igreja católica.õ Esta relação evidencia a história das praças, seja no Brasil ou em outros países do Mundo, conforme já referido em capítulo anterior.

Do ponto de vista dessa relação com a Igreja, a Praça Olavo Bilac já surge desde a sua construção em terreno de propriedade da Igreja. No local onde se encontra hoje, existia uma capela, que se localizava em um dos poucos terrenos não alagados no Bairro da Terra Firme. Mais tarde esta capela seria transformada na Igreja de São Domingos Gusmão.

Figura 17 - Imagem aérea: localização da Praça Olavo Bilac.



Fonte: www.wikimapia.org

Recuperar a história da Praça Olavo Bilac nos remeteu à sua reconstituição através de depoimentos de pessoas que vivenciaram, e ainda vivenciam a sua constituição. Ao mesmo tempo faz-se necessário abordar este processo de sua formação a partir de sua importância como referência no bairro.

Neste sentido, é que a Praça Olavo Bilac reafirma o que Ramos (1974, p. 382 *apud* FONT, 2003, p.117) nos traz ao dizer que õa praça é o princípio da estrutura do bairro, num

primeiro momento aparece o templo que, para então, equivale à escola, centro de recreação espiritual [...]ö.

Maria Francisca, que testemunhou a fundação da referida praça nos relata que: ãporque onde era firme era só aquele pedaço ali ao redor da igreja, da São Domingos pra lá até Nossa Senhora das Graças descia um pouco, dobrava ali pelo canto da terra firme. O resto já sabe o que era, só água e lamaö (informação verbal, entrevista concedida em 21 out. 2010). Esta mesma moradora nos relata ainda que:

A praça naquela época não tinha nada, nada, nada, a Igreja era pequenininha, tenho pouca lembrança mas acho que ela ainda era de barro, depois quando o padre Célio veio pra cá e outros, o padre Francisco aí foi levantada a Igreja por cima da outra, aí foi feita aquela linda Igreja que é hoje, mas quando nós chegamos ali era pequena era assim uma capela, hoje ela é uma Igreja de verdade. (informação verbal).

Outro depoimento que corrobora com esta noção de entrelaçamento da história da Praça Olavo Bilac com a história da Igreja de São Domingos de Gusmão no bairro da Terra Firme, é o de Gil Nogueira, para quem:

O bairro da Terra Firme naquela época era um interiorzinho, quando o ônibus passava em Canudos o pessoal dizia assim: olha avisa lá que amanhã é domingo, avisa lá que amanhã é feriado, porque a Terra Firme era só aquele centro ali onde tem a Igreja, e algumas ruazinhas ao redor da Igreja era como se fosse um interiorzinho (Gil Nogueira, morador do bairro e Administrador da Paróquia São Domingos Gusmão, entrevista realizada em 21 set. 2010, informação verbal).

Robba e Macedo (2010) assim como Font (2003) também afirmam que, associado à existência de uma Igreja geralmente estava uma praça. E a Praça Olavo Bilac, a exemplo de muitas outras praças espalhadas no desenho urbano de Belém, tem sua história diretamente relacionada à Igreja de São Domingos de Gusmão, desde quando ainda era a Capela de São Domingos de Gusmão, ligada à Paróquia de São José de Queluz, dos Padres Agostinianos. Em 1969 a capela passa a ser a Paróquia de São Domingos de Gusmão. Esta passagem conta até hoje com uma sucessão de religiosos que estão marcados na memória dos moradores. Gil Nogueira, além de Administrador da Paróquia, é morador do bairro e nos relata que o primeiro Pároco foi:

O Padre Aderson Neder, é monsenhor Aderson Neder, que hoje tá velhinho, mas ainda é vivo, depois foi o Padre Jaime, depois Padre Francisco Guila, italiano, depois o padre Igino Sala, depois o Padre Beto, que eu só conheço como Beto, depois teve o Padre Célio, depois Padre Edir, depois o Padre Antonio, e agora o Padre Bruno, então nas minhas contas assim, rapidamente nove párocos desde 69

pra cá quando passou a ser paróquia, e já existia a pracinha desde aquela época. (entrevista realizada em 21 set. 2010, informação verbal).

O mesmo argumento que sustenta a relação entre o surgimento da praça e a Igreja é reforçado por Chicono ao dizer que

Quando a gente ia pra missa os meninos sempre gostavam de brincar ali né, ali não tinha nada, nada, nada, depois de um tempo com essa Igreja grande foi feito um projeto ajeitaram a praça, fizeram um canteiro lá, plantaram árvores de flores, uma porção de plantas plantaram lá, só que o povo não deixou, se acabou tudo. Depois que foi colocado aquelas grades e já houve um pouco mais de respeito. Hoje a praça tá lá bonitinha. (entrevista realizada em 21 out. 2010, informação verbal).

Assim como nos referidos depoimentos, os demais moradores do bairro, ao se referirem à praça sempre a relacionam à Paróquia. Esses depoimentos ganham fundamento uma vez que a praça foi construída pela prefeitura, porém seu terreno pertence à Paróquia, que a administra.

Há assim um reconhecimento da autoridade dessa administração conforme podemos confirmar na fala de Gil para quem a praça é da paróquia tem o registro de imóveis toda a documentação tá láö (informação verbal).

A documentação referida trata-se da Escritura Pública de Doação Gratuita do Domínio Útil do terreno sem edificação, coletado sob o n. 733, situado à Rua São Domingos, perímetro compreendido entre a passagem Ruy Barbosa e a Avenida Celso Malcher registrada em livro 089-A, folha 261. (ANEXO 01).

Essa propriedade tem implicações na forma que a Igreja através de seus representantes interpretam os usos da praça conforme a reflexão de Padre Bruno Secci, Pároco atual da Paróquia de São Domingos Gusmão, para quem:

A praça servia como encontro de gangues, foi a partir daí que a Igreja passou a ter controle sobre esta, objetivando a construção de uma imagem positiva. Praça é sinônimo de democracia. E mesmo sabendo que é da igreja, os sujeitos usam como se fosse uma praça pública. O público e o privado é muito tênue. (entrevista realizada em 13 out. 2010, informação verbal).

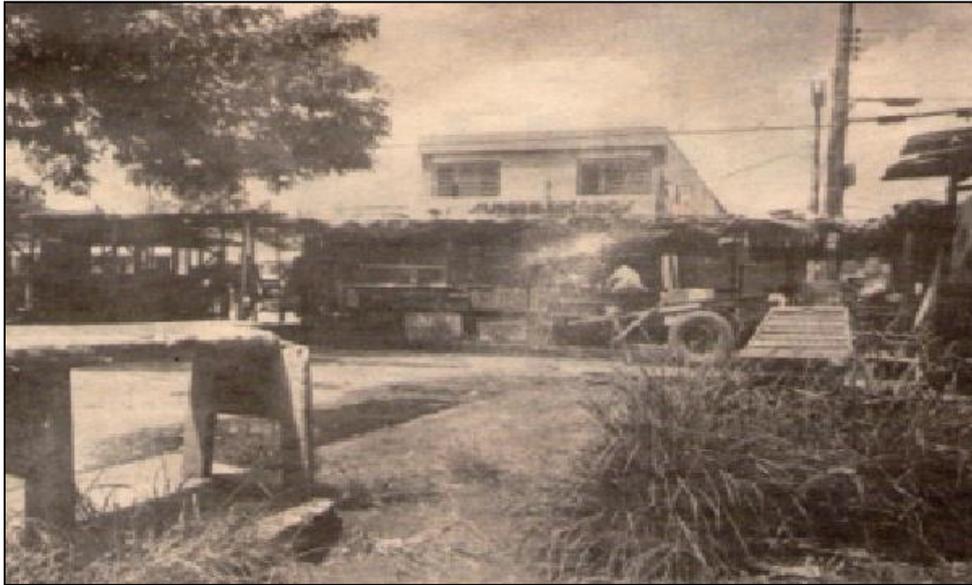
De uma forma ou de outra, a Praça Olavo Bilac atrai um grande contingente de pessoas em busca das variadas atividades que acontecem neste espaço. As palavras do Pároco da Igreja nos remetem à Ribeiro (2008, p.28) quando nos traz que, òqualquer espaço [...] só tem importância com o uso que se faz, porque indica como o homem se apropria deleö.

Após a construção da praça, a Prefeitura Municipal de Belém realizou uma reforma, dotando-a de bancos, brinquedos, arborização e grama. Com o passar do tempo, sem manutenção, os equipamentos foram se deteriorando. E por volta de 1975, de acordo com Gil Nogueira, a praça passou por uma segunda reforma, desta vez organizada pelo grupo de jovens da Paróquia denominado ãAlegria-Alegriaö, e do qual este fazia parte.

Os jovens que compunham este grupo mobilizaram o bairro em busca de ajuda financeira, o que segundo Gil Nogueira não foi tarefa fácil. Com os recursos arrecadados foi possível revitalizar a praça, com calçamento, arborização com acácias, sendo que cada grupo de jovens ficou responsável de cuidar de uma árvore, e assim a praça permaneceu por muito tempo sob os cuidados do referido grupo.

Esse esforço, contudo não foi suficiente para assegurar continuidade, o que redundou novamente na sua deterioração, conforme pode ser observado na figura abaixo (Figura 18).

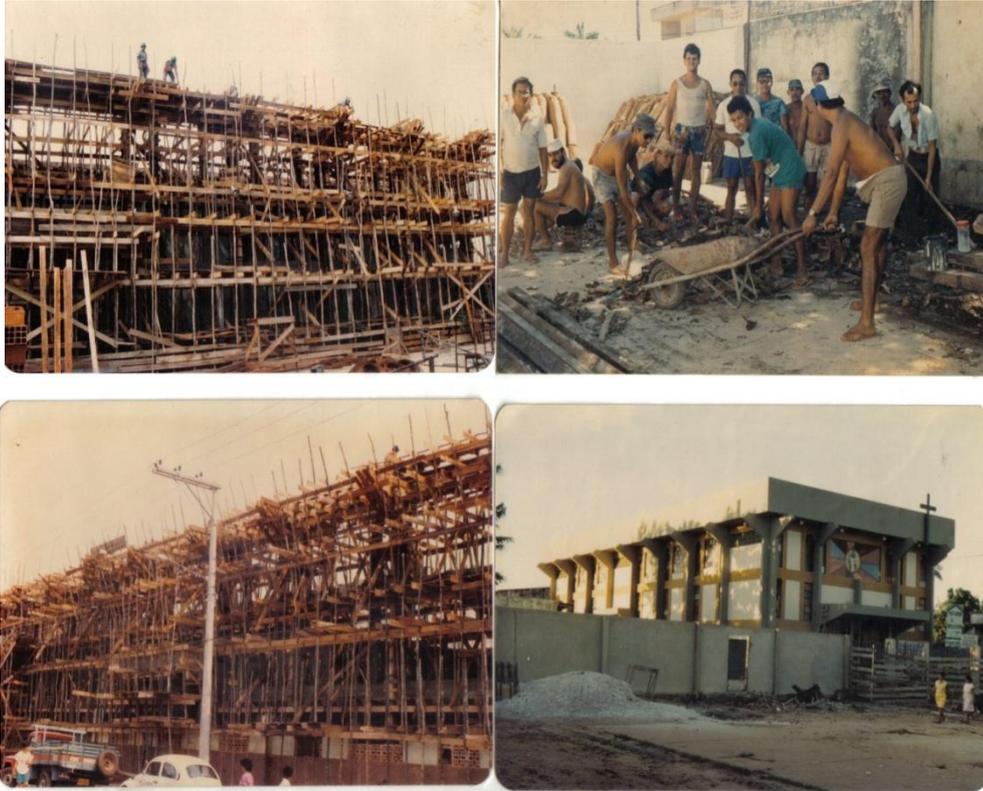
Figura 18 - Praça Olavo Bilac em 29 de setembro do ano de 1987.



Fonte: Jornal ãO liberalö, de 29 de setembro de 1987.

A foto acima retrata a situação em que a Praça Olavo Bilac se encontrava no ano de 1987. Este ano corresponde ao início da construção da atual Paróquia de São Domingos de Gusmão (figura 19).

Figura 19 - Momentos da construção da atual Paróquia de São Domingos de Gusmão.



Fonte: Arquivo da Paróquia de São Domingos de Gusmão.

E foi exatamente no dia 9 de agosto de 1987, por ocasião da cerimônia de lançamento da pedra fundamental (figura 20), momento em que segundo o Padre Igino Sala, então pároco, em reportagem ao jornal *oO liberalö*, declara que recebeu a promessa do então Prefeito de Belém, Coutinho Jorge: *õfaça a Igreja que a praça eu me viroö* (informação verbal). Segundo o referido Padre, a comunidade acreditou e esperou.

Figura 20 - Lançamento da Pedra Fundamental.



Fonte: Arquivo da Paróquia de São Domingos de Gusmão

Contudo, a despeito do início, e da aceleração das obras da Paróquia, na Praça Olavo Bilac, o quadro continuava o mesmo.

Tendo em vista o não cumprimento da promessa do Prefeito, o Padre Inguino Sala procurou a Prefeitura Municipal de Belém, que solicitou um novo orçamento, o que foi respondido pelo Engenheiro Antonio Gil Nogueira. O valor previsto em Cz\$ 3,5 milhões (três milhões e meio de cruzados) foi considerado alto, e por sua vez, a obra não foi realizada. No dia 07 de agosto de 1988 a Paróquia de São Domingos de Gusmão foi inaugurada, e os moradores demonstraram-se insatisfeitos com o estado da praça (figura 21).

Figura 21 - Reportagem sobre a inauguração da Paróquia de São domingos de Gusmão.



Fonte: Jornal -O Liberal, de 08 de agosto de 1988.

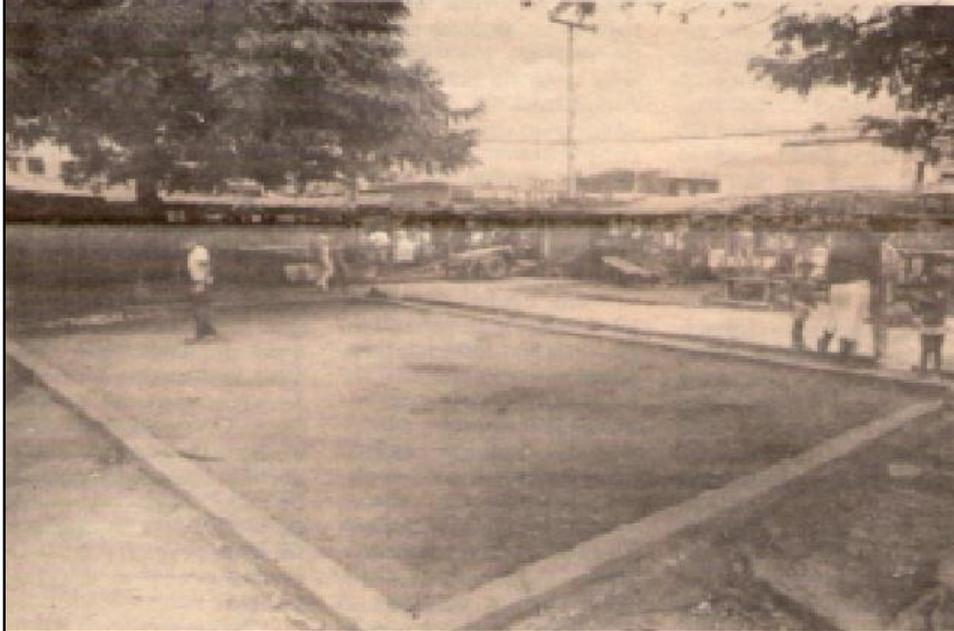
Figura 22 - Inauguração da Nova Paróquia de São Domingos de Gusmão.



Fonte: Arquivo da Paróquia de São Domingos de Gusmão.

E a praça? Vejamos na foto abaixo como esta permaneceu.

Figura 23 - Praça Olavo Bilac em 29 de setembro do ano de 1987.



Fonte: Jornal *o liberal*, de 29 setembro de 1987.

A imagem refere-se ao ano de 1987, ou seja, um ano antes da inauguração da nova Paróquia, mas foi exatamente neste estado que a praça se encontrava. Segundo o engenheiro responsável pela obra da Paróquia, e desde então administrador da mesma, foi realizada apenas uma limpeza para a festa de inauguração. De acordo com Padre Igino Sala a Paróquia

poderia ter realizado a obra conforme sua declaração em entrevista ao Jornal *o Liberal* de 06 de agosto de 1988: *õse ele [Prefeito] tivesse dito que não tinha condições de recuperá-la, nós mesmos o faríamos. Agora não dá mais tempo* (informação verbal). Abaixo a reportagem completa.

Figura 24 - Reportagem sobre a Praça Olavo Bilac.

Promessas não cumpridas

Existem promessas e promessas. Quando a promessa tem cunho religioso, a pessoa que a fez trata de pagá-la assim que a graça é alcançada. Caso contrário, diz a sabedoria popular, a ira da divindade invocada cai sobre a cabeça do "promesseiro caloteiro", que sofre na pele por não ter cumprido o prometido. Quanto às promessas de políticos, essas nem sempre são cumpridas. Neste caso, o castigo se resume ao descrédito popular em que caem o político e o partido a que ele pertence, o que significa menos votos nas eleições seguintes.

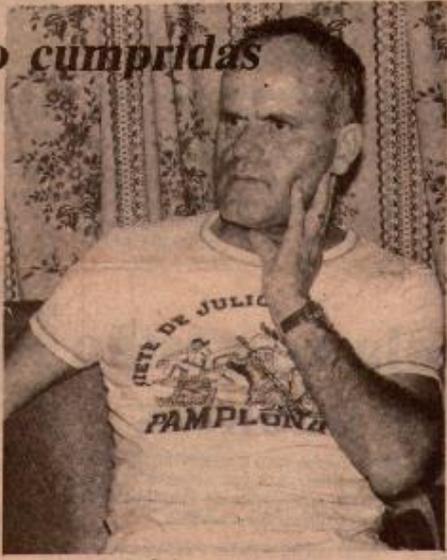
Para a comunidade católica da Terra Firme, bairro que possui cerca de 75 mil habitantes, o prefeito Coutinho Jorge e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) estão enquadrados nesse último caso. Desde o dia 9 de agosto de 1987, quando a pedra fundamental da Igreja de São Domingos de Gusmão, localizada naquele bairro, foi benzida pelo arcebispo dom Alberto Gaudêncio Ramos, diversas promessas foram feitas pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) no sentido de recuperar a praça localizada em frente ao templo.

Na ocasião do lançamento da pedra fundamental, o padre Igino Sala afirmou ter ouvido do prefeito Coutinho Jorge a seguinte promessa: "Faça a igreja, que a praça eu me viro", que foi refeita durante a inauguração do mercado municipal da Terra Firme. Tudo levava a crer, à época, que ela seria cumprida. As obras de construção da igreja estavam aceleradas e os feirantes que ocupavam parte da rua Celso Malcher, travessa Rui Barbosa, passagem Liberdade e da própria praça foram remanejados para o novo mercado. Com isso, as vias públicas ficaram desimpedidas e a praça, sem as barracas, surgiu como uma opção de lazer, apesar de não recuperada.

Promessa cobrada

Novos entendimentos foram feitos, então, entre a PMB e o padre Sala, ficando acertado que a praça seria restaurada e inaugurada juntamente com a igreja de São Domingos de Gusmão. Vendo que a data da inauguração se aproximava, novamente o padre Sala procurou a PMB, sendo encaminhado ao secretário municipal de Obras, Cicerino Cabral. Na conversa entre o padre, o secretário e o engenheiro Antônio Gil Nogueira, responsável pelas obras da igreja, foi solicitado que o orçamento de recuperação da praça, feito em abril, fosse atualizado para o mês de junho. Feita a atualização, o orçamento então estimado atingiu Cz\$ 3,5 milhões. A quantia foi considerada alta pelo secretário, que também alegou falta de mão-de-obra da PMB para levar em frente a recuperação.

A inauguração da igreja deverá ocorrer amanhã, às 17 horas, com missa celebrada pelo arcebispo dom Alberto Ramos, mas a praça continua na mesma situação. "Se ele tivesse dito que não tinha condições de recuperá-la, nós mesmos o faríamos. Agora não dá mais tempo", afirmou o padre Sala.



Sala: na espera

Fonte: Jornal *o Liberal*, de 06 de agosto de 1988.

Mesmo decorridos mais de 10 anos, a praça se mantém em precárias condições. Somente entre os anos de 1999 e 2000 a Praça Olavo Bilac passa por outra reforma. Reforma esta custeada por uma rede de farmácias de nome *õBig Ben*, que conta uma unidade localizada à Rua São Domingos, às proximidades da praça. Neste período a praça encontrava-se com seu espaço totalmente ocupado por vendedores, e conforme Gil Nogueira *õlá* tinha tudo, vendiam tudo, vendiam eletrodoméstico, cama, vaso sanitário, farinha, comida, lanche, bebida, tinha gente que vendia bebida e tinha até banheiro na sua venda. *õ* (informação verbal, entrevista concedida em 21 set. 2010).

Figura 25 - Praça Olavo Bilac (1).



Fonte: Arquivo de Gil Nogueira.

Figura 26 - Praça Olavo Bilac (2).



Fonte: Arquivo de Gil Nogueira.

Esta reforma demarca um novo momento na dinâmica de uso da praça. Para além da alteração do desenho e dotação de novos equipamentos como bancos, calçamento, árvores e novas lixeiras. Como resultado desta reforma, neste momento, com a praça reformada, a Paróquia tenta reorganizar seu uso, em conversa com os vendedores, foi eliminado a venda de bebidas e retirados os banheiros do interior da praça. Mas a Praça ainda permaneceu com grande e diversificado número de atividades. De acordo com Gil Nogueira:

Depois da reforma da Big Ben a praça ainda ficou muito cheia de vendedores, inclusive vendiam cd pirata, televisão roubada, muita bicicleta roubada, e a polícia chegava, entrava e era aquela correria, prendiam levavam todas as bicicletas e era aquela confusão toda. (informação verbal, entrevista concedida em 21 set. /2010).

Esta reforma, contudo, ainda não demarca em definitivo a ação da Igreja pelo estabelecimento de uma nova relação com os vendedores e moradores do bairro no que se refere ao uso da praça. Em 2004, uma nova reforma traz novas implicações sobre os usos deste espaço, que tem a partir da decisão do seu cercamento desdobramentos em um conjunto de normas que passam a reger o uso da praça sob controle da Paróquia. De forma sintética a figura abaixo demonstra o percurso das reformas pelas quais a praça Olavo Bilac passou.

Quadro 3 - Linha do tempo das ações sofridas pela praça Olavo Bilac.

1964	1969	Início dos anos 70	1975	1987	1998	1999/2000	2004
Criação da praça e construção da 1ª capela	Transformação da capela em paróquia	Reforma da praça realizada pela Prefeitura Municipal de Belém	Reforma realizada pelo grupo de jovens %Alegria Aegria+	Início da construção da paróquia de São Domingos	Inauguração da paróquia	Reforma realizada pela rede de farmácias Big-Ben	Reforma de cercamento da Praça, realizada pela Ação Social do Governo do Estado do Pará

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1.2 O cercamento

Em 2004 ocorre a mudança mais substancial em termos de estruturação da forma de uso da praça. A Ação Social do Governo do Estado do Pará realiza uma reforma que consiste essencialmente na instalação de grandes de ferro e portão circundando toda a área da Praça Olavo Bilac.

Figura 27 - Reforma de cercamento da praça.



Fonte: Arquivo de Gil Nogueira

Figura 28 - Reforma de cercamento da praça.



Fonte: Arquivo de Gil Nogueira

O uso de gradil faz com que esta se torne isolada dentro do bairro, assumindo características de um espaço segregador, em que os vendedores assim como os moradores do bairro vão se subordinar a um conjunto de regras que são impostas pela Paróquia São Domingos de Gusmão.

Sobre essa característica de isolamento e segregação da praça, Font (2003, p.64) nos relata que este é ãacentuado pelo cercamento adotado, fazendo uso de gradis e portões, onde somente à uma pequena parcela burguesa da sociedade era permitida a entrada, como num ato de comprar um lugar ao céuö.

Em se tratando do espaço em estudo, o cercamento não restringiu o seu uso à burguesia, pois essa classe não é característica do bairro, mas impôs regras e limites ao uso da praça, como por exemplo, a partir do seu cercamento passou a existir horário de abertura e fechamento dos portões, limitando tanto a circulação, o lazer e venda a determinados horários.

Dessa forma o cercamento desta praça representa o que Font (2003, p. 64) chama de ritual de demarcação de posse, uma vez que considera que:

Além da imagem dominante da igreja na paisagem, mesmo depois do processo de verticalização dos edifícios, que concorrem, quando não ocultam, com a primeira, também a praça em suas características morfológicas receberá tratamento ritual de posse, divisão e sacralização.

Assim, no caso da praça em estudo o cercamento representou uma demarcação de posse da Praça Olavo Bilac, que mesmo como propriedade da Paróquia desde 1987, o cercamento em 2004, vem consolidar o seu controle sobre este espaço. A demarcação de posse segundo Font (2003) pode ser representada por diversos elementos, entre estes o gradil, os equipamentos e estruturas de vegetação como delimitadores do espaço da praça. O ritual de posse da Praça Olavo Bilac é definido pela construção do gradil a que se agrega um conjunto de regras que estabelece uma divisão de usos.

Após o cercamento, a Paróquia, então, assume o que define como organização da praça através do controle do seu uso. Antes, a praça não estava submetida nem ao controle da Paróquia, e nem de nenhum outro agente, privado ou público. O seu uso era de livre arbítrio de vendedores e de qualquer morador para qualquer fim. Com o cercamento, houve alterações para além da chamada organização das atividades de comercialização.

E assim, tanto os vendedores quanto os moradores em geral passam a sofrer as conseqüências do cercamento da praça. O cercamento cria uma forma nova na relação entre outros agentes públicos ou privados, que usam eventualmente ou de forma ordinária a praça, incluindo outras paróquias, e a praça. Acrescente-se a estes o uso da própria Paróquia, que mesmo, não sofrendo restrições, obedece a uma regra que é comum a todos, qual seja o horário limite em que a praça permanece aberta à circulação.

Estes quatro grupos, contudo, não são excludentes entre si no uso da praça. Há coincidências de horários entre alguns destes, embora haja requisitos autorizativos que se diferenciam para alguns.

Desta forma, é que para o grupo que estamos denominando de vendedores - assumindo a forma como estes se referem a si mesmo - as mudanças na prática, em termos de autorização

para continuar exercendo suas atividades, se deram por meio da implantação de novas regras⁴, a partir dos seguintes procedimentos adotados pela Paróquia:

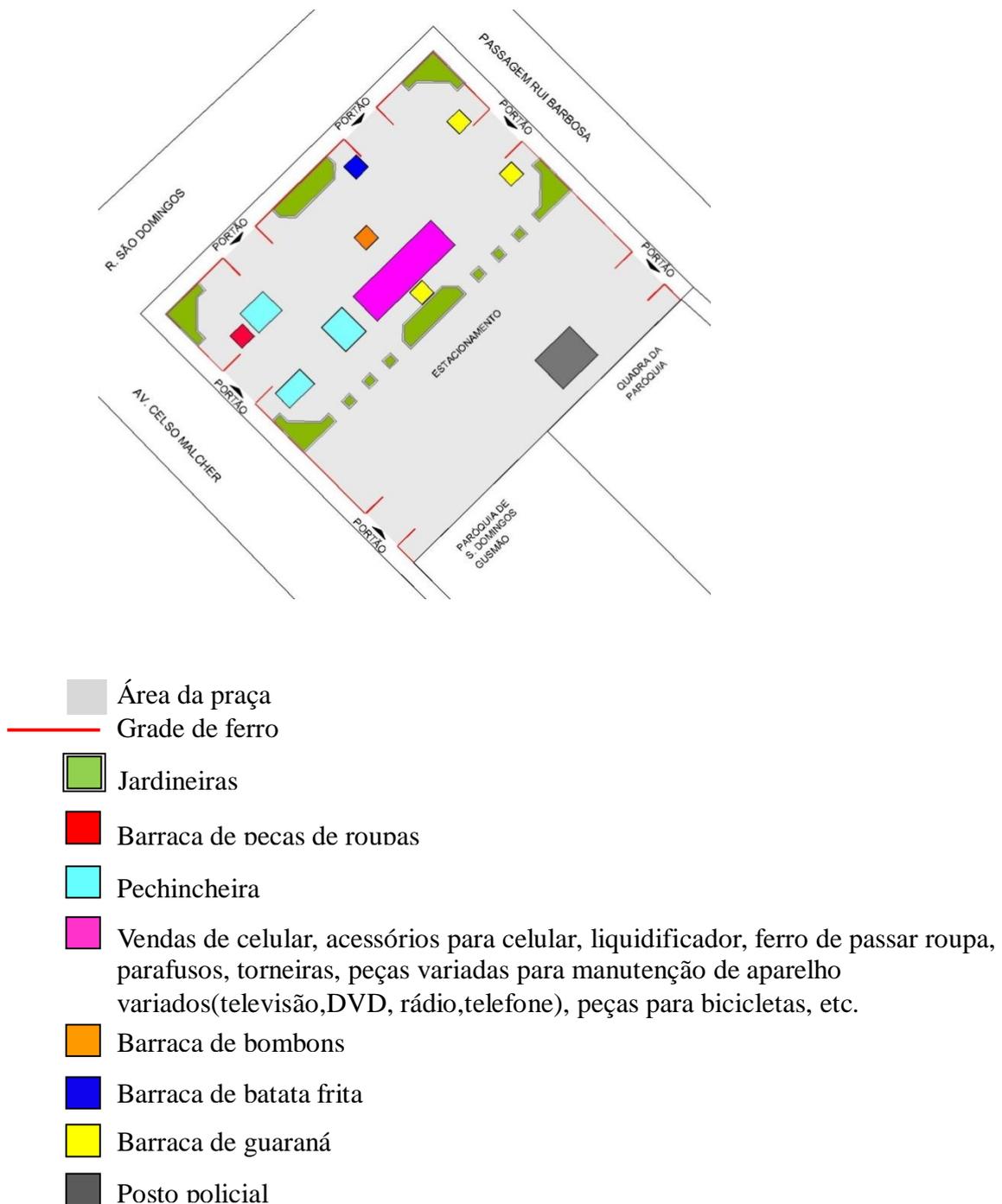
1. Levantamento do número de pessoas que trabalhavam no interior da praça;
2. Realização de cadastro de todas as pessoas levantadas;
3. Definição pela Paróquia do valor da taxa de permissão de uso - valor mensal de R\$20,00 (vinte reais).

Estes procedimentos são enumerados pelo Administrador da Paróquia, o mesmo acrescenta que os recursos arrecadados são aplicados na manutenção da praça e controle do horário de funcionamento. Esta aplicação é destinada ao pagamento de um funcionário responsável pela abertura e fechamento do portão, assim como pela limpeza da praça.

Assim, o uso da Praça Olavo Bilac para fins de comercialização de produtos pelos vendedores autorizados passou a obedecer a uma dinâmica de funcionamento a partir de uma divisão por atividade e horário. Passando a funcionar em três turnos (manhã, tarde e noite), sendo que as atividades do segundo turno se estendem ao terceiro turno (figura 29). Cada vendedor devendo atuar no especificamente em seu turno. Abaixo apresentamos um croqui, em que demonstra uma espacialização dos usos da Praça Olavo Bilac.

⁴ O grupo da manhã inicia suas atividades às 7h podendo permanecer com vendas na praça até às 12h. O grupo da tarde inicia a montagem de suas barracas às 16h e permanecem até às 23h, neste horário um funcionário da paróquia fecha os portões reabrindo-o no dia seguinte às 7h.

Figura 29 - Croqui dos usos da Praça Olavo Bilac.



Essas mudanças ocorridas no cotidiano da Praça Olavo Bilac, não passam despercebidas aos vendedores deste lugar. S. considera ter havido alteração em termos de movimento e visibilidade, e nos parece sugerir que a praça era até mais animada. A sua

experiência de trabalhar nesta praça desde antes do cercamento como pechincheira ⁵ faz assim com que esta afirme que ãem termo de movimento antes ela era melhor, antes ela era mais ampla, ela não tinha cerca e dava uma visibilidade melhor, em termo de movimento hoje em dia caiu muito o movimento, antes era bom ainda tava no início né, era aquela folia todaõ. (informação verbal, entrevista concedida em 14 set. 2010).

Para aqueles que utilizam a praça para o lazer ou apenas como local de passagem a praça ficou mais segura. Contudo, o acesso continua o mesmo uma vez que os portões só se fecham às 11h, e quando não tinha esse controle a praça era usada depois das 11h para prostituição, uso de drogas, ou local onde eram realizados pequenos assaltos.

Desta forma, após o cercamento, e apesar de ter seu uso controlado pela Paróquia, a Praça Olavo Bilac continua livre e intensamente frequentada, sendo uma referência de lazer no bairro, e para muitos moradores representa a única alternativa de lazer.

Assim, estes elementos presentes na constituição da Praça Olavo Bilac desde a sua origem lhe conferem uma dinâmica que nos impôs apreendê-la nas suas diversas manifestações, que são múltiplas e complementares, e por vezes nos parece contraditória. Estas manifestações resultam das condições objetivas de uso desta praça, que não são isoladas da dinâmica da sociedade, pelo contrário deriva das contradições próprias da sociedade capitalista.

4.2 DINÂMICA DE CONVIVÊNCIA E USOS DIVERSOS

A Praça Olavo Bilac possui uma dinâmica em que a convivência e a diversidade, andam juntas, de forma complexa e indissociável. A convivência nesta praça, conforme verificado nesta pesquisa se apresenta de acordo com os diferentes interesses em jogo. É a partir dos distintos interesses que é estabelecida a dinâmica de uso que segue aos parâmetros de organização deste espaço pela Paróquia de São Domingos de Gusmão. Portanto, o que queremos dizer é que, de um lado estão colocadas as regras de uso do espaço pela Igreja, e de outro, as necessidades de uso decorrentes daqueles que dependem deste espaço para a sua sobrevivência, sejam em busca de lazer ou de trabalho.

Esta combinação de interesses resulta em um compartilhamento de usos que obedecem a diversas regras impostas pela Paróquia, quais sejam, a definição de horários por tipo de

⁵ Pechincheira é o termo que define as mulheres que vendem roupas usadas na Praça Olavo Bilac, como são chamadas e reconhecidas, por elas próprias e pelos compradores. As pechincheiras vendem roupas usadas no chão da Praça sobre uma lona plástica. Neste trabalho, sempre que nos referirmos a vendedores e estas não forem citadas em separado, é por que também a consideramos como parte deste grupo.

VENDA DE BRINQUEDOS E BALÕES		X	X		X	X		X	X		X	X		X	X		X	X	SIM
------------------------------------	--	---	---	--	---	---	--	---	---	--	---	---	--	---	---	--	---	---	-----

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme já dissemos, a dinâmica de uso e de convivência nesta praça se apresenta de forma diversa e complexa, pois agrega interesses variados, que estão relacionados às estratégias de sobrevivência. Tal dinâmica nos remete ao entendimento de Lefebvre (*apud* CARLOS, 2007, p. 13), quando nos diz que:

No espaço se inscrevem, e ainda mais, se realizam as diferenças, da menor à extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante das iniciativas, modelado por elas, o espaço torna-se o lugar e o meio da diferença [...]. Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse.

Assim no espaço se reafirmam, cada vez mais, as estratégias de sobrevivências. E neste sentido, a Praça Olavo Bilac é amplamente utilizada para essas estratégias de sobrevivências, nela atuam diariamente os mais diferentes sujeitos, jovens, crianças, idosos. São pessoas que por ali passam, ou que neste espaço permanecem, seja para uma conversa de não se jogar fora, seja para comprar um dos variados produtos que se encontram à venda, seja para concentração dos moradores do bairro para sair em passeata e reivindicar melhorias para o bairro, ou para montar sua barraca ou estender uma lona plástica, sobre a qual comercializam produtos que garantem o sustento próprio, ou dos que dele dependem, garantindo, portanto, a sua sobrevivência. Esta dimensão de diversos usos desta praça pode ser constatada no relato de D. M., para quem:

É nessa praça que agente se reúne, faz manifestações é a única praça do bairro né, tem outra praça mais é pequena⁶, a maior mesmo e mais organizada é essa. É bem movimentada porque é o único canto que eles tem né. (D. Madalena), pra mim ela é tudo, agente se reúne ali, é uma área de lazer pra comunidade, para o próprio bairro porque agente não tem assim uma área de lazer aonde agente possa reunir, levar nossos filhos, então tudo é ali na praça (informação verbal).

Nessa compreensão é que a Praça Olavo Bilac se apresenta como um lugar de múltiplos usos sendo estratégico para sobrevivência tanto do ponto de vista econômico quanto da sociabilidade, uma vez que os usos são múltiplos, não se restringindo apenas ao lazer ou ao trabalho. Pois, a rotina de trabalho para alguns é que lhe permite sobreviver, como

⁶ A outra praça a qual D. Madalena se refere, corresponde à Praça Tenente Bezerra.

nos reporta D. S., moradora do bairro e pechincheira da praça há aproximadamente 20 anos, para quem é do seu trabalho na praça que dependem financeiramente a sua família: "ajudo meus filhos e meu marido!" (informação verbal, entrevista concedida em 14 set. 2010).

Há assim distintas dimensões relativas à relação dos moradores do bairro com a praça, como o sentimento de pertencimento e da sua importância no decorrer de sua vida. Para Gil Nogueira desde sua juventude, ao chegar ao bairro em 1965, nos diz que a praça era a referência para passeio, para namoro, enfim, "[...] Tudo nosso era na praça" (informação verbal). A praça então assume um significado Carlos (2007, p. 14), ao se referir à noção de lugar nos conduz a reafirmar o que observamos nessa relação. Para esta autora "o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo."

Nestes termos, o caráter multidimensional e de centralidade conforme já nos referimos em Font (2003), da Praça Olavo Bilac, torna este espaço uma referência para o bairro, nos remetendo também à De Angelis (2005, p.18), quando nos coloca que os espaços livres, em se tratando especificamente sobre as praças, são espaços simbolicamente importantes, pois se tornam na vida do bairro ou da cidade uma referência para seus moradores e nos interroga: "quem nunca usou a "pracinha" ou a grande "árvore florida" próxima à sua casa como referência para indicar um caminho ou trajeto?". O relato de A., um jovem de 19 anos, que frequenta a praça diariamente afirma ser a Praça Olavo Bilac o lugar mais importante do bairro, pois:

É onde a maior parte das pessoas do bairro se encontra. É onde a maior parte das pessoas trabalha. Tem uma importância cultural, pois é aonde as pessoas vão se reunir para trocar idéias e participar de eventos artísticos. Tem um caráter religioso. É aonde as pessoas vem para a missa e outras coisas da Igreja (informação verbal).

Assim a diversidade desta praça se constitui por vários aspectos, por várias necessidades. Trabalho, lazer, por aspectos econômicos e políticos.

É nesta praça que os moradores do bairro se reúnem para sair ou chegar de manifestações, seja religiosa ou de caráter reivindicativo por melhoria no bairro, atividades artísticas e culturais como arrastões, apresentações de teatro, dança, música, etc, conforme constata-se no relato de D. M.:

Aquela praça é pra tudo, eventos, comemorações grandes, pra organizar a comunidade e levar pra praça pra falar do que se trata, tudo é ali naquela praça, por exemplo nós vamos fazer uma mobilização no bairro pra levar 500 pessoas pra universidade, aí se reúne lá na praça (informação verbal).

Outra moradora do bairro e por nó e nos entrevistada, traz em seu depoimento, importantes elementos que nos aproxima da apreensão da multiplicidade de usos que conferem dinamismo a esse lugar. Nas suas palavras:

Na década de 70 e metade de 80, a praça era o ponto de encontro dos jovens. Todo fim de semana a gente se arrumava como se fôssemos a uma festa, havia certa disputa entre as meninas em relação ao vestuário, a atenção dos garotos, principalmente se ele fosse de outro bairro. A praça era o local onde a gente encontrava os amigos e fazíamos novos, desfilávamos de mãos ou braços dados com as amigas, mostrando a roupa nova e paquerando, sentávamos em roda para falar sobre a semana que passou, jogar conversa fora, ouvir uma viola. A maioria dos jovens na época, freqüentavam a missa, o movimento jovem, e as aulas de catecismo. As famílias ainda podiam sentar às portas de suas casas, algumas ao redor da praça, para conversar e, quando agente demorava na praça, ou não voltava no horário marcado pelos pais, a mãe, o pai ou o irmão mais velho ia atrás da gente, e na maioria das vezes os colegas avisavam para gente não passar vexame. (E. M., moradora do bairro, entrevista concedida em 10 out. 2010, informação verbal).

Esta história que é passado e presente, revela o lugar do trabalho, do lazer, da política, realçando assim, a importância desta praça nas suas mais diversas manifestações de onde decorrem as práticas sociais que dão a partir dos usos das pessoas. A cada uso corresponde um traço do que foi e do que é a Praça Olavo Bilac, como lugar de encontro, da festa e da política, inerente a um modo de viver. Revela o elo afetivo com o tempo passado de uma cidade que se mantém viva na memória.

Com estes depoimentos de D. Madalena e Eliana, observamos que a história da Praça Olavo Bilac também é política, pois foi historicamente um espaço onde se decidiu o rumo da vida dos moradores desta cidade, em particular no bairro da Terra Firme.

É nesta praça, que também os empregados de empresas públicas se reúnem por vezes, no início de um dia de trabalho quando saem para visitação ou entrega de contas, é onde idosos passam suas manhãs ou tardes conversando, ou ainda para onde afluem aqueles que mais do que para contemplar de forma lúdica, vivem o desamparo no seu silêncio e da solidão.

Reforçando ainda a importância desta praça como referência e multiplicidade de usos esta praça além do que lhe é conferido por esta condição de ser praça, este lugar, conta ainda com um elemento a mais, que é fato desta ser de propriedade da Paróquia conforme vem sendo reiterado ao longo desta Dissertação. Nesse sentido, é que podemos associar tal situação à concepção de Ribeiro (2008), para quem as igrejas são dotadas de um dos mais importantes papéis na formação de nossas praças, compondo um cenário sócio-cultural.

Na condição de proprietária da praça, à Paróquia, cabe o poder de autorização de atividades que não são diárias, e que não estão submetidas à cobrança de taxa mensal, e nem consistem naquelas que prescindem de autorização, embora subordinadas ao horário de abertura e fechamento do portão.

Trata-se de eventos diversos que para serem realizados na praça, seus responsáveis fazem solicitação formal através de Ofício (ANEXO nº 1) à Paróquia. Embora nem todas obedeçam a uma regularidade, há recorrências em algumas. O quadro 5 ilustra a realização nos anos de 2009 e 2010.

Quadro 5 - Eventos realizados na praça por meio de autorização da paróquia (2009 e 2010).

EVENTOS	ANOS																							
	2009												2010											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Audiência Pública/Planejamento Territorial Participativo (DIR/PROCON/SEDJUDH)	X																							
Festival de Música	X																							
Carnaval infantil		X																						
Festival do lanche (INSTITUTO ECOAR/INEC)			X																					
Festividade Cristo Libertador				X																				
Festividade Santa Maria (COMUNIDADE DE SANTA MARIA)					X																			
Bazar da pechincha					X																			
Bazar da pechincha (ASSISTÊNCIA INTEGRADA/DAE/SUSIPE)										X														
Festividade Sagrado coração							X																	
Semana Cultural com festival Junino						X																		
Festividade de São Domingos							X																	
Venda de peixe vivo			X																					
Aniversário do PROCON/PROCON MÓVEL																			X					
Bazar da pechincha (SEGUP/NÚCLEO DE REINSERÇÃO SOCIAL)																				X				
III Feira cívica (SEDUC/UNIDADE 06)																				X				
Bazar da pechincha (IGREJA DE JESUS CRISTO DOS ÚLTIMOS DIAS)																					X			
Bazar da pechincha																							X	
Bazar da pechincha																							X	
Evangelização com Arte (PROJETO EVA/EVANGELIZANDO COM ARTE) *																								

Fonte: Paróquia de São Domingos de Gusmão

Sistematização: autora

* A data do evento não foi informada pelo solicitante

Com base no quadro acima, observamos que em eventos solicitados formalmente à Secretaria da Paróquia de São Domingos de Gusmão há uma equivalência entre os usos, porém merece destaque o uso da praça para eventos como a bazar da pechincha, pois como a esta praça é uma referência em venda de roupas usadas, é muito grande a demanda de solicitações para esse fim. De acordo com a administração da Paróquia, normalmente o pedido é feito por alunos universitários, com o objetivo de levantar dinheiro para a formatura.

Quanto ao aspecto relacionado ao uso desta praça para eventos culturais, este uso é bastante relevante, uma vez que esta praça é uma referência de lazer para o bairro, e é neste espaço que acontece os eventos mais importantes do bairro. Robba e Macedo (*apud* DE ANGELIS *et al*, 2005, p.17-18) ao analisar a importância da praça e o seu caráter funcional ressalta que:

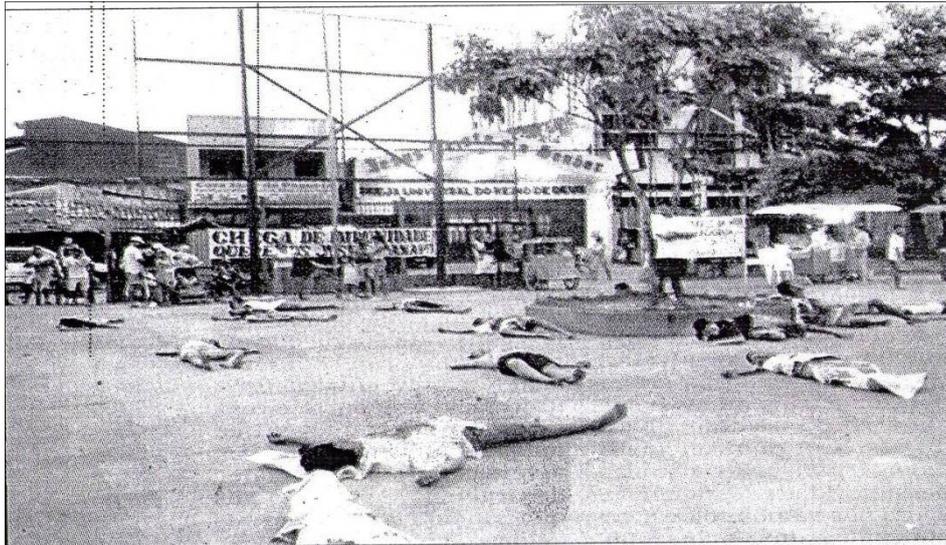
Em determinados bairros, a praça pode ser a única opção de espaço recreativo para os habitantes. Apesar da enorme concorrência com outros espaços e atividades de lazer (shopping-centers, parque de diversões temáticas, estádios de futebol, televisão), o espaço livre atrai sempre mais frequentadores.

De fato quando a Praça Olavo Bilac atrai muitos frequentadores para os eventos que ocorrem neste espaço. E essa dinâmica nos remete compará-la às praças renascentistas, período, em que de acordo com Sennet (1989, p.54), a praça era um lugar especial-público, adquirindo um valor funcional, político-social, e também um valor simbólico artístico. E como exemplo deste valor artístico destaca-se o Festival de Música da Terra Firme.

Este é um evento que ocorre no bairro, tem repercussões para além do bairro, com registro na grande imprensa, onde em matéria divulgada no jornal O Liberal, de 23 de março de 2010, este é tratado como um evento de grande importância para a cultura.

Sobre os diferentes usos deste espaço, outros eventos culturais também chamam atenção da mídia. Jovens do bairro utilizam a arte como instrumento para reivindicar ou manifestar seus desejos de mudanças do bairro, a exemplo da "Caminhada pelo bairro, contra a violência" (Jornal "O liberal", 24 de março de 2003, informação verbal). Em reportagem com temática semelhante no dia 23 de maio do ano de 2008, no mesmo jornal, há divulgação da encenação de peça teatral (figura 30) protagonizada por jovens do bairro como meio de denúncia e de chamar atenção contra violência, conforme observamos na figura abaixo.

Figura 30 - Encenação de peça teatral na praça Olavo Bilac.



Fonte: Jornal O Liberal, 23 de maio de 2008.

Sobre esta problemática da violência, embora não se constitua em objeto do nosso trabalho podemos nos reportar à Lefebvre (2001) quando este ressalta que toda sociedade, onde há a predominância de privilégios de uma classe, em detrimento da penúria de outra, está propensa à violência. Assim, a violência vivenciada nos espaços abertos ou fechados é a expressão de uma sociedade desigual e descompassada na distribuição de seus recursos. E a praça como espaço não apenas de relações harmônicas, mas como o lugar também das contradições e diferenças de classe, pode por vezes se apresentar como um espaço em que o encontro, o lazer ou trabalho se manifestam, mas a violência também vai fazer-se presente, uma vez que esta não se isola do contexto mais geral, ao mesmo tempo em que não é específica do bairro da Terra Firme. A Praça Olavo Bilac assim, expressa a dinâmica da sociedade, e assume também essa condição de ser referência tanto social quanto individual, que afinal vão estar juntos.

É nesse sentido, que não podemos assumir suas dimensões de forma isolada, muito embora para podermos dissertar sobre o nosso tema, vimos tratando os usos tanto de forma mais geral, mas também na sua especificidade. Tendo claro que estes também devam ser compreendidos no contexto de uma sociedade contraditória, onde há os que têm tudo o que necessitam para viver, e aqueles que têm que se desdobrar para conseguir se alimentar, se divertir, estudar, enfim, para viver.

Para E., um jovem de 18 anos, que frequenta a praça diariamente, à tarde, para uma roda de conversa, e cantar e tocar violão, esta praça ãé um ponto de encontro dos amigos, que marcam de se encontrar aquiö, este jovem relata que a praça também é muito utilizada õpara

conversar e namorarö.

Assim, de um modo ou de outro a história das vidas das pessoas que freqüentam e que por nós foram entrevistadas está relacionada a esta praça. E a esta praça dedicam grande parte do seu dia, e lhe conferem vida, afinal como bem ressalta Macedo (*apud* RIBEIRO, 2008), é a acessibilidade aos espaços ao público que faz com que estes tenham um significado. E assim Praça Olavo Bilac, para seus freqüentadores é cheia de significados. Mário Sánchez, 66 anos, um lojista do entorno da Praça Olavo Bilac, seu freqüentador diário nos horários da tarde e noite, nos diz que òvir à praça é uma distração, se desestressa e conversa com os amigosö (informação verbal, entrevista concedida em 16 nov. 2010).

Robba e Macedo (2010) ressaltam que a praça contemporânea consiste em não apresentar impositivamente um único uso, mas sim de apresentar a possibilidade de vários usos, o que caracteriza este espaço como sendo multifuncional. Ângelo tem 19 anos e todas as tardes está na Praça, para ele este é o lugar de òreunir os amigos para uma roda de música, para tocar violãoö, para este jovem o uso da praça funciona como se fosse um òrodízioö, em suas palavras, a Praça Olavo Bilac òé um lugar de distração, meu maior lazer é observarö e com base em suas observações, que são diárias, Ângelo afirma o caráter multifuncional deste espaço quando nos relata que:

No horário da manhã, funciona o comércio, dentro da praça, mas não freqüento. No horário da tarde, estou sempre aqui, e observo que é passagem, o pessoal da noite já está chegando, vai se arrumando. É à noite que acontece a última confraternização dos amigos da Escola. Há lazer, encontros religiosos e vendas (informação verbal).

A. ressalta ainda que a despeito da intensa freqüência na praça, principalmente pelos jovens que não dispõem um lugar seguro para òse reunirem e conversaremö, e necessitam principalmente de um lugar que atenda aos interesses dos jovens, e sobre isso nos diz saber que, òé complicado, porque os interesses dos jovens vai sempre bater com os interesses da Igreja. É uma zona de conflito cultural e religiosoö (informação verbal).

O jovem se refere ao fato da praça pertencer à Paróquia, e que a agenda de ventos organizados ou autorizado por esta, deveria ser levado em conta os interesses dos jovens. Ângelo considera que os usos deveriam ser assim mais diversificados, que no seu entender significa incorporar outras idéias, como:

Deveriam trocar a arborização, as árvores que tem hoje não protege as pessoas, e tocam nos fios, apenas dão flores, a praça está preocupada em proteger essas árvores e não em proteger as pessoas, deveriam inclusive trocar por bancos (informação verbal).

A diversificação de usos da praça em razão de diferentes expectativas presentes nos seus freqüentadores, que não se sentem contemplados nas atividades rotineiras que estão sob controle da Paróquia, se traduz em um aspecto relevante. Mas ao sugerir cuidados, manutenção, mobiliários e estrutura da praça, nos revela o que identificamos em levantamento de campo, e sobre estes elementos abordaremos a seguir.

4.2.1 Mobiliário e estrutura da praça Olavo Bilac

De Angelis (2005, p.27), em seus estudos sobre praças aborda sua história, usos e funções, e nesse sentido, nos traz uma discussão sobre o mobiliário e a estrutura desses espaços, onde nos coloca que por mobiliário urbano: "Entende-se uma gama considerável de equipamentos e estruturas ó bancos, luminárias, fontes, quiosques, foreira e vasos, cabines telefônicas, abrigo de ônibus, lixeiras, pisos, parques infantis e tantos outros".

Sendo assim estes elementos irão compor desenho urbano da cidade na qual as praças estão inseridas. Assim, estes se tornam importante no contexto da cidade para proporcionar conforto aos seus moradores. Mas também pelo fato de interessar à indústria fabricante dessa estrutura.

De Angelis (2005, p. 28), nos diz que "a presença de equipamentos e estruturas em uma praça deve ser proporcional à sua área e de acordo com aquilo que a população almeja". Porém a Praça Olavo Bilac, em toda sua extensão, de 1.395 m², não possui bancos. Banco é um elemento que aparece como reivindicação na fala de todos os entrevistados, assim como lixeiras, afinal como bem nos ressalta o autor "as cidades tornaram-se complexos centros habitados, onde os espaços coletivos exigem uma estruturação adequada aos anseios e necessidades de sua população". Na opinião deste autor são esses espaços que conferem humanização, ao que chama de, "selva de concreto". (DE ANGELIS, 2005, p.28).

Na ausência ou precariedade destes mobiliários (figura 31), observamos na Praça Olavo Bilac, que as pessoas chegam, se ajeitam por ali, encostam-se nas poucas árvores existentes, ou sentam em bancos improvisados na base das árvores, reivindicando de forma silenciosa a colocação de bancos na área da praça. Há cadeiras, porém são de propriedade das duas barracas que vendem guaraná⁷, mas só é permitido sentar "àqueles que consomem o referido produto".

⁷ Guaraná, corresponde à uma bebida não alcoólica. Seus ingredientes são: leite, leite condensado, guaraná, flocos de castanha do Pará, amendoim, gelo e água. Esses ingredientes são batidos no liquidificador e servidos gelados. É muito consumido na Praça Olavo Bilac.

Como nem todos que vão à praça tem o objetivo de consumir resulta em um grande número de pessoas em pé, ou apenas fazem desta um local de passagem.

Figura 31 - Mobiliário existente na praça Olavo Bilac (1).



Fonte: Arquivo pessoal de Gil Nogueira.

O Administrador da Paróquia de São Domingos de Gusmão nos revela que, existiam na praça, bancos e lixeiras. E argumenta que não foram mantidos em razão de serem utilizados pelos vendedores que trabalhavam no interior da praça como apoio para acomodar os produtos a serem comercializados, bem como eram frequentemente depredados (figura 32).

Figura 32 - Mobiliário existente na praça Olavo Bilac (2).



Fonte: Arquivo pessoal de Gil Nogueira.

Ainda de acordo com o administrador as lixeiras eram utilizadas como lixeiras comunitárias, públicas, em suas palavras õas pessoas vinham e colocavam o lixo doméstico, de sua casaõ. Diante desta destinação atribuída aos bancos, e as lixeiras, a administração da Paróquia decidiu pela retirada de bancos e lixeiras. Tal situação é identificada por Èrik, que nos diz que õàs vezes a praça enche tanto que não tem lugar para todo mundo, se eu pudesse colocaria bancos para sentarõ (informação verbal, entrevista concedida em 19 nov. 2010).

Estes e outros elementos foram avaliados durante a nossa pesquisa. E se fizeram presente nas falas dos entrevistados ao serem perguntados sobre o que falta na Praça Olavo Bilac, pois o mobiliário, e com ênfase, o banco possibilita conforto aos freqüentadores da praça.

Mas também ultrapassa esse significado, de ser apenas um elemento de conforto, assumindo um caráter social. Para Alessandra de 15 anos, uma jovem que está todos os dias, durante ou após o horário escolar, sentada com um grupo de amigas na base de uma das poucas árvores que tem na Praça Olavo Bilac, esta praça, õé para conversar, se distrair, fazer novas amizadesõ (informação verbal). Mas, para esta jovem, õbom mesmo seria se ela tivesse bancosõ. E assim poder õsentar conversar com os amigos, isso ajuda na amizade, gera união, pode ocasionar mais amizade, mais divertimentoõ (informação verbal).

Uma praça deve em seu formato comportar diversos elementos, porém dois equipamentos merecem destaque, tendo em vista seu uso mais comum: bancos e luminárias. (DE ANGELIS, 2005). Quanto ao banco, este autor ressalta dois importantes aspectos que devem ser observados, sendo eles, sua ergonomia, que diz respeito ao conforto anatômico que deve proporcionar, principalmente porque que mais faz uso dos bancos é a população idosa. O outro aspecto faz referência à sua disposição no espaço da praça, pois como vivemos num país onde o calor é intenso, e especialmente em Belém, com incidência de sol em quase todos os dias do ano, o ideal seria que os bancos ficassem sob as árvores e assim protegidos do sol.

Na Praça Olavo Bilac como vimos não há bancos nem sob as árvores nem em outro lugar (figura 33).

Figura 33 - Ausência de bancos na praça Olavo Bilac.



Fonte: Arquivo da autora.

E ainda há muitas outras questões levantadas pelos frequentadores, que necessitam ser melhoradas. Para E há uma série de mudanças necessárias neste espaço para que o mesmo se torne mais frequentado, e em outras condições, distintas das que se apresentam hoje. Se houvesse oportunidade de decidir sobre o que mudar nesta praça, E. relata que este:

Mudaria muitas coisas, mudaria a estrutura, dou exemplo: a placa que fica no centro, sem visibilidade nenhuma, eu colocaria num lugar onde todo mundo visse. Esta praça seria mais aberta, mais árvores e muitos bancos para as pessoas sentarem. Tirava as grades e o estacionamento, colocava mais arborização (informação verbal).

A placa a qual o jovem se refere, é a placa de inauguração da reforma realizada em 1995. Esta placa, apesar de estar localizada no centro da praça, tem pouca visibilidade, pois nos seu entorno (figura 34) no horário da manhã, é onde são expostas as roupas usadas para serem comercializadas no Shopping Chão, inviabilizando sua leitura. No horário da tarde e noite seu acesso é mais liberado, porém a leitura do que está escrito nesta placa é tarefa quase impossível, pois está quase que completamente apagada e riscada (figura 35).

Figura 34 - Placa de inauguração praça Olavo Bilac.



Fonte: Arquivo da autora.

Esta foto demonstra exatamente a localização da placa, a qual se refere o jovem. Abaixo, em outra foto demonstramos, de forma mais focada, os escritos que constam, ou constavam na placa.

Figura 35 - Placa de inauguração da reforma da praça Olavo Bilac, referente ao ano de 2004.



Fonte: Arquivo da autora.

4.2.2 Área de Estacionamento no interior da Praça Olavo Bilac

Para Robba e Macêdo (2010) as praças devem ser um espaço livre de veículos. Porém, para Font (2003, p.105) este é um fenômeno que surge por volta do século XX, quando as

praças sofrem com um processo de adequação, cujo objetivo é abrigar carros. Isto por que segundo este autor, este momento se insere ão contexto da visãõ rodoviarista e o incremento da industria nacional, onde as praças das áreas centrais das cidades passam a acomodar, como estacionamento, o aumento contínuo da frota de veículos particulares. E ainda para este mesmo autor:

O aumento do número de automóveis, veículos particulares e táxis, durante todo o século XX, faz com que já na primeira metade do século, sejam inúmeros os logradouros públicos- praças, que se convertem em estacionamentos públicos, no seu entorno e muitas vezes no seu interior. (FRONT, 2003, p. 131).

Hoje, podemos dizer, que este não é um fato que se identifique apenas nas praças das áreas centrais. A Praça Olavo Bilac apesar de não está localizada em uma central da cidade, o estacionamento de veículos (figura 36) no interior desta praça é uma realidade, pois este é um uso que se agrega aos demais no interior da praça, o que gera descontentamento e reclamações. A. nos diz que:

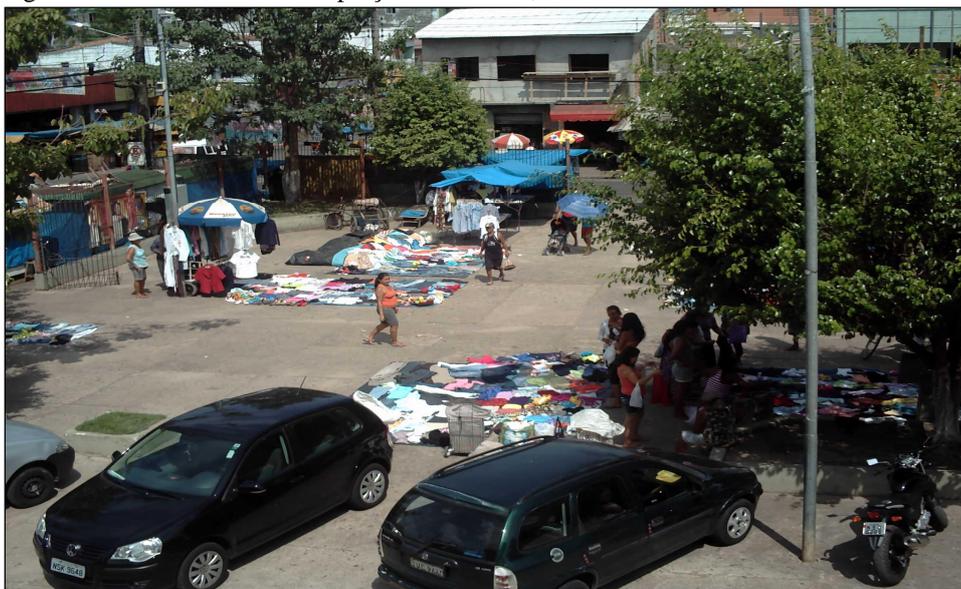
Metade da praça é estacionamento, e a outra metade é econômica, agente é que tá de fora dessa história, é destinada para quem vem comprar ou à missa, não é uma praça muito focada no lazer, especialmente no lazer para os jovens. (informação verbal, entrevista concedida em 21 out. 2010).

Esta prioridade destinada ao automóvel, diz respeito a uma concepção de cidade, em que cada vez mais são cidades dotadas de infra-estrutura que proporciona um distanciamento, uma separação, entre as pessoas, ocasionando a segregação. Esta concepção de priorizar carros em detrimento de pessoas está alinhada à compreensão de cidade mercadoria (VAINER, 2002), onde o carro serve ao capital, ou seja, uma vez que atende à sua circulação, que é impulsionada pela indústria automobilística.

Na Praça Olavo Bilac, uma importante área é destinada a estacionamento de carros, em uma praça considerada pequena pelos que dela fazem uso, não deveria, na opinião destes, destinar uma área tão importante para estacionamento de carros em detrimento aos sujeitos sociais que dela fazem uso.

Para S. S., pechinheira da Praça Olavo Bilac, ãera melhor que trocassem o estacionamento por brinquedos, prá gente trazer as crianças, prá gente trazer mais os filhos. (informação verbal, entrevista concedida em 12 set. 2010).

Figura 36 - Estacionamento na praça Olavo Bilac, 2010.



Fonte: Arquivo da autora.

Para A., essa lógica de se priorizar os carros e não as pessoas, diz respeito a pouca importância, que a seu ver, a Praça Olavo Bilac tem para a cidade, pois em suas palavras, fosse uma praça no centro da cidade, a história seria outra. Dar só uma olhada na Praça da República ou na Praça Batista Campos, lá tem estacionamento dentro da praça?ö. O jovem segue em sua análise nos relatando que a Praça Olavo Bilac:

Na verdade tem pouca importância. Ela é um olho do que é a Terra Firme, dos arredores da Terra Firme. A região onde ficam os trabalhadores nunca é um lugar importante para a cidade. Os caras que fazem as regras não tão aqui. Aqui é um lugar de braço de ferro para o trabalho e só. E esse universo apesar de minoria é sempre mais forte, porque eles são dono das coisas que são vendidas aqui. (informação verbal).

Este depoimento nos remete para uma análise da Praça Olavo Bilac como sendo um espaço onde sua função está em viabilizar o processo de reprodução do capital. E assim vai expressar a materialização das desigualdades, que dizem respeito não apenas a esta praça, mas à cidade em sua totalidade. Afinal a praça possui relações que estão imbricadas com o contexto amplo da cidade da sociedade em que se insere. O que acontece na Praça Olavo Bilac é resultado das muitas faces da cidade, é a síntese do que acontece em outros lugares.

4.3 O SHOPPING CHÃO: UM ESPAÇO DE SOBREVIVÊNCIA MATERIAL

Ao nos referirmos à Praça Olavo Bilac, como espaço da sobrevivência material estamos falando do espaço como um lugar no qual as pessoas fazem uso deste como salário, que é vital para sua sobrevivência (HARVEY, 2004), ou seja, as pessoas por meio de práticas sociais se apropriam de parcelas do espaço em busca de condições de sobrevivência.

Esta noção de salário vital apresentada por Harvey (2004) decorre da sua apreensão sobre o uso do espaço. Para este autor o uso do espaço se dá por meio da apropriação de parcelas do território- ou microterritórios- pelas pessoas que neste atuam para assegurar a sua sobrevivência. Para Harvey, a partir do conceito de heteriotopia, trazido de Hetherngton, é possível avançar no entendimento da natureza heterogênea do espaço. Isso se faz na medida em que esta noção nos possibilita o estudo do espaço no qual a vida é vivenciada.

Nessa perspectiva, é que a Praça Olavo Bilac apresenta-se como possibilidade de usos diversos, tornando-se alternativa de sobrevivência, o que pode ser constatada no relato de uma pechincheira desta praça, D. S., que nos afirma: ãa praça na minha vida é muito boa né, porque é daí que eu arrumo dinheiro pra ajudar meus filhos a criação deles. É um modo de vida muito bom pra mimõ. (informação verbal).

S. S., reforça a importância desta praça na busca de sobrevivência, quando nos relata que, ãé daqui que eu tiro meu sustentoõ. (informação verbal). A figura abaixo demonstram a heterogeneidade de usos na Praça Olavo Bilac.

Figura 37 ó Heterogeneidade de usos.



Fonte: Arquivo da autora.

Nessa perspectiva a Praça Olavo Bilac configura-se em um espaço de sobrevivência, configurando-se em um espaço fundamental na vida das pessoas que, neste, desenvolvem atividades dentre outras a de trabalho. Lamas (1993), afirma-nos que a praça é o lugar de práticas sociais, lugar em que acontecem as manifestações da vida, especialmente da vida urbana, esta realidade está presente na dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac.

Nas palavras de F. R., liderança e moradora do bairro há mais de trinta anos, conhecida como Chiquinha, a praça tá tomada, apelidaram ela, então agora tudo é shopping chão.ö

F.R. se refere ao caráter comercial da praça, são atividades que acontecem diariamente no interior da Praça Olavo Bilac, denominado de Shopping chão pelos moradores do bairro, sejam os compradores sejam os vendedores.

Neste sentido, o *Shopping chão* pode ser denominado como uma expressão da diversidade de uso deste espaço, das diversas manifestações de luta diária pela sobrevivência.

O *Shopping chão* é assim definido, pelas pechincheiras e moradores do bairro, e por se constituir em atividade uma comercialização de roupas usadas, que são vendidas diretamente no chão da Praça Olavo Bilac, sobre uma lona plástica, e em um caso específico, em uma barraca, por se tratar de pequenas peças.

De acordo com as normas da Paróquia São Domingos de Gusmão, que administra o comércio no interior da praça, o uso de barracas não é permitido, pois dificulta a visibilidade da Igreja, o que para S. é melhor no chão porque as pessoas já estão acostumadas (informação verbal). Porém existem algumas barracas na praça, que não são destinadas a venda de roupas usadas, e permanecem montadas apenas no horário em que está sendo utilizada.

Figura 38 - O Shopping Chão da praça Olavo Bilac (1).



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 39 - O Shopping Chão da praça Olavo Bilac (2)



Fonte: Arquivo da autora.

As mulheres que realizam a venda destas roupas usadas se denominam e são reconhecidas como pechincheiras, e quando questionadas sobre a forma pela qual gostam ou preferem ser chamadas e reconhecidas nos respondem: ãeu acho que é melhor pechincheira, se agente foi pra lá vender pechincha, então é pechincheira mesmoö. (D. D., pechincheira da Praça Olavo Bilac, informação verbal). Na opinião de S.: õé pechincheira mesmo, é como o pessoal chama, mas pra mim tanto fazö. (informação verbal).

Figura 40 - Cotidiano do Shopping Chão (1).



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 41 - Cotidiano do Shopping Chão (2).



Fonte: Arquivo da autora.

Quanto ao aspecto da sociabilidade nas práticas cotidianas na Praça Olavo Bilac percebe-se que, a relação de amizade entre as pessoas que desenvolvem atividades neste espaço tem perspectivas diferentes, o que gera distintos posicionamentos sobre esta abordagem. Dentre essas divergências podemos destacar como parâmetro dois relatos selecionados de duas pechincheiras, sobre os laços de amizade: òa gente se encontra vai uma na casa da outra prá conversar, a gente junta uma com a outra pra comprar roupa juntas, aniversário, baile da saudade. Aqui é como se fosse uma família, todo mundo é muito unidoö. (informação verbal). òEu, graças à Deus não tenho amigo na praça, meu amigo é Deus. É só, é só eu e a minha irmã lá que nós somos amigas só nós da nossa famíliaö. (informação verbal).

Nestes relatos observam-se duas concepções diferenciadas sobre a relação de amizade num mesmo espaço. Enquanto, que para uma a praça é o lugar também de construírem-se amizades, e que percebe-se uma afetividade, para outra, o laço de amizade é negado. Esta última reafirma que a praça é apenas um espaço onde ocorrem as práticas que garantem o seu sustento.

Esta realidade é verificada por meio de entrevistas realizadas com as pechincheiras, o que demonstrou que, apesar de compartilharem do mesmo espaço não estabelecem relações de afinidade entre si. Quando questionada se frequenta a praça em horários diferentes do seu horário de trabalho D. D. nos afirma:

Eu não frequento a praça porque eu não gosto, eu já passo o tempo todo ali. Tem gente que tem o prazer de ir, eu não tenho o prazer de sair, eu já tô, já vivo o tempo todo lá. Só vou quando tem procissão às vezes, eu nem vou, eu passo por dentro da

praça na procissão mais quando termina eu venho mim embora. .(informação verbal, entrevista concedida em 19 set. 2010).

Portanto nesse estudo sobre a Praça Olavo Bilac constatou-se, em relação aos laços de amizade, duas realidades diferentes. Uma diz respeito a um grupo de pechincheiras que fazem da praça um lugar onde se desenvolvem práticas que garantem sua sobrevivência, mas que as relações entre essas pechincheiras vão para além daquele espaço, mantendo uma relação de amizade. O outro grupo percebeu-se que fazem deste espaço apenas um lugar onde garantem sua sobrevivência material, e que ao contrário do outro grupo não mantém entre si relação de amizade.

As pechincheiras podem ser vistas como uma das presenças mais marcantes no contexto da Praça Olavo Bilac. Pela parte da manhã estas ocupam praticamente toda a praça.

Sobre sua chegada na praça, elas contam que chegaram a este espaço por meio de outras, que já se encontravam nesta atividade, normalmente uma pessoa com a qual possui laços familiares.

D. S., por exemplo, nos relata que foi sua cunhada, irmã de seu esposo que a - trouxe para trabalhar neste espaço, sobre sua chegada na praça nos relata: õminha chegada na nessa praça nem sei explicar direito, foi repentina, assim que eu me casei, eu tinha que trabalhar pra ajudar meu marido, aí eu vi três pessoas vendendo, aí me deu aquela idéia de ajudar eleõ. (informação verbal). O relato de D. D. também demonstra que a chegada das pechincheiras à praça está relacionada aos laços familiares: õa gente passava lá, eu sempre ia pra feira, e via o pessoal vender roupa, ai a minha irmã que tava desempregada começou juntando umas roupas ai agente começou a vender láõ. (informação verbal).

Assim, com base nos relatos das pechincheiras da Praça Olavo Bilac, e nos reportando a Font (2003), quando nos afirma que as praças nas grandes metrópoles não podem mais ser apreendidas unicamente como o lugar do lazer, da passagem ou do encontro descontraído entre as pessoas, observa-se que hoje as praças têm uma dinâmica que expressa as contradições e as desigualdades de uma sociedade com oportunidades desiguais.

Mas também demonstra a capacidade das pessoas em inverter a ordem estabelecida, criando suas próprias oportunidades e alternativas de sobrevivência. Com base nas observações e entrevistas realizadas na Praça Olavo Bilac percebeu-se que grande parte das pechincheiras mantém certa clientela na praça, o que conforma este espaço como preferencial de circulação para muitos moradores do bairro, e também para moradores de outros bairros, conforme pode-se observar na fala de D. D. ao fazer referência às suas freguesas: õelas moram ai pro entroncamento, Ananindeua, no Bengui, ai elas vem pra praça, pois pra lá não

tem e elas já estão acostumadas, vem e compram aqui na praça, elas vão diretamente lá comigo. (informação verbal).

E nesse sentido, o *Shopping chão*, reafirma ser a Praça Olavo Bilac, uma referência em alternativas de sobrevivência para as pessoas que nesta praça trabalham, e se constitui como uma referência para o bairro da Terra Firme e para outros bairros de Belém. C., outra liderança do bairro e freqüentadora do *shopping chão*, reitera tal situação ao nos relatar que:

Apelidaram a praça de *shopping chão*, elas arranjam a roupa, depois lavam bem lavadinha, estendem uma lona e vendem, e como vendem. E as pessoa como vão, vem gente de outros bairros só pra comprar no *shopping chão*, eu mesma já comprei duas blusas lá pra mim. Elas tão semi-novas, muito bonitas. (informação verbal, entrevista concedida em 21 out. 2010).

O uso da praça para o shopping chão por vezes não é bem aceita pelos moradores do bairro, que freqüentam este espaço, este fato pode ser percebido na fala de AL. para quem ãa praça pela manhã só tem umas mulheres, que jogam a roupa aí no chão e ocupam a praça. (informação verbal).

Nessa abordagem outra entrevistada, sobre o shopping chão nos relata que:

Olha eu acho assim, que agente tem um probleminha ali, mas a gente não pode ir contra, porque é pai de família, é gente que precisa trabalhar. A praça ficou completamente escondida, pois tem aquele pessoal que vende ali, ficou igual a uma maloqueira escondida no meio. (informação verbal, entrevista concedida em 21 out. 2010).

Nestes dois diálogos percebem-se que há diferentes interpretações sobre o Shopping Chão.

O *shopping chão* como um dos usos da Praça Olavo Bilac, está estabelecido neste espaço com o objetivo de obter recursos financeiros para a sobrevivência material. E para isto as pessoas, em busca de sobrevivência invertem a ordem estabelecida, ou seja, se as praças foram originalmente pensadas para ser o lugar do lazer, da contemplação, na Praça Olavo Bilac a dinâmica de uso assume outra dimensão, a da sobrevivência como prática diária. O *Shopping chão* é a manifestação concreta desta dimensão, e a partir desta inversão de usos as pessoas expressam uma capacidade de recriar sua história com base em suas necessidades cotidianas.

Sobre esta capacidade de criar e recriar seus próprios passos Certeau (2003), nos assevera que as pessoas por meio de práticas cotidianas são capazes de tecer sua própria

história. Isso se faz por meio de ações que não foram previamente pensadas pelos controladores do espaço, mas que deles fogem o controle. Sobre esta abordagem S. nos relata:

O governo não dá chance para nós trabalhar, então agente tem que se virar como pode, eu tenho que viver, que comer, então agente vem pra cá e trabalha honestamente, e a praça é de todo mundo. É melhor tá aqui do que tá roubando ou pedindo na rua, isso eu não vou fazer. (informação verbal, entrevista concedida em 24 out. 2010).

Reportando-nos a Certeau (2003), este autor nos traz ainda que a *õretórica pedestreõ*, apesar do controle dos espaços disciplinares, encontra-se revestida de práticas sociais. Assim, o Shopping Chão, um espaço heterogêneo, realça fortemente a luta pela sobrevivência, configurando-se como um lugar tanto de controle, como de resistência para aqueles que desta praça fazem uso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Lefebvre (1974), o espaço é constituído em três esferas, concebido, percebido e vivido. O espaço concebido são as idéias dominantes, onde a classe dominante procura manter sua hegemonia. O espaço percebido está na dimensão do imediato, sendo o espaço da mediação entre o concebido e o vivido. O espaço vivido é o espaço das relações sociais do dia-a-dia, a casa, os vizinhos, o bairro, é o lugar.

No movimento dialético entre o espaço percebido e o espaço concebido é criado o espaço vivido, e neste espaço é recriada a possibilidade de através dos movimentos corpóreos se criarem as espacialidades, que são definidas pelas relações sociais. Assim, a Praça Olavo Bilac enquanto lugar privilegiado de relações sociais está repleto de significações nas esferas dos espaços percebido, concebido e do vivido. Nesta praça as ações historicamente institucionalizadas, que estão presentes no espaço *percebido e concebido* podem sofrer resistências no espaço *vivido*.

Nessa perspectiva, partimos da hipótese de que os diversos usos na Praça Olavo Bilac são reveladores das condições de vida impostas àqueles que se encontram submetidos aos limites próprios de uma sociedade, na qual a maioria dos trabalhadores está excluída do acesso às condições dignas de trabalho, de lazer e de outros serviços. Com base neste questionamento orientador a pesquisa buscou identificar e analisar os usos que conferem a esta praça um lugar, ao mesmo tempo particular na dinâmica do bairro e da cidade, mas que somente podemos compreendê-la se articularmos a uma dimensão mais geral da sociedade em que esta dinâmica se realiza.

Identificamos que a Praça Olavo Bilac ganha existência por condições históricas determinadas. O processo de urbanização a que a cidade de Belém se encontra submetida reflete na constituição desta praça. Contudo, não podemos atribuir a um passado o que hoje evidenciamos não apenas nas praças, mas no contexto de uma cidade em que as desigualdades sociais ainda prevalecem. A origem desta praça na década de 1960, como demonstramos no decorrer desta Dissertação, está intrinsecamente ligada ao processo de constituição do urbano em Belém.

Esta praça surge simultaneamente a um processo de ocupação de terras urbanas, em busca de moradia, por famílias predominantemente originárias do interior, e desprovidas de condições de residir nas chamadas terras altas. Surge assim juntamente com o bairro da Terra Firme em condições determinadas, não sendo, portanto, um processo naturalizado e nem

espontâneo. Mauro Font (2003) já nos alerta para isso, constatando que este processo de surgimento das praças é resultado de vivências e experimentações sociais.

Dessa forma, a origem da Praça Olavo Bilac é moldada, inicialmente, como resposta às necessidades de lazer por aqueles que a idealizaram, sendo sua dinâmica alterada a partir da intervenção de representantes da Igreja Católica objetivando instalar uma base física para as atividades religiosas num novo bairro que surgia na cidade, sofrendo mudanças nos usos e nas formas de apropriação a partir de novas necessidades que passaram a vigorar.

Esta praça não surge como lugar de trabalho, mas foi se transformando em lugar de lazer, do encontro, da conversa, da contemplação, do passeio. Esta transformação, contudo, é acompanhada de restrições de uso. São usos controlados na sua natureza e funcionamento pela Paróquia de São Domingos de Gusmão. Essa passagem da sua origem, como lugar de lazer ao lugar de trabalho, não significa uma ruptura, mas uma expressão de múltiplos usos que foram sendo forjados na proporção direta das necessidades inerentes à própria reprodução da vida.

Não é certo que é essa condição de propriedade, que gera o acesso controlado, seja próprio apenas desta praça, pois as praças em geral na cidade de Belém e mesmo em outras cidades, não são livres para todos os usos.

O atual caráter privado da Praça Olavo Bilac, de propriedade formal registrada em cartório pela Paróquia de São Domingos de Gusmão, lhe dá respaldo legal para o controle deste espaço ao limitar o acesso para além das atividades de comércio. Estas limitações não levam em consideração a localização estratégica da referida praça numa área central do bairro e sua importância para diferentes usos pelas famílias moradoras do seu entorno, que consideram esta praça como alternativa para usos diversos, com ênfase no lazer.

Este caráter privado nos remete à outro aspecto a ser destacado, e que diz respeito à gestão deste espaço sobre as decisões acerca dos usos da praça. Pois, na origem desta praça houve uma integração de propostas entre os representantes da Paróquia e os moradores do bairro, com uma intenção de gestão compartilhada, relações estas que foram sendo rompidas no decorrer de sua instalação e consolidação. Esse é um aspecto relevante que poderia inclusive mudar as condições de trabalho daqueles que atualmente desenvolvem o uso específico de comercialização de produtos utilizando o chão, por exemplo, a prática do *shopping chão*.

De acordo com o depoimento de uma moradora do bairro, por nós entrevistada, não ocorreu uma ruptura por completo dessa relação, no entanto, constatamos uma certa inquietação, mesmo que velada, e também registrada nos depoimentos dos jovens

entrevistados, que apontam para uma possibilidade de compartilhamento das decisões acerca das formas de usos deste espaço.

Identificamos, no desenvolvimento do processo de investigação, depoimentos que revelam apreensões negativas diante das restrições impostas aos usos da praça, no entanto, as referências acerca das limitações de uso e da infraestrutura não impedem que haja uma idealização de praça, tomadas como exemplo as praças localizadas no centro de Belém. Contudo, o desejo verbalizado pelos entrevistados é de que a Praça Olavo Bilac corresponda às suas múltiplas necessidades e não há indicação de que desejam outra praça, o que é, em parte, explicado pela identidade que têm com o próprio bairro da Terra Firme.

Portanto, podemos dizer que há uma compreensão crítica por parte de quem usa a praça, que, no entanto, convive com uma aparente acomodação. Esta compreensão crítica é revelada pela inquietação em relação à realidade imediata relacionada aos usos e formas de apropriação da referida praça, que não se explica por um uso isolado, pois a praça como o lugar do lúdico se confunde com o lugar de trabalho e, desta forma, é o lugar de reprodução da vida na sua acepção mais ampla. Essa dimensão multifacetada se manifesta nos usos diferenciados que foram identificados no processo de investigação.

Estas constatações nos levaram a concluir que os processos sociais que engendraram/engendram os usos identificados não dizem respeito apenas à Praça Olavo Bilac, uma vez que esta se insere em uma dinâmica social, econômica e política mais geral da cidade. Contudo, podemos destacar como elementos da particularidade desta praça o fato de sua origem estar vinculada ao processo de constituição do bairro e a relação desta constituição com a instalação da Paróquia São Domingos de Gusmão, que culmina com a privatização por parte desta instituição da gestão deste espaço. As diretrizes emanadas, de forma centralizada, pela Paróquia compreendem, não só a definição da estrutura física em relação à inexistência de abrigos e de bancos, como também a imposição de horários para realização de atividades.

Neste trabalho, analisamos a importância das praças como espaços privilegiados do encontro, do diverso, da heterogeneidade, no entanto, dada as determinações próprias de uma cidade capitalista são, por natureza, espaços contraditórios, o que nos levou a chamar a atenção para as contradições existentes nesse espaço. E assim, apontamos para uma possibilidade do que a praça poderia vir a ser, como resultado de um processo de construção coletiva, identificada como um lugar de acesso livre e democrático, para além da forma como ela se apresenta hoje para aqueles que se encontram à margem dos direitos sociais básicos, como acesso ao lazer, ao trabalho que assegure a reprodução da vida com dignidade e o direito de ir e vir livre do cercamento.

E em se tratando da Praça Olavo Bilac as estratégias de sobrevivência estão diretamente relacionada às necessidades objetivas de sobrevivência, em uma cidade com oportunidades desiguais, onde quem não tem acesso ao mercado de trabalho formal tem que ocupar ruas ou praças para garantir sua sobrevivência, e fazendo deste seu local de trabalho.

Assim, para as pessoas que fazem uso da Praça Olavo Bilac, esta é uma referência de lazer, é local de passagem, do encontro, mas também da diversidade e da desigualdade que o modo de produção capitalista impõe às cidades e aos que nela vivem, pois a Praça Olavo Bilac, assim como as demais praças, é a expressão da cidade, e vai expressar o modo de vida desta cidade.

Nessa perspectiva é que fazemos os seguintes questionamentos, não fosse essa condição de lugar de sobrevivência, de onde muitos tiram seu sustento, poderia assumir esta praça uma dimensão lúdica, do estar sem compromisso? Ou talvez pudesse ser esta praça um lugar para aqueles que buscam usufruir livremente, inclusive livres das grades, que, por um lado, é justificada pela necessidade de segurança, mas, contraditoriamente, restringe o acesso?

Dessa forma, esta dissertação propõe desafios de natureza política e acadêmica, como a necessidade de abordar as praças a partir da análise sobre a dinâmica de usos e das complexidades nas quais estão inseridas, que são próprias do contexto capitalista das cidades contemporâneas. Assim, afirmamos que a Praça Olavo Bilac é um espaço imbricado na cidade, e como expressão desta cidade apresenta-se aberto às múltiplas possibilidades, como inacabado, sempre em (re)construção, cuja história é escrita a partir das necessidades de reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção**: porque e para quem? Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- ALVES, Edivania Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2010.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO-SEGEPE. Congresso da Cidade da Cidade, Participação e controle popular. Belém óPA, 2003.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 729p.
- CARDOSO, Welson de Sousa. **Considerações sobre o crescimento urbano na Amazônia**: notas sobre o estado do Pará. Belém, 2011, mimeo.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **A geografia do crime na metrópole**: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada na cidade de Belém. 2008. Monografia -Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2008.
- DE ANGELIS, Bruno Luiz D. *et al.* **Praças**: história, usos e funções. Maringá: EDUEM, 2005.
- DIZERÓ, Joselle Davanço. **Praça do interior paulista**: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo)-Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC, Campinas, 2006.
- FAVOLE. P. **La plaza en la arquitectura contemporánea**. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- FONT, Mauro. **A praça em movimento**: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: Possibilidades e procedimentos. 2.ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

HARVEY, David. . **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Otávio. **Construção da categoria**. Transcrição de aula no Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1º semestre de 1986. 1 apostila. [mimeo.]

ICASURIAGA, Gabriela. **Perspectivas teóricas sobre a cidade capitalista**. 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 1997.

LAMAS. J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia: uma visão política. In: TRINDADE, Jose Raimundo Barreto; MARQUES, Gilberto (orgs.). **Revista de Estudos Paraenses**. [S.l.]: Idesp, 2010

LEÃO, Netuno; ALENCAR, Carla; VERÍSSIMO, Adalberto. **Belém Sustentável 2007**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço urbano**. Paris. Armand Colin, 1974.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, M. **Cidades brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 1980.

MITSCHEIN, Thomas Adalbert; CHAVES, Jadson Fernande S.; MIRANDA, Henrique Rodrigues de. **Crescimento, pobreza e violência em Belém**. Belém: NUMA/NAEA; POEMA, 2006.

_____; MIRANDA, Henrique R.; PARAENSE, Maricelli C. **Urbanização selvagem e proletarização na Amazônia: o caso de Belém**. Belém: CEJUP, 1989.

MUNFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimentos e perspectivas**. Tradução de Neil. R. da Silva. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

PENTEADO, A. R. **Geografia urbana de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2010. (Coleção Quapá).

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade, unidos na condição**: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 1998.

ROSTOVTZEFF, M. **História da Grécia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. 2.ed. Rio de Janeiro: Atlântico, 2005.

_____. **O jardim e a praça**: o privado e o Público na vida social e histórica de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1993.

SANCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2001. Tese - Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de Geografia. São Paulo, 2001.

SANTOS, Marco. Praças são o retrato do abandono. **Diário do Pará**, Belém, 15 maio 2009. Belém, p. A8.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho Intendente Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins do Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.

SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da identidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1997.

TUAN, YI-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília *et al.* **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.